



ctt

Documentos
de Prestação
de Contas

Demonstrações
Financeiras
Consolidadas
e Individuais

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Demonstração consolidada e individual da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Euros	Grupo			Empresa		
	Notas	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	Reexpresso 31.12.2015	Reexpresso 01.01.2015
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	5	208.921.781	209.940.886	192.866.766	193.843.668	196.761.737
Propriedades de investimento	7	9.291.983	19.783.095	9.291.983	19.783.095	23.329.763
Ativos intangíveis	6	38.916.723	27.624.015	14.803.744	12.960.678	8.934.087
Goodwill	9	7.700.739	8.058.656	-	-	-
Investimentos em subsidiárias	10	-	-	102.976.700	65.166.836	42.644.640
Investimentos em associadas	11	296.260	255.695	295.779	255.214	937.732
Outros investimentos	13	1.503.572	1.106.812	1.503.572	1.106.812	1.106.812
Investimentos detidos até à maturidade	14	93.986.115	-	-	-	-
Acionistas / sócios	51	-	-	5.125.000	6.750.000	9.103.098
Outros ativos não correntes	24	1.306.148	601.103	1.110.991	586.741	790.601
Ativos financeiros disponíveis para venda	15	4.473.614	-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	50	86.220.762	87.535.941	85.578.604	86.330.601	90.547.447
Total do ativo não corrente		452.617.698	354.906.203	413.553.139	386.783.645	374.155.917
Ativo corrente						
Inventários	18	5.407.685	5.455.115	4.721.728	4.671.709	5.002.908
Contas a receber	19	122.113.270	124.355.641	94.323.683	97.684.021	96.513.372
Crédito a clientes bancários	20	7.103.905	-	-	-	-
Acionistas / sócios	51	-	-	3.722.399	3.291.221	733.318
Imposto a receber	37	3.587.614	-	3.569.641	-	-
Diferimentos	21	6.128.931	8.168.589	4.937.995	7.002.270	4.670.967
Investimentos detidos até à maturidade	14	1.108.428	-	-	-	-
Outros ativos correntes	24	30.033.571	22.936.943	27.784.833	21.862.237	20.049.456
Ativos financeiros disponíveis para venda	15	1.973.711	-	-	-	-
Outros ativos financeiros bancários	16	59.054.303	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	23	618.811.099	603.649.717	475.068.122	559.542.719	649.688.918
		855.322.515	764.566.004	614.128.399	694.054.177	776.658.939
Ativos não correntes detidos para venda	22	8.756.999	-	8.756.999	-	-
Total do ativo corrente		864.079.515	764.566.004	622.885.398	694.054.177	776.658.939
Total do ativo		1.316.697.213	1.119.472.208	1.036.438.537	1.080.837.822	1.150.814.856

Euros	Grupo			Empresa		
	Notas	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	Reexpresso 31.12.2015	Reexpresso 01.01.2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
Capital próprio						
Capital	26	75.000.000	75.000.000	75.000.000	75.000.000	75.000.000
Ações próprias	27	(5.097.536)	(1.873.125)	(5.097.536)	(1.873.125)	-
Reservas	27	34.891.671	33.384.112	34.878.197	33.384.652	31.773.966
Resultados transitados	27	93.589.211	91.727.994	93.602.685	91.727.994	84.374.563
Outras variações no capital próprio	27	(27.137.824)	(18.644.832)	(27.137.824)	(18.644.832)	(18.786.310)
Resultado líquido do período		62.160.395	72.065.283	62.160.395	72.065.283	77.171.128
Capital próprio atribuível a acionistas		233.405.918	251.659.432	233.405.918	251.659.972	249.533.347
Interesses não controlados	30	(79.135)	175.322	-	-	-
Total do capital próprio		233.326.782	251.834.754	233.405.918	251.659.972	249.533.347
PASSIVO						
Passivo não corrente						
Contas a pagar	34	375.379	-	375.379	-	-
Financiamentos obtidos	31	127.145	1.035.522	-	724.845	1.187.975
Benefícios aos empregados	32	250.445.608	241.306.773	250.445.608	241.306.773	255.527.808
Provisões	33	14.127.483	40.732.332	20.327.302	36.725.302	41.715.256
Diferimentos	21	334.191	5.016.576	328.093	5.016.576	6.076.311
Passivos por impostos diferidos	50	4.123.146	4.576.598	4.086.530	4.534.199	4.788.768
Total do passivo não corrente		269.532.952	292.667.801	275.562.913	288.307.695	309.296.118
Passivo corrente						
Contas a pagar	34	444.863.700	435.891.677	426.559.977	420.406.149	484.451.611
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos	35	253.944.840	-	-	-	-
Acionistas / sócios	51	-	-	7.341.360	1.613.944	295.103
Benefícios aos empregados	32	17.390.573	18.538.572	17.390.573	18.499.767	21.594.809
Imposto a pagar	37	-	7.922.942	-	7.923.944	6.171.287
Financiamentos obtidos	31	9.679.829	7.078.155	724.749	462.968	460.098
Diferimentos	21	4.177.609	13.745.430	4.169.848	10.550.227	5.853.426
Outros passivos correntes	36	82.562.725	91.792.877	71.283.201	81.413.156	73.159.057
Outros passivos financeiros bancários	16	1.218.205	-	-	-	-
Total do passivo corrente		813.837.479	574.969.653	527.469.707	540.870.155	591.985.391
Total do passivo		1.083.370.431	867.637.454	803.032.619	829.177.850	901.281.509
Total do capital próprio e do passivo		1.316.697.213	1.119.472.208	1.036.438.537	1.080.837.822	1.150.814.856

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Demonstração consolidada e individual dos resultados por naturezas dos períodos de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Euros	Grupo					Empresa			
	Notas	Doze meses findos em		Três meses findos em		Doze meses findos em	Reexpresso 31.12.2015	Três meses findos em	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015			31.12.2016	31.12.2016
Rendimentos operacionais		696.821.564	727.179.760	177.995.598	189.104.907	581.972.346	600.888.329	145.777.234	156.826.015
Vendas e serviços prestados	4/40	669.668.571	705.168.863	172.407.094	178.208.284	531.057.316	550.979.418	134.466.373	138.165.711
Margem Financeira	41	26.051	-	57.443	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	42	27.126.942	22.010.897	5.531.061	10.896.623	50.915.030	49.908.911	11.310.861	18.660.303
Gastos operacionais		(605.938.692)	(617.247.815)	(157.474.393)	(158.923.053)	(479.459.501)	(490.922.262)	(123.541.799)	(127.202.343)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(13.906.199)	(16.316.346)	(3.644.134)	(4.501.124)	(10.974.792)	(13.874.596)	(2.778.799)	(3.802.546)
Fornecimentos e serviços externos	43	(232.037.064)	(233.084.139)	(61.967.575)	(62.361.438)	(147.577.382)	(153.012.109)	(38.080.515)	(39.730.090)
Gastos com o pessoal	45	(338.387.481)	(331.772.879)	(91.027.468)	(82.782.296)	(301.774.716)	(297.029.310)	(81.609.379)	(76.500.933)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)	46	(45.623)	(1.410.434)	19.735	(415.306)	547.695	517.245	182.638	295.402
Imparidade de ativos não depreciáveis	9	-	623.123	-	623.123	(2.402.186)	-	-	-
Provisões (aumentos/reversões)	33	16.343.680	(277.313)	8.877.961	(285.526)	13.805.988	246.722	6.738.555	(60.022)
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	47	(27.468.094)	(23.573.001)	(7.562.231)	(6.887.234)	(22.479.167)	(19.441.277)	(6.148.896)	(5.831.377)
Outros gastos e perdas operacionais	48	(10.437.910)	(11.436.825)	(2.170.681)	(2.313.251)	(8.604.940)	(8.328.937)	(1.845.404)	(1.572.777)
Resultado operacional		90.882.873	109.931.945	20.521.205	30.181.854	102.512.845	109.966.067	22.235.435	29.623.672
Resultados financeiros		(5.638.167)	(5.321.964)	(1.658.727)	(1.408.300)	(16.612.738)	(9.152.413)	(3.691.998)	(1.838.776)
Gastos e perdas financeiros	49	(6.540.106)	(6.861.401)	(1.737.672)	(1.710.418)	(6.466.598)	(6.774.705)	(1.718.438)	(1.693.146)
Rendimentos financeiros	49	671.599	1.485.163	78.945	276.121	733.475	1.681.077	95.628	316.406
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10/11/12	230.340	54.274	-	25.997	(10.879.615)	(4.058.785)	(2.069.188)	(462.036)
Resultado antes de impostos		85.244.706	104.609.981	18.862.478	28.773.554	85.900.107	100.813.654	18.543.437	27.784.896
Imposto sobre o rendimento do período	50	(23.347.639)	(32.539.346)	(2.761.819)	(7.345.753)	(23.739.712)	(28.748.371)	(2.417.717)	(6.354.569)
Resultado líquido do período		61.897.067	72.070.635	16.100.659	21.427.801	62.160.395	72.065.283	16.125.720	21.430.327
Resultado líquido do período atribuível a:									
Detentores do capital		62.160.395	72.065.283	16.125.720	21.430.326				
Interesses não controlados	30	(263.328)	5.352	(25.061)	(2.525)				
Resultado por ação:	29	0,42	0,48	0,11	0,14	0,42	0,48	0,11	0,14

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Demonstração consolidada e individual do rendimento integral dos períodos de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Euros	Notas	Grupo				Empresa			
		Doze meses findos em		Três meses findos em		Doze meses findos em		Três meses findos em	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	Reexpresso 31.12.2015	31.12.2016	Reexpresso 31.12.2015
Resultado líquido do período		61.897.067	72.070.635	16.100.659	21.427.801	62.160.395	72.065.283	16.125.720	21.430.327
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	27	19.820	444.637	19.820	109.622	19.820	-	19.820	-
Variações nas reservas de justo valor	27	14.014	-	3.820	-	-	-	-	-
Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	32	(11.827.990)	114.181	(11.827.990)	3.290.351	(11.827.990)	114.181	(11.827.990)	3.290.351
Impostos Diferidos - Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	50	3.334.998	27.297	3.334.998	(866.477)	3.334.998	27.297	3.334.998	(866.477)
Outras alterações no capital próprio	27/30	49.777	(18.661)	(24.738)	(145.681)	54.380	(67.697)	(18.459)	(36.059)
Outro rendimento integral do período líquido de impostos		(8.409.381)	567.454	(8.494.090)	2.387.815	(8.418.792)	73.781	(8.491.631)	2.387.815
Rendimento integral do período		53.487.686	72.638.089	7.606.569	23.815.616	53.741.603	72.139.064	7.634.089	23.818.142
Atribuível a interesses não controlados		(254.457)	499.025	(27.519)	(2.525)				
Atribuível aos acionistas dos CTT		53.742.143	72.139.064	7.634.089	23.818.141				

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Euros	Notas	Capital	Ações Próprias	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Interesses não controlados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015		75.000.000	-	31.773.967	(18.786.310)	84.374.563	77.171.128	(323.703)	249.209.645
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2014		-	-	-	-	77.171.128	(77.171.128)	-	-
Distribuição de dividendos	28/30	-	-	-	-	(69.750.000)	-	-	(69.750.000)
Aquisição de ações próprias	27	-	(1.873.125)	-	-	-	-	-	(1.873.125)
Plano de ações	27/30	-	-	1.610.685	-	-	-	-	1.610.685
			(1.873.125)	1.610.685	-	7.421.128	(77.171.128)	-	(70.012.440)
Outros movimentos	27/30	-	-	-	-	(177.319)	-	158.658	(18.661)
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de Impostos diferidos	27	-	-	-	141.478	-	-	-	141.478
Variações nas reservas de justo valor	27	-	-	(540)	-	-	-	-	(540)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	27	-	-	-	-	109.622	-	335.015	444.637
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	72.065.283	5.352	72.070.635
Rendimento integral do período		-	-	(540)	141.478	(67.697)	72.065.283	499.025	72.637.549
Saldo em 31 de dezembro de 2015		75.000.000	(1.873.125)	33.384.112	(18.644.832)	91.727.994	72.065.283	175.322	251.834.754
Saldo em 1 de janeiro de 2016		75.000.000	(1.873.125)	33.384.112	(18.644.832)	91.727.994	72.065.283	175.322	251.834.754
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2015		-	-	-	-	72.065.283	(72.065.283)	-	-
Distribuição de dividendos	28/30	-	-	-	-	(70.264.792)	-	-	(70.264.792)
Aquisição de ações próprias	27	-	(3.224.411)	-	-	-	-	-	(3.224.411)
Plano de ações	27/30	-	-	1.493.546	-	-	-	-	1.493.546
		-	(3.224.411)	1.493.546	-	1.800.491	(72.065.283)	-	(71.995.658)
Outros movimentos	27/30	-	-	-	-	40.906	-	8.871	49.777
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de Impostos diferidos	27	-	-	-	(8.492.992)	-	-	-	(8.492.992)
Variações nas reservas de justo valor	27	-	-	14.014	-	-	-	-	14.014
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	27	-	-	-	-	19.820	-	-	19.820
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	62.160.395	(263.328)	61.897.067
Rendimento integral do período		-	-	14.014	(8.492.992)	60.726	62.160.395	(254.457)	53.487.686
Saldo em 31 de dezembro de 2016		75.000.000	(5.097.536)	34.891.671	(27.137.824)	93.589.211	62.160.395	(79.135)	233.326.782

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Euros	Notas	Capital	Ações Próprias	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015		75.000.000	-	31.773.967	(18.786.310)	84.374.563	77.171.128	249.533.347
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2014		-	-	-	-	77.171.128	(77.171.128)	-
Distribuição de dividendos	28	-	-	-	-	(69.750.000)	-	(69.750.000)
Aquisição de ações próprias	27	-	(1.873.125)	-	-	-	-	(1.873.125)
Plano de ações	27	-	-	1.610.685	-	-	-	1.610.685
		-	(1.873.125)	1.610.685	-	7.421.128	(77.171.128)	(70.012.440)
Outros movimentos	27	-	-	-	-	(67.697)	-	(67.697)
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de Impostos diferidos	27	-	-	-	141.478	-	-	141.478
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	72.065.283	72.065.283
Rendimento integral do período		-	-	-	141.478	(67.697)	72.065.283	72.139.064
Saldo em 31 de dezembro de 2015		75.000.000	(1.873.125)	33.384.652	(18.644.832)	91.727.994	72.065.283	251.659.972
Saldo em 1 de janeiro de 2016		75.000.000	(1.873.125)	33.384.652	(18.644.832)	91.727.994	72.065.283	251.659.972
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2015		-	-	-	-	72.065.283	(72.065.283)	-
Distribuição de dividendos	28	-	-	-	-	(70.264.792)	-	(70.264.792)
Aquisição de ações próprias	27	-	(3.224.411)	-	-	-	-	(3.224.411)
Plano de ações	27	-	-	1.493.545	-	-	-	1.493.545
		-	(3.224.411)	1.493.545	-	1.800.491	(72.065.283)	(71.995.658)
Outros movimentos	27	-	-	-	-	54.380	-	54.380
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de Impostos diferidos	27	-	-	-	(8.492.992)	-	-	(8.492.992)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	27	-	-	-	-	19.820	-	19.820
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	62.160.395	62.160.395
Rendimento integral do período		-	-	-	(8.492.992)	74.200	62.160.395	53.741.603
Saldo em 31 de dezembro de 2016		75.000.000	(5.097.536)	34.878.197	(27.137.824)	93.602.685	62.160.395	233.405.918

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Demonstração consolidada e individual de fluxos de caixa dos períodos de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Euros	Grupo		Empresa		
	Notas	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Recebimentos de clientes		635.704.808	696.039.358	528.435.377	563.510.468
Pagamentos a fornecedores		(248.660.942)	(230.578.621)	(162.807.260)	(158.179.087)
Pagamentos ao pessoal		(320.864.833)	(328.407.436)	(286.160.731)	(297.169.839)
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos		253.545.420	-	-	-
Crédito a clientes bancários		(7.103.546)	-	-	-
Caixa gerada pelas operações		312.620.906	137.053.302	79.467.386	108.161.542
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(29.664.480)	(26.881.091)	(25.009.386)	(22.257.569)
Outros recebimentos/pagamentos		(14.738.983)	(77.340.046)	(13.506.804)	(67.832.724)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		268.217.444	32.832.164	40.951.196	18.071.249
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		1.739.510	515.316	1.739.510	515.316
Propriedades de investimento		5.944.750	-	5.944.750	-
Investimentos financeiros		-	24.870	-	24.870
Ativos financeiros disponíveis para venda		28.916.956	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade		19.579.730	-	-	-
Outros ativos financeiros bancários		136.480.000	-	-	-
Juros e rendimentos similares		994.839	2.283.289	858.239	2.168.561
Dividendos		-	-	7.930.641	7.500.373
Empréstimos concedidos		-	-	9.649.364	-
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		(13.347.974)	(16.689.137)	(10.680.428)	(10.814.488)
Ativos intangíveis		(16.165.688)	(11.254.311)	(5.428.345)	(1.574.138)
Investimentos financeiros		-	(418.622)	(52.726.000)	(34.418.622)
Ativos financeiros disponíveis para venda		(35.421.240)	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade		(115.350.055)	-	-	-
Depósitos no Banco de Portugal		(3.792.333)	-	-	-
Outros ativos financeiros bancários		(195.180.000)	-	-	-
Empréstimos concedidos		-	-	(8.024.364)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(185.601.505)	(25.538.595)	(50.736.632)	(36.598.129)

Euros	Grupo		Empresa		
	Notas	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		8.343.271	9.031.873	-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		(5.480.000)	(3.800.884)	-	-
Juros e gastos similares		(805.675)	(853.263)	(736.893)	(583.121)
Amortização de contratos de locação financeira		(988.800)	(984.955)	(463.064)	(460.260)
Aquisição de ações próprias	27	(3.224.411)	(1.873.125)	(3.224.411)	(1.873.125)
Dividendos	28	(70.264.792)	(69.750.000)	(70.264.792)	(69.750.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(72.420.408)	(68.230.355)	(74.689.161)	(72.666.506)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10.195.531	(60.936.786)	(84.474.597)	(91.193.388)
Alteração do perímetro de consolidação		-	16.758	-	-
Fusão por incorporação		-	-	-	1.047.189
Caixa e seus equivalentes no início do período		603.649.717	664.569.744	559.542.719	649.688.918
Caixa e seus equivalentes no fim do período	23	613.845.248	603.649.717	475.068.122	559.542.719
Caixa e seus equivalentes no fim do período		613.845.248	603.649.717		
Depósitos à ordem no Banco de Portugal		3.792.334	-		
Cheques a cobrar do Banco CTT / Compensação de cheques do Banco CTT		1.173.518	-		
Caixa e seus equivalentes (Balanço)		618.811.099	603.649.717		

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Índice



CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas e individuais (Montantes expressos em Euros)

1.	Introdução	19	2.15.	Imparidade de ativos financeiros	30
1.1.	CTT – Correios de Portugal, S.A. (empresa-mãe)	19	2.16.	Inventários	30
1.2.	Atividade	19	2.17.	Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	31
2.	Principais Políticas Contabilísticas	20	2.18.	Distribuição de dividendos	31
2.1.	Bases de apresentação	20	2.19.	Benefícios aos empregados	31
2.1.1.	Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo e pela Empresa	21	2.20.	Pagamento baseado em ações	33
2.1.2.	Novas normas, alterações e interpretações emitidas mas sem aplicação efetiva aos exercícios iniciados a 1 de janeiro de 2016 ou não adotadas antecipadamente:	23	2.21.	Provisões e passivos contingentes	33
2.1.2.1.	O Grupo e a Empresa decidiram optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:	23	2.22.	Rédito	34
2.1.2.2.	Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Grupo e para a empresa:	23	2.23.	Subsídios obtidos	35
2.2.	Princípios de Consolidação	24	2.24.	Locações	35
2.3.	Relato por segmentos	25	2.25.	Encargos financeiros	35
2.4.	Transações e saldos em moeda estrangeira	25	2.26.	Impostos	35
2.5.	Ativos fixos tangíveis	25	2.27.	Especialização	36
2.6.	Ativos intangíveis	26	2.28.	Julgamentos e estimativas	36
2.7.	Propriedades de investimento	26	2.29.	Demonstração dos fluxos de caixa	37
2.8.	Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto <i>goodwill</i>	27	2.30.	Eventos subsequentes	37
2.9.	<i>Goodwill</i>	27	3.	Alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas	37
2.10.	Concentração de atividades empresariais	27	4.	Relato por segmentos	44
2.11.	Ativos financeiros	28	5.	Ativos fixos tangíveis	49
2.11.1.	Classificação	28	6.	Ativos Intangíveis	53
2.11.2.	Reconhecimento e mensuração	29	7.	Propriedades de investimento	56
2.12.	Capital	29	8.	Empresas incluídas no Perímetro de Consolidação	57
2.13.	Passivos financeiros	30	9.	<i>Goodwill</i>	60
2.14.	Compensação de instrumentos financeiros	30	10.	Investimentos em subsidiárias	62
			11.	Investimentos em associadas	64
			12.	Investimentos em entidades conjuntamente controladas	66
			13.	Outros investimentos	67
			14.	Investimentos detidos até à maturidade	67

15.	Ativos financeiros disponíveis para venda	68
16.	Outros ativos e passivos financeiros bancários	69
17.	Gestão de riscos financeiros	69
18.	Inventários	74
19.	Contas a receber	76
20.	Crédito a clientes bancários	79
21.	Diferimentos	80
22.	Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas	81
23.	Caixa e equivalentes de caixa	81
24.	Outros ativos correntes e não correntes	82
25.	Perdas por imparidade acumuladas	84
26.	Capital	86
27.	Ações próprias, Reservas, outras variações no capital próprio e resultados transitados	88
28.	Dividendos	90
29.	Resultados por ação	90
30.	Interesses não controlados	90
31.	Financiamentos obtidos	91
32.	Benefícios aos empregados	93
33.	Provisões, garantias prestadas, passivos contingentes e compromissos	99
34.	Contas a pagar	103
35.	Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos	105

36.	Outros passivos correntes	105
37.	Imposto a receber/pagar	106
38.	Ativos e passivos financeiros	107
39.	Subsídios obtidos	109
40.	Vendas e serviços prestados	109
41.	Margem financeira	110
42.	Outros rendimentos e ganhos operacionais	110
43.	Fornecimentos e serviços externos	111
44.	Locações operacionais	112
45.	Gastos com o pessoal	112
46.	Imparidade de contas a receber	115
47.	Depreciações / amortizações (Perdas/reversões)	115
48.	Outros gastos e perdas operacionais	116
49.	Gastos e rendimentos financeiros	116
50.	Impostos sobre o rendimento	117
51.	Partes relacionadas	120
52.	Honorários e serviços dos auditores	125
53.	Informação sobre matérias ambientais	125
54.	Prestação do serviço de mediação de seguros	126
55.	Outras informações	127
56.	Eventos subsequentes	127

1. Introdução

1.1. CTT – Correios de Portugal, S.A. (empresa-mãe)

CTT – Correios de Portugal, S. A. – Sociedade Aberta (“CTT” ou “Empresa”), com sede na Avenida D. João II, nº 13, 1999-001 em Lisboa, teve a sua origem na Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A.

Em 31 de janeiro de 2013 o Estado Português, através do despacho nº 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei nº 129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) nº 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM nº 62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM nº 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013 o Estado português, através da Parpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT, 30,00% por detenção e 6,36% por imputação.

Em 5 de setembro de 2014 ocorreu a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A., de 31,503% do capital dos CTT, foi nesta data objeto de uma oferta particular de venda de ações através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros por esta ser a moeda principal das operações do **Grupo** e da **Empresa**.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 9 de março de 2017.

1.2. Atividade

Os CTT e as empresas suas subsidiárias (“Grupo CTT” ou “Grupo”): CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A., Payshop (Portugal), S.A., CTT Contacto, S.A., Mailtec Comunicação, S.A., Corre – Correio Expresso de Moçambique, S.A., Banco CTT, S.A., Escrita Inteligente, S.A. e a Tourline Express Mensajería, SLU e suas subsidiárias, têm como atividade principal assegurar a prestação do serviço postal universal, a prestação de serviços postais e a prestação de serviços financeiros. Em 2015, no âmbito dos serviços financeiros o Grupo CTT alargou o âmbito da sua atividade com a constituição do Banco CTT, S.A., que tem por objeto o exercício da atividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa atividade e permitidas por lei. Fazem ainda parte das atividades complementares prosseguidas pelo Grupo, a comercialização de bens ou a prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, desde que convenientes ou compatíveis com a normal exploração da rede postal, designadamente a prestação de serviços da sociedade de informação, redes e serviços de comunicações eletrónicas, onde atua como operador móvel virtual (MVNO), e a prestação de serviços de interesse público ou de interesse geral.

A prestação do serviço postal é efetuada pelos CTT no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal celebrado em 1 de setembro de 2000 entre o Estado Português e os CTT. Para além dos serviços concessionados, os CTT podem prestar outros serviços postais, bem como desenvolver outras atividades, designadamente, as que permitam a rentabilização da rede do serviço universal, diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades ou mediante outras formas de cooperação entre empresas. Dentro destas atividades salienta-se a prestação de serviços de interesse público ou de interesse geral mediante condições que vierem a ser acordadas com o Estado.

Na sequência das alterações introduzidas pela Diretiva 2008/6/CE de 20 de fevereiro de 2008 do Parlamento Europeu e do Conselho ao quadro regulamentar que rege a prestação de serviços postais, verificou-se em 2012 a sua transposição para a ordem jurídica nacional através da aprovação da Lei nº 17/2012, de 26 de abril (“nova Lei Postal”), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, e pela Lei nº 16/2014, de 4 de abril, revogando a Lei nº 102/99, de 26 de julho.

A nova Lei Postal estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional.

Deste modo, a partir da entrada em vigor da nova Lei Postal, o mercado postal em Portugal foi totalmente aberto à concorrência, eliminando as áreas no âmbito do serviço universal que ainda se encontravam reservadas ao prestador dos serviços postal universal, os CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT”). No entanto, por razões de interesse geral, mantiveram-se reservados as seguintes atividades e serviços: colocação de marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

De acordo com a nova Lei Postal o âmbito do serviço postal universal integra as seguintes prestações, de âmbito nacional e internacional:

- Um serviço postal de envios de correspondência, excluindo a publicidade endereçada, de livros, catálogos, jornais e outras publicações periódicas até 2 kg de peso;
- Um serviço de encomendas postais até 10 kg de peso, bem como a entrega no território nacional de encomendas postais recebidas de outros Estados-Membros da União Europeia com peso até 20kg;
- Um serviço de envios registados e um serviço de envios com valor declarado.

Decorrente da nova Lei Postal, o Governo Português procedeu à revisão das bases da concessão, através da publicação do Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, na sequência da qual se efetuou em 31 de dezembro de 2013 a quarta alteração ao contrato de concessão do serviço postal universal.

Deste modo, o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e os CTT em 1 de setembro de 2000, posteriormente alterado em 1 de outubro de 2001, 9 de setembro de 2003, 26 de julho de 2006 e em 31 de dezembro de 2013, abrange:

- O serviço postal universal, como acima definido;
- Os serviços reservados: (i) o direito de colocar marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, (ii) a emissão e venda de selos postais com a menção “Portugal” e (iii) o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos;
- A prestação do serviço de ordens de pagamento especiais que permite efetuar a transferência de fundos por via eletrónica e física, no âmbito nacional e internacional, designado por serviço de vales postais, a título exclusivo;
- Serviço de Caixa Postal Eletrónica, a título não exclusivo.

Como empresa concessionária do serviço postal universal, os CTT mantêm-se como prestador de serviço postal universal até 2020, assegurando a exclusividade das atividades e serviços reservados mencionados.

Uma vez finda a concessão, caso não lhe seja novamente atribuída, os CTT poderão prestar, a par dos restantes operadores, todos os serviços postais que entenderem, em regime de livre concorrência, de acordo com a sua política estratégico-comercial, à exceção dos serviços que forem concessionados em regime de exclusivo.

Em sùmula, face ao enquadramento legal e regulamentar vigente, entendem os CTT que não existem fundamentos para introduzir qualquer alteração relevante nas políticas contabilísticas do **Grupo** e da **Empresa**.

2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo **Grupo** e pela **Empresa** na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, são as abaixo mencionadas.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia a 31 de dezembro de 2016.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as IAS emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IFRS”.

Além das normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2016, descritas na Nota 2.1.1, e que se encontram consideradas nas políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais a 31 de dezembro de 2016 e descritas na Nota 2.2 a 2.30, foram emitidas as normas e interpretações descritas na Nota 2.1.2 e que ainda não são de aplicação efetiva nos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.

2.1.1. Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo e pela Empresa

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o **Grupo** e a **Empresa** aplicaram na elaboração das suas demonstrações financeiras, apresentam-se como segue:

- **IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados** – O IASB emitiu esta alteração em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de fevereiro de 2015). A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear. A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado. O **Grupo** e a **Empresa** não tiveram qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.
- **Melhoramentos às IFRS (2010-2012)** – Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17

de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de fevereiro de 2015).

- **IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“vesting”)** A alteração clarifica a definição de condição de aquisição (“vesting”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.
- **IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais** O objetivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.
- **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa** A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.
- **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo** O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, se esse desconto for material. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.
- **IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada** De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão. Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17. O **Grupo** e a **Empresa** não tiveram qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.
- **Melhoramentos às IFRS (2012-2014)** - Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.
 - IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição. As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice-versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração de resultados ou na demonstração de rendimento integral.
 - IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados. As alterações à IFRS 7 clarifica - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.
 - IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas. A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações à IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros - não são necessários em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.
- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional. As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizados para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliado a nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.
- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar.” As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo. As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto. O **Grupo** e a **Empresa** não tiveram qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.
- **IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas** - O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de dezembro de 2015. A Empresa adotou esta opção nas suas contas individuais.
- **Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)** - O IASB emitiu em 18 de dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de setembro de 2016. Estas alterações não são aplicáveis ao **Grupo**.
- **Outras alterações** - Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:
 - Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
 - Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);
 - Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro);
 - Alterações à IAS 1: Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de dezembro);
 - O **Grupo** e a **Empresa** não tiveram qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

2.1.2. Novas normas, alterações e interpretações emitidas mas sem aplicação efetiva aos exercícios iniciados a 1 de janeiro de 2016 ou não adotadas antecipadamente:

2.1.2.1. O Grupo e a Empresa decidiram optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)** - A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 (2009 e 2010) introduzem novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Nesta nova abordagem, os ativos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa. Foi publicada a IFRS 9 (2013) com os requisitos que regulamentam a contabilização das operações de cobertura. Foi ainda publicada a IFRS 9 (2014) que reviu algumas orientações para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (além de participações em capital das sociedades consideradas estratégicas, alargou a outros instrumentos de dívida a mensuração ao

justo valor com as alterações a serem reconhecidas em outro rendimento integral – OCI) e implementou um novo modelo de imparidade tendo por base o modelo de perdas esperadas. A IFRS 9 será aplicável para os exercícios que se iniciem em 1 de janeiro de 2018 (com opção para aplicação antecipada). O **Grupo** e a **Empresa** ainda não procederam a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma. Tendo em conta a reformulação operada no tratamento dos instrumentos financeiros, poderão ocorrer impactos relevantes nas demonstrações financeiras futuras.

- **IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes** - O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade. A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido: (i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou (ii) Ao longo do período, na medida em que retracta a performance da entidade. O **Grupo** e a **Empresa** encontram-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

2.1.2.2. Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Grupo e para a empresa:

- **IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos** - Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018. A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do

pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento). O **Grupo** e a **Empresa** não esperam que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

• **IFRS 16 – Locações** – O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador – o cliente do leasing), tratando todas as locações como financeiras. Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentas de aplicação dos requisitos da norma. O **Grupo** e a **Empresa** encontram-se a proceder a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma, que se estimam significativos.

• **Outras alterações** – Foram ainda emitidas pelo IASB:

– Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.

– Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.

– Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.

– Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).

– Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se

iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

O **Grupo** e a **Empresa** não antecipam qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

2.2. Princípios de Consolidação

As participações financeiras em empresas nas quais o **Grupo** detém o controlo, ou seja, está exposto, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 8.

O capital próprio e o resultado líquido correspondentes à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica “Interesses não controlados”. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses não controlados são imputados aos mesmos.

Os ativos e passivos de cada empresa do **Grupo** são identificados ao seu justo valor na data de aquisição tal como previsto na IFRS 3. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *goodwill*. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidas nos resultados.

Os interesses não controlados incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou data de exercício do controlo até à data da sua venda.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo **Grupo**. As transações (incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do **Grupo**), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do **Grupo** são eliminados no processo de consolidação.

2.3. Relato por segmentos

O **Grupo** apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente do **Grupo**:

- (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos;
- (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do **Grupo** para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do **Grupo** e da **Empresa** são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação.

	2016		2015	
	Fecho	Médio	Fecho	Médio
Metical de Moçambique (MZM)	74,54000	69,82333	49,29000	43,53417
Dólar dos USA (USD)	1,05430	1,10661	1,08870	1,10963
Direitos de saque especial (DTS)	1,27534	1,25621	1,27283	1,26147

Fonte: Banco de Portugal.

2.5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade, quando aplicável. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo; (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra; e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local (Notas 2.20 e 33). De acordo com a exceção prevista no IFRS1 – Adoção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, as reavaliações efetuadas aos ativos tangíveis, de acordo com os índices de atualização monetária previstos na legislação portuguesa, em exercícios anteriores a 1 de janeiro de 2009, foram mantidas, designando-se essas quantias reavaliadas, para efeitos de IFRS, como “custo considerado” e foram incluídos nos “Resultados transitados”.

Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data da cobrança, pagamentos ou na data do balanço, são reconhecidas nos resultados do período.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira são as taxas de câmbio de fecho do período, no caso da conversão dos ativos e passivos, e a taxa de câmbio médio no caso da conversão dos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão dos saldos e das demonstrações financeiras em moeda estrangeira foram as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento de transporte	4 – 7
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 – 10

Os terrenos não são depreciáveis.

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, o **Grupo** e a **Empresa** avaliam se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso do valor contabilístico face ao valor recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor de um ativo menos os custos de vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

Os rendimentos ou gastos decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada, são contabilizados em resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos operacionais" ou "Outros gastos e perdas operacionais".

2.6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o **Grupo** e para a **Empresa** e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente despesas com patentes, *software* (sempre que este é separável do *hardware* e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 20 anos:

	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Propriedade industrial	3 – 20
<i>Software</i>	3 – 10

Exceção para os ativos respeitantes a propriedade industrial e outros direitos, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objeto de amortização, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, e sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

O **Grupo** e a **Empresa** procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os rendimentos ou gastos decorrentes da alienação de ativos intangíveis são determinados pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada, são contabilizados em resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos operacionais" ou "Outros gastos e perdas operacionais".

2.7. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são as propriedades (terreno ou edifícios) detidos pelo **Grupo** e pela **Empresa** para obterem rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para:

- uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou
- venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis que o **Grupo** e a **Empresa** desafetaram do uso na prestação dos seus serviços e que detêm para obterem rendas ou valorização de capital.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As taxas de depreciação consideradas são compreendidas entre 10 e 50 anos.

O **Grupo** e a **Empresa** providenciam anualmente avaliações dos ativos classificados como propriedades de investimento para determinar eventuais imparidades e proceder à respetiva divulgação do justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas.

2.8. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

O **Grupo** e a **Empresa** efetuam avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, procede-se à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence. A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração consolidada dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores.

2.9. Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de cada entidade adquirida e incluída na consolidação pelo método integral, ou subsidiária, na respetiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido na IFRS 3 (Revista) – Concentração de Atividades Empresariais. Decorrente da exceção prevista no IFRS 1 – Adoção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, o **Grupo** aplicou as disposições do IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2009. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2009 foram mantidos, pelos valores líquidos apresentados nessa data, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O *goodwill* não é amortizado. Na análise da imparidade do *goodwill*, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o *goodwill* é afeto, é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados corresponde à WACC antes de impostos ("Weighted Average Cost of Capital") estimada a partir das taxas e estruturas de capital de entidades do sector. Os testes de imparidade são realizados à data de cada relato financeiro ou mais cedo se forem identificados indicadores de risco de imparidade.

As perdas por imparidade não são reversíveis.

Na venda de unidades geradoras de caixa, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação das perdas ou ganhos de capital.

2.10. Concentração de atividades empresariais

Empresas Subsidiárias e Associadas

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados no balanço consolidado e individual, pelo método da equivalência patrimonial (Notas 10 e 11).

Uma empresa subsidiária é uma entidade na qual o **Grupo** e/ou a **Empresa** exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, detendo controlo ou controlo conjunto, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto.

Por outro lado, uma empresa associada é uma entidade na qual o **Grupo** e/ou a **Empresa** exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto, o que em geral acontece quando a participação financeira se situa entre os 20% e os 50%.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias e associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas em subsidiárias e associadas”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Outro rendimento integral”. Adicionalmente, as participações em subsidiárias e associadas poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação, sendo registadas como gastos na Demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da subsidiária e/ou associada na data de aquisição é considerado *goodwill* relativo à mesma e incluído no valor do investimento financeiro em subsidiárias e/ou associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício na rubrica de “Ganhos/perdas em subsidiárias e associadas”, após confirmação do justo valor atribuído.

Quando as perdas em empresas subsidiárias e/ou associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o **Grupo** e/ou **Empresa** incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária e/ou associada, caso em que é registada uma provisão.

Os dividendos recebidos de empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição do valor dos “Investimentos em subsidiárias” e “Investimentos em associadas”, respetivamente.

Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão, à exceção das perdas por imparidade sobre o *goodwill*.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na subsidiária e/ou associada, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas

são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Empresas controladas conjuntamente

Os investimentos em empresas controladas conjuntamente são registados nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial. A classificação destes investimentos é determinada pela existência de um acordo contratual que demonstra e regula o controlo da empresa. De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são registados inicialmente ao custo e ajustado posteriormente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas controladas conjuntamente por contrapartida de “Ganhos/perdas em empresas controladas conjuntamente”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Outro rendimento integral”.

Adicionalmente, os investimentos em entidades conjuntamente controladas podem ser ajustados através do reconhecimento de perdas de imparidade. Sempre que houver indícios de que os ativos possam estar em imparidade, uma avaliação é realizada e caso exista perda por imparidade é registado como gasto nas demonstrações financeiras.

Os ganhos e perdas não realizáveis nas transações com entidades conjuntamente controladas são eliminados na proporção dos interesses do Grupo na entidade, registando esse movimento no respetivo investimento que detém. As perdas não realizáveis são também eliminadas, mas apenas até ao ponto em que as perdas não signifiquem que o ativo transferido esteja em imparidade.

2.11. Ativos financeiros

2.11.1. Classificação

O **Grupo** e a **Empresa** classificam os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: empréstimos concedidos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objetivo da aquisição dos referidos ativos financeiros. A gestão determina a classificação dos seus ativos financeiros aquando do seu reconhecimento inicial.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Os empréstimos concedidos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto quando possuam maturidades superiores a 12 meses após a data de balanço, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes. Os empréstimos concedidos e contas a

receber do **Grupo** e **Empresa**, incluem ‘Contas a receber’, ‘Caixa e equivalentes de caixa’, ‘Outros ativos não correntes’ e ‘Outros ativos correntes’ registados no balanço.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo e (ii) os outros ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados (“*fair value option*”).

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou (ii) não se enquadram nas restantes categorias de ativos financeiros referidos. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data da demonstração da posição financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelo seu justo valor por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas diretamente em reservas até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido no capital próprio é incluído no resultado líquido do exercício.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o **Grupo** e a **Empresa** têm intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso se esteja perante um ativo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda por imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

2.11.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de contratação – a data na qual o **Grupo** e a **Empresa** se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, acrescido dos custos de transação, para todos os ativos financeiros não reconhecidos ao justo valor através de resultados. Os ativos financeiros são desreconhecidos no momento em que expiram ou são transferidos os direitos a receber fluxos de caixa e transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados à sua propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente mensurados ao justo valor, com a contrapartida da variação do justo valor a ser inscrita no rendimento integral. Os empréstimos concedidos e as contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

Os dividendos de ações classificados como disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração dos resultados quando for estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.12. Capital

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

2.13. Passivos financeiros

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, são mensurados pelo método do custo amortizado, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o pressuposto da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Contas a pagar” (Nota 34).

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos futuros durante a vida esperada do instrumento financeiro para a quantia escriturada líquida do passivo financeiro.

Contas a pagar

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal, o que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas inicialmente ao valor descontado e subsequentemente pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As contas a pagar (saldos de fornecedores e outros credores) são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços, no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário são classificadas como passivos não correntes.

2.14. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o seu valor líquido é apresentado no balanço consolidado quando existe o direito legal para compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de os liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.15. Imparidade de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O **Grupo** e a **Empresa** avaliam a cada data das demonstrações financeiras se existe evidência objetiva que um ativo, ou um grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade. Um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade e são incorridas perdas por imparidade apenas se existir

evidência objetiva de imparidade em virtude da ocorrência de um ou mais eventos após o reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda), e de que tal evento (ou eventos) resulte num impacto na estimativa de fluxos de caixa futuros, produzidos por esse ativo ou grupo de ativos, que possa ser estimado com fiabilidade.

Evidência de imparidade pode referir-se a indicações que os devedores, ou grupo de devedores, se encontram em dificuldades financeiras significativas, incumprimento no pagamento de juros ou valores a receber, a indicações que o devedor poderá entrar em falência ou em processo de reestruturação financeira e a situação onde dados observáveis indicam que existe um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados.

Para os Empréstimos concedidos e Contas a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor ao qual o ativo se encontra escriturado e o valor atual da estimativa de fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efetiva original. O valor escriturado é reduzido, e o montante da perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados.

Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade decresce, e esse decréscimo pode ser objetivamente atribuível a um evento que ocorre após a imparidade ser registada, então a imparidade anteriormente reconhecida é revertida na demonstração dos resultados.

Ativos classificados como disponíveis para venda

O **Grupo** e a **Empresa** analisam a cada data de reporte se existe evidência objetiva de imparidade sobre um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, um decréscimo prolongado ou significativo do justo valor do título relativamente ao seu valor de custo constitui também evidência de imparidade. Se tal evidência existir em ativos disponíveis para venda, a perda acumulada – medida pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data, subtraída de qualquer perda por imparidade previamente reconhecida através de resultados por conta do ativo financeiro em questão – é removida do capital e reconhecida na demonstração dos resultados. As perdas por imparidade reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados sobre instrumentos de capital não são revertidas através da demonstração dos resultados.

2.16. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao menor entre o custo de aquisição e o valor de realização líquido, utilizando-se o custo médio ponderado como método de valorização das saídas de armazém.

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de “Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas”.

2.17. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma venda em vez de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda seja muito provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) se tenha assumido um compromisso de vender; e (iii) seja expectável que a venda se concretize num período de 12 meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes desta classificação e o seu justo valor, deduzido dos custos de venda. Quando o justo valor é inferior à quantia escriturada, a diferença é reconhecida em “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”, na Demonstração dos resultados consolidados.

Os ativos não correntes detidos para venda são apresentados em linha própria no balanço consolidado.

Os ativos não correntes detidos para venda não são sujeitos a amortização e depreciação.

Os resultados das operações descontinuadas são apresentados, em linha própria na Demonstração dos resultados consolidados, a seguir ao Imposto sobre o rendimento e antes do Resultado líquido do exercício.

Quando o **Grupo** e a **Empresa** estão comprometidos com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos anteriormente, ainda que o **Grupo** e a **Empresa** retenham algum interesse residual na subsidiária após a venda.

2.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

2.19. Benefícios aos empregados

O **Grupo** e a **Empresa** adotam como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades pelo pagamento das prestações de cuidados de saúde pós-reforma e outros benefícios, os critérios consagrados na IAS 19, através do método de custeio atuarial “Unidade de crédito projetada” (Nota 32).

Para obtenção da estimativa do valor das responsabilidades (Valor presente da obrigação de benefício definido) e do gasto a reconhecer em cada período, é efetuado anualmente um estudo atuarial por entidade independente de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis. O “Valor presente da obrigação de benefício definido” é registado no passivo na rubrica de “Benefícios aos empregados”.

Benefícios pós-emprego – Cuidados de saúde

Os trabalhadores subscritores da C.G.A. e os trabalhadores beneficiários da Segurança Social (“S.S.”), (admitidos no quadro efetivo da Empresa após 19 de maio de 1992 e até 31 de dezembro de 2009), podem usufruir dos benefícios, no âmbito dos cuidados de saúde, previstos no Regulamento das Obras Sociais dos CTT. Tais benefícios são extensíveis a todos os trabalhadores efetivos da Empresa, quer se encontrem no ativo, quer na situação de aposentação, pré-reforma ou reforma.

Os trabalhadores admitidos na Empresa após 31 de dezembro de 2009, apenas poderão usufruir dos benefícios previstos no Regulamento das Obras Sociais enquanto se mantiverem vinculados à Empresa por um contrato individual de trabalho, não lhe assistindo tal direito na aposentação, pré-reforma ou reforma.

Os benefícios com cuidados de saúde respeitam, nomeadamente, à participação no custo dos medicamentos, dos serviços médico-cirúrgicos, de enfermagem e de meios auxiliares de diagnóstico e dos serviços hospitalares, conforme estabelecido no Regulamento das Obras Sociais dos CTT.

O financiamento do plano de cuidados de saúde pós-emprego é garantido na sua maior parte pela Empresa e pelos co-pagamentos dos beneficiários aquando da utilização de determinados serviços, sendo o restante coberto pelas quotas pagas pelos beneficiários.

A adesão ao plano de cuidados de saúde pós-emprego implica o pagamento por parte dos beneficiários titulares (aposentados e reformados) de uma quota correspondente a 2,25% da

pensão. Decorrente da alteração ao Plano de Saúde efetuada pela Empresa o montante da quota foi uniformizado passando o mesmo montante a ser pago também por cada familiar inscrito. Em determinadas situações especiais poderá haver isenção do pagamento de quota quer para titulares quer para familiares.

A gestão do plano de cuidados de saúde é assegurada pela IOS – Instituto das Obras Sociais e regulado pelo Regulamento das Obras Sociais dos CTT, que por sua vez contratou a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, SA (“Médis”), para prestação dos serviços de assistência médica. O contrato com a Médis vigora desde o dia 1 de janeiro de 2015.

Outros benefícios de longo prazo

Existe ainda um conjunto de obrigações construtivas assumidas perante alguns grupos de trabalhadores, nomeadamente:

- **Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho**

As responsabilidades pelo pagamento de salários a empregados em regime de libertação do posto de trabalho, de suspensão de contrato de trabalho, pré-reforma ou equivalentes, são reconhecidas na Demonstração consolidada dos resultados, na sua totalidade, no momento de passagem do empregado para aqueles regimes.

- **Taxa de assinatura telefónica**

Trata-se de um benefício assumido pelos CTT de pagamento da taxa de telefone fixo a um grupo fechado de trabalhadores aposentados e cônjuges sobreviventes (4.724 beneficiários em 31 de dezembro de 2016 e 7.326 beneficiários em 31 de dezembro de 2015), que beneficiavam da mesma em 01/06/2004 no montante de 15,30 Euros mensais. Durante o ano de 2013 o Conselho de Administração dos CTT deliberou substituir este pagamento por uma medida equivalente que se traduziu a partir de 1 de janeiro de 2014, na substituição deste apoio financeiro por uma prestação em espécie.

- **Pensões por acidente de serviço**

Corresponde essencialmente a responsabilidades com o pagamento de pensões por acidentes em serviço, relativas a trabalhadores subscritores da CGA.

De acordo com a legislação em vigor, no que diz respeito aos trabalhadores subscritores da CGA, são da responsabilidade da Empresa os encargos com pensões que tiverem sido atribuídas a título de reparação de danos resultantes de acidentes em serviço, e dos quais tenha resultado a incapacidade permanente ou morte do trabalhador. O valor destas pensões é atualizado por diploma legal.

As responsabilidades contraídas até 31 de dezembro de 2015 continuarão a ser suportadas pelos CTT. A partir de 1 de janeiro de 2016 os CTT contrataram uma apólice de seguro para cobrir estas responsabilidades tal como já acontece para os trabalhadores da Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 havia 67 e 64 beneficiários, respetivamente, a receber este tipo de pensão.

- **Subsídio mensal vitalício**

Constitui um subsídio previsto no regime jurídico das prestações familiares do D.L. nº 133-B/97 de 30 de maio, retificado pela Declaração de retificação nº 15-F/97, de 30.09, alterado pelos D.L. nº 248/99, de 02 de julho, 341/99 de 25 de agosto, 250/2001 de 21 de setembro e 176/2003, de 02 de agosto.

São beneficiários os trabalhadores no ativo ou aposentados, que tenham descendentes, maiores de 24 anos, portadores de deficiência de natureza física, orgânica, sensorial, motora ou mental, que se encontrem em situação que os impossibilite de proverem normalmente à sua subsistência pelo exercício de atividade profissional. No caso de se tratar de beneficiários subscritores da CGA, o encargo com o subsídio é da responsabilidade dos CTT.

Em 31 de dezembro de 2016 havia 44 beneficiários nestas condições (44 beneficiários em 31 de dezembro de 2015), a receber um valor mensal de 176,76 Euros, 12 meses por ano. Este valor é atualizado por Portaria dos Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social.

- **Apoio por cessação da atividade profissional**

Este benefício foi concedido aos trabalhadores que se aposentaram, com pelo menos 5 anos de antiguidade na Empresa. O seu montante dependia da antiguidade à data da aposentação. Em 31 de dezembro de 2012 a tabela em vigor previa um valor máximo de 1.847,16 Euros para 36 ou mais anos de antiguidade. Em 2012 o Conselho de Administração dos CTT deliberou descontinuar a compensação que era atribuída aos trabalhadores que atingiram o termo da sua vida ativa ao serviço da empresa CTT, S.A. Deliberou igualmente que, nas situações de desligação e reforma que venham a ocorrer na sequência dos pedidos de aposentação e de reforma já apresentados ou que viessem a sê-lo até ao dia 31 de março de 2013 a manutenção do referido benefício.

Até 31 de dezembro de 2015 foram pagos os últimos montantes relativos a este benefício, razão pela qual já não são apresentadas quaisquer responsabilidades associadas a este benefício.

- **Plano de contribuições definidas – Fundo de Pensões aberto ou Plano de Poupança Reforma**

No âmbito do novo modelo de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais definido pela Comissão de vencimentos (eleita em Assembleia Geral de 24 de março de 2014 e composta por membros independentes) foi determinada a afetação de um montante fixo mensal para Fundo de Pensões aberto ou Plano de Poupança Reforma aos membros executivos do Conselho de Administração.

Estas contribuições enquadram-se na definição de um plano de contribuição definida. Ao abrigo de um plano de contribuição definida, são pagas contribuições fixas para um fundo, mas não existe nenhuma obrigação legal ou construtiva de se fazerem pagamentos adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar todos os direitos dos trabalhadores aos benefícios pós-emprego. A obrigação é, portanto, efetivamente limitada ao montante contribuído para o fundo pelo que o risco atuarial e de investimento são colocados no empregado. Para os planos de contribuição definida, o valor reconhecido no período é a contribuição a pagar em troca do serviço prestado pelos empregados durante o período. As contribuições para um plano de contribuição definida, que não se espera que sejam integralmente liquidados no prazo de 12 meses após o fim do período de relato anual em que o empregado presta o serviço relacionado, são descontadas ao seu valor presente.

2.20. Pagamento baseado em ações

Os benefícios concedidos aos membros executivos do Conselho de administração ao abrigo de Planos de remuneração de longo prazo são registados de acordo com as disposições da IFRS 2 – Pagamentos com base em ações.

De acordo com a IFRS 2, os benefícios concedidos a serem liquidados com base em ações próprias (instrumentos de capital próprio) são reconhecidos pelo justo valor na data de atribuição.

Dado que não é possível estimar com fiabilidade o justo valor dos serviços recebidos dos empregados, o seu valor é mensurado por referência ao justo valor dos instrumentos de capital próprio.

O justo valor determinado na data da atribuição do benefício é reconhecido como custo de forma linear ao longo do período em que o mesmo é adquirido pelos beneficiários, decorrente de prestação de serviços, com o correspondente aumento no capital próprio.

2.21. Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões (Nota 33) quando, cumulativamente: (i) se tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Gastos e perdas financeiros” (Nota 49).

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisão para participações financeiras

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão para investimentos em associadas.

Provisão para reestruturação

São constituídas provisões para reestruturação sempre que um plano formal detalhado de reestruturação tenha sido aprovado pela Empresa e este tenha sido iniciado ou divulgado publicamente, que identifica:

- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito; e,
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios diretos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes da reestruturação, quer não associados com as atividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de requalificar ou deslocar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

Provisão para desmantelamento

São constituídas provisões para os custos de desmantelamento, remoção do ativo e restauração do local de certos ativos, quando esses ativos começam a ser utilizados e seja possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade, ou quando existe o compromisso contratual de reposição de espaços alugados por terceiros. Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, os passivos ambientais que não sejam liquidados num futuro próximo são mensurados pelo seu valor presente.

Provisão para processos judiciais em curso

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos advogados.

Provisões para contratos onerosos

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Ativos e Passivos Contingentes

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, procede-se à divulgação dos eventos como passivo contingente (Nota 33). Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada

com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

A empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

2.22. Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, *royalties*, juros e dividendos (provenientes de investimentos não contabilizados pelo método da equivalência patrimonial), decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo às vendas de produtos de *merchandising* e afetas ao negócio postal é reconhecido no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que normalmente ocorre no momento da transação.

O rédito relativo à prestação de serviços postais é reconhecido no momento em que o cliente solicita o serviço, uma vez que os CTT não têm informação que permita estimar com fiabilidade o montante relativo a entregas não efetuadas na data do relato

financeiro, embora se entenda que o mesmo não é materialmente relevante visto que a data de solicitação do serviço não difere significativamente da data da sua prestação.

Os preços dos serviços prestados no âmbito da concessão do Serviço Postal Universal são regulados através de um convénio de preços celebrado entre os CTT e o ICP-ANACOM.

As comissões por cobranças efetuadas e por venda de produtos financeiros são reconhecidas na data da prestação de contas com o cliente. O rédito reconhecido corresponde apenas à comissão cobrada pelos CTT, os quais atuam enquanto agente.

O rédito relativo a apartados é reconhecido durante o período dos respetivos contratos.

O rédito relativo às recargas de serviços de telecomunicações móveis pré-pagos é diferido, e reconhecido em resultados em função do tráfego efetuado pelo cliente, no período em que a prestação de serviços é efetuada.

O rédito relativo a serviços postais internacionais, bem como os custos correspondentes, é estimado com base em sondagens e índices acordados com os operadores postais homólogos e registados em contas provisórias, no mês em que o tráfego ocorre. As diferenças, que normalmente não são significativas, entre os valores assim estimados, e as contas definitivas, apuradas por acordo com aqueles operadores, são reconhecidas em resultados quando as contas passam a definitivas.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O Grupo e a Empresa registam parte dos juros recebidos de depósitos em outros rendimentos operacionais, que se referem a depósitos de curto-prazo no segmento “Serviços Financeiros”. O Grupo e a Empresa consideram que os recebimentos associados a investimento temporário em fundos e que vão ser pagos a terceiros é um dos objetivos operacionais do segmento “Serviços Financeiros”. Na demonstração consolidada de fluxos de caixa, a parte do juro é reconhecida como fluxo de caixa operacional.

2.23. Subsídios obtidos

Os subsídios apenas são reconhecidos quando exista uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que o Grupo e a Empresa irão cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos inicialmente no passivo não corrente, sendo subsequentemente imputados numa base

sistemática como rendimentos do período, de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados como rendimentos durante os períodos necessários para os balancear com os gastos incorridos, na medida em que os subsídios não sejam reembolsáveis.

2.24. Locações

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade do Grupo e da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração consolidada dos resultados, durante o período da locação (Nota 44).

2.25. Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos quando incorridos. Exceção: os juros são capitalizados quando os empréstimos são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

2.26. Impostos

Imposto sobre o rendimento (“IRC”)

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se

relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação, calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do relato financeiro. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes registados dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os CTT encontram-se abrangidos pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede IRC. As restantes empresas são tributadas individualmente com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Imposto sobre o valor acrescentado (“IVA”)

Para efeito de IVA a Empresa encontra-se enquadrada no regime normal de periodicidade mensal de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 41 do Código do IVA, praticando no âmbito da sua atividade operações isentas, enquadráveis no art.º 9.º do Código do IVA e outras sujeitas e não isentas, razão pela qual utiliza para efeitos de apuramento de IVA o método da

afetação real e o método do *prorata*. As restantes empresas do Grupo, residentes em território nacional, também se encontram enquadradas no regime normal de periodicidade mensal de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 41 do Código do IVA, praticando no âmbito da sua atividade, essencialmente, operações sujeitas.

2.27. Especialização

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o pressuposto da especialização dos períodos, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre rendimentos e gastos gerados e os correspondentes montantes faturados são registados em “Outros ativos correntes” ou em “Outros passivos correntes”. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos”, respetivamente, no passivo e no ativo.

2.28. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizados julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinados com base no melhor conhecimento existente e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/estimativas de vidas úteis

As depreciações/amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação/amortização praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade do Goodwill

A Empresa testa o *goodwill*, pelo menos anualmente, com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade, de acordo com a política referida na Nota 2.9. O cálculo dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação à evolução futura da respetiva participada. Na avaliação subjacente aos cálculos efetuados são utilizados pressupostos baseados na informação disponível quer do negócio, quer do enquadramento macroeconómico. As variações destes pressupostos poderão ter impactos ao nível dos resultados e no conseqüente registo de imparidades.

(iii) Imparidade de contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do cliente e da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e outros devedores. Caso as condições financeiras dos clientes se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

(iv) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

(v) Benefícios aos empregados

A determinação das responsabilidades com o pagamento de benefícios pós-emprego, nomeadamente com cuidados de saúde, requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de desconto e outros fatores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades com estes benefícios. Quaisquer alterações nos pressupostos utilizados, os quais estão descritos na Nota 32, terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades com benefícios aos empregados. Os CTT têm como política rever periodicamente os principais pressupostos atuariais, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.

(vi) Provisões

O Grupo e a Empresa exercem julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando se espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a

perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar resultados futuros.

2.29. Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Através da demonstração dos fluxos de caixa, são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de investimento incluem, nomeadamente aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos e recebimentos de juros e de dividendos. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

2.30. Eventos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do fecho, até à data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do relato financeiro são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data do fecho que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do relato financeiro são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3. Alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas

No período findo em 31 de dezembro de 2016 o Grupo adotou as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) nas contas individuais dos CTT e das subsidiárias com sede em território nacional. Até 31 de dezembro de 2015 a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras individuais de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data conforme estabelecido no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e demais legislação complementar.

Assim sendo a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações dos resultados por natureza e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentadas para efeitos comparativos foram ajustadas em conformidade com as IFRS. Os ajustamentos/reclassificações efetuados com efeitos a 1 de janeiro de 2015, data da transição, foram efetuados de acordo com as disposições da IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro.

As principais diferenças decorrentes da adoção das IFRS com impacto na demonstração individual da posição financeira em 1 de janeiro de 2015 são as seguintes:

Demonstração da posição financeira - 01.01.2015											
Rubrica	Valor reportado	Ajustamentos			Reclassificações						Valor reexpresso
		Subsídios ao investimento ⁽¹⁾	Investimento em associadas ⁽²⁾	Investimento em subsidiárias ⁽³⁾	Outros ativos correntes ⁽⁴⁾	Reservas ⁽⁵⁾	Resultados transitados ⁽⁶⁾	Contas a pagar ⁽⁷⁾	Imposto a pagar ⁽⁸⁾	Outros passivos correntes ⁽⁹⁾	
Participações financeiras - Mét. Equiv. Patr.	35.876.915	-	(937.732)	(34.939.183)	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	7.705.457	-	-	(7.705.457)	-	-	-	-	-	-	-
Investimento em subsidiárias	-	-	-	42.644.640	-	-	-	-	-	-	42.644.640
Investimento em associadas	-	-	937.732	-	-	-	-	-	-	-	937.732
Outras contas a receber	20.049.456	-	-	-	(20.049.456)	-	-	-	-	-	-
Outros ativos correntes	-	-	-	-	20.049.456	-	-	-	-	-	20.049.456
Restantes rubricas do ativo	1.087.183.028	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.087.183.028
Total Ativo	1.150.814.856	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.150.814.856
Outras variações no capital próprio	(18.526.395)	(259.915)	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.786.310)
Reservas legais	18.072.559	-	-	-	-	(18.072.559)	-	-	-	-	-
Outras reservas	13.701.407	-	-	-	-	(13.701.407)	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	31.773.966	-	-	-	-	31.773.966
Ajustamentos em ativos financeiros	21.622.320	-	-	-	-	-	(21.622.320)	-	-	-	-
Resultados transitados	62.752.243	-	-	-	-	-	21.622.320	-	-	-	84.374.563
Restantes rubricas do capital próprio	152.171.128	-	-	-	-	-	-	-	-	-	152.171.128
Total capital próprio	249.793.262	(259.915)	-	-	-	-	-	-	-	-	249.533.347
Diferimentos	11.568.040	361.697	-	-	-	-	-	-	-	-	11.929.737
Passivos por impostos diferidos	4.890.550	(101.782)	-	-	-	-	-	-	-	-	4.788.768
Fornecedores	66.845.568	-	-	-	-	-	-	(66.845.568)	-	-	-
Estado e outros entes públicos	18.247.579	-	-	-	-	-	-	-	(6.171.287)	(12.076.292)	-
Outras contas a pagar	478.688.808	-	-	-	-	-	-	(417.606.043)	-	(61.082.765)	-
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	484.451.611	-	-	484.451.611
Imposto a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	6.171.287	-	6.171.287
Outros passivos correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73.159.057	73.159.057
Restantes rubricas do passivo	320.781.049	-	-	-	-	-	-	-	-	-	320.781.049
Total Passivo	901.021.594	259.915	-	-	-	-	-	-	-	-	901.281.509

⁽¹⁾ De acordo com a IAS 20 – Contabilização dos Subsídios Governamentais e Divulgação de Apoios Governamentais, os subsídios ao investimento são reconhecidos como rendimento diferido.

⁽²⁾ Os investimentos em associadas foram reclassificados para uma rubrica específica.

⁽³⁾ Os investimentos em subsidiárias foram reclassificados para uma rubrica específica. O goodwill passa a estar incluído no valor do investimento.

⁽⁴⁾ Estes saldos são agora apresentados na rubrica "Outros ativos correntes".

⁽⁵⁾ Estes saldos são agora apresentados na rubrica "Reservas".

⁽⁶⁾ Estes saldos são agora apresentados na rubrica "Resultados transitados".

⁽⁷⁾ A rubrica "Contas a pagar" inclui as dívidas a Fornecedores e parte da rubrica "Outras contas a pagar" (com exceção dos acréscimos de gastos considerado como "Outros passivos correntes" conforme nota (9)).

⁽⁸⁾ A rubrica "Imposto a pagar" inclui o Imposto sobre o rendimento.

⁽⁹⁾ Os "Outros passivos correntes" incluem a Retenção de impostos sobre rendimentos, o Imposto sobre o Valor Acrescentado, as Contribuições para a Segurança Social e outros impostos (com exceção do montante do Imposto sobre o rendimento considerado como "Imposto a pagar" conforme nota (8)) e os acréscimos de gastos.

Os efeitos nas demonstrações individuais da posição financeira e dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

Demonstração da posição financeira - 31.12.2015											
Rubrica	Valor reportado	Ajustamentos			Reclassificações						Valor reexpresso
		Subsídios ao investimento ⁽¹⁾	Investimento em associadas ⁽²⁾	Investimento em subsidiárias ⁽³⁾	Outros ativos correntes ⁽⁴⁾	Reservas ⁽⁵⁾	Resultados transitados ⁽⁶⁾	Contas a pagar ⁽⁷⁾	Imposto a pagar ⁽⁸⁾	Outros passivos correntes ⁽⁹⁾	
Participações financeiras - Mét. Equiv. Patr.	57.363.394	-	(255.214)	(57.108.180)	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	8.058.656	-	-	(8.058.656)	-	-	-	-	-	-	-
Investimento em subsidiárias	-	-	-	65.166.836	-	-	-	-	-	-	65.166.836
Investimento em associadas	-	-	255.214	-	-	-	-	-	-	-	255.214
Estado e outros entes públicos	2.502.186	-	-	-	(2.502.186)	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	19.360.051	-	-	-	(19.360.051)	-	-	-	-	-	-
Outros ativos correntes	-	-	-	-	21.862.237	-	-	-	-	-	21.862.237
Restantes rubricas do ativo	993.553.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	993.553.535
Total Ativo	1.080.837.822	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.080.837.822
Outras variações no capital próprio	(18.393.737)	(251.095)	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.644.832)
Reservas legais	19.945.684	-	-	-	-	(19.945.684)	-	-	-	-	-
Outras reservas	13.438.968	-	-	-	-	(13.438.968)	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	33.384.652	-	-	-	-	33.384.652
Ajustamentos em ativos financeiros	18.858.577	-	-	-	-	-	(18.858.577)	-	-	-	-
Resultados transitados	72.869.417	-	-	-	-	-	18.858.577	-	-	-	91.727.994
Restantes rubricas do capital próprio	145.192.158	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145.192.158
Total capital próprio	251.911.067	(251.095)	-	-	-	-	-	-	-	-	251.659.972
Diferimentos	15.216.307	350.496	-	-	-	-	-	-	-	-	15.566.803
Passivos por impostos diferidos	4.633.600	(99.401)	-	-	-	-	-	-	-	-	4.534.199
Fornecedores	64.887.846	-	-	-	-	-	-	(64.887.846)	-	-	-
Estado e outros entes públicos	17.001.342	-	-	-	-	-	-	-	(7.923.944)	(9.077.398)	-
Outras contas a pagar	427.854.061	-	-	-	-	-	-	(355.518.303)	-	(72.335.758)	-
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	420.406.149	-	-	420.406.149
Imposto a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	7.923.944	-	7.923.944
Outros passivos correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81.413.156	81.413.156
Restantes rubricas do passivo	299.333.599	-	-	-	-	-	-	-	-	-	299.333.599
Total Passivo	828.926.755	251.095	-	-	-	-	-	-	-	-	829.177.850

⁽¹⁾ De acordo com a IAS 20 - Contabilização dos Subsídios Governamentais e Divulgação de Apoios Governamentais, os subsídios ao investimento são reconhecidos como rendimento diferido.

⁽²⁾ Os investimentos em associadas foram reclassificados para uma rubrica específica.

⁽³⁾ Os investimentos em subsidiárias foram reclassificados para uma rubrica específica. O goodwill passa a estar incluído no valor do investimento.

⁽⁴⁾ Estes saldos são agora apresentados na rubrica "Outros ativos correntes".

⁽⁵⁾ Estes saldos são agora apresentados na rubrica "Reservas".

⁽⁶⁾ Estes saldos são agora apresentados na rubrica "Resultados transitados".

⁽⁷⁾ A rubrica "Contas a pagar" inclui as dívidas a Fornecedores e parte da rubrica "Outras contas a pagar" (com exceção dos acréscimos de gastos considerado como "Outros passivos correntes" conforme nota (9)).

⁽⁸⁾ A rubrica "Imposto a pagar" inclui o Imposto sobre o rendimento.

⁽⁹⁾ Os "Outros passivos correntes" incluem a Retenção de impostos sobre rendimentos, o Imposto sobre o Valor Acrescentado, as Contribuições para a Segurança Social e outros impostos (com exceção do montante do Imposto sobre o rendimento considerado como "Imposto a pagar" conforme nota (8)) e os acréscimos de gastos.

Demonstração dos resultados por natureza - 31.12.2015

Rubrica	Valor reportado	Reclassificações					Valor reexpresso
		Gastos com o pessoal ^(1.0)	Imparidade de inventários e contas a receber ^(1.1)	Depreciações/ amortizações e imparidade de investimentos ^(1.2)	Outros rendimentos e ganhos operacionais ^(1.3)	Rendimentos financeiros ^(1.4)	
Trabalhos para a própria empresa	306.257	(306.257)	-	-	-	-	-
Gastos com o pessoal	(297.335.567)	306.257	-	-	-	-	(297.029.310)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	268.616	-	(268.616)	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber	248.629	-	(248.629)	-	-	-	-
Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)	-	-	517.245	-	-	-	517.245
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(19.732.394)	-	-	19.732.394	-	-	-
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)	291.117	-	-	(291.117)	-	-	-
Depreciações/ amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	-	-	-	(19.441.277)	-	-	(19.441.277)
Subsídios à exploração	8.119	-	-	-	(8.119)	-	-
Outros rendimentos e ganhos	51.298.403	-	-	-	(40.900.792)	(1.397.611)	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	-	-	-	-	49.908.911	-	49.908.911
Juros e rendimentos similares obtidos	283.466	-	-	-	-	(283.466)	-
Rendimentos financeiros	-	-	-	-	-	1.681.077	1.681.077
Outras rubricas da Demonstração dos resultados	336.428.637	-	-	-	-	-	336.428.637
Resultado líquido do período	72.065.283	-	-	-	-	-	72.065.283

^(1.0) Os "Gastos com o pessoal" são apresentados líquidos dos gastos incorridos nos trabalhos para a própria empresa.

^(1.1) A imparidade de inventários e de contas a receber são apresentadas em conjunto.

^(1.2) Os gastos / reversões de depreciação e de amortização são apresentados em conjunto com a imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).

^(1.3) Os subsídios à exploração e os outros rendimentos e ganhos não considerados como rendimentos financeiros, são apresentados como "Outros rendimentos e ganhos operacionais".

^(1.4) Os "Rendimentos financeiros" incluem os juros e rendimentos similares, com a exceção dos juros decorrentes do *float* financeiro que são apresentados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos operacionais".

Os efeitos na demonstração individual dos resultados por naturezas referente aos 3 meses findos em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

Demonstração dos resultados por natureza - 3 meses findos em 31.12.2015

Rubrica	Valor reportado	Reclassificações					Valor reexpresso
		Gastos com o pessoal ⁽¹⁾	Imparidade de inventários e contas a receber ⁽²⁾	Depreciações/ amortizações e imparidade de investimentos ⁽³⁾	Outros rendimentos e ganhos operacionais ⁽⁴⁾	Rendimentos financeiros ⁽⁵⁾	
Trabalhos para a própria empresa	115.303	(115.303)	-	-	-	-	-
Gastos com o pessoal	(76.616.236)	115.303	-	-	-	-	(76.500.933)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	347.441	-	(347.441)	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber	(52.039)	-	52.039	-	-	-	-
Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)	-	-	295.402	-	-	-	295.402
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(5.698.056)	-	-	5.698.056	-	-	-
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)	(133.321)	-	-	133.321	-	-	-
Depreciações/ amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	-	-	-	(5.831.377)	-	-	(5.831.377)
Outros rendimentos e ganhos	18.906.806	-	-	-	(18.660.303)	(246.503)	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	-	-	-	-	18.660.303	-	18.660.303
Juros e rendimentos similares obtidos	69.904	-	-	-	-	(69.904)	-
Rendimentos financeiros	-	-	-	-	-	316.406	316.406
Outras rubricas da demonstração dos resultados	84.490.525	-	-	-	-	-	84.490.525
Resultado líquido do período	21.430.327	-	-	-	-	-	21.430.327

⁽¹⁾ Os "Gastos com o pessoal" são apresentados líquidos dos gastos incorridos nos trabalhos para a própria empresa.

⁽²⁾ A imparidade de inventários e de contas a receber são apresentadas em conjunto.

⁽³⁾ Os gastos / reversões de depreciação e de amortização são apresentados em conjunto com a imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).

⁽⁴⁾ Os subsídios à exploração e os outros rendimentos e ganhos não considerados como rendimentos financeiros são apresentados como "Outros rendimentos e ganhos operacionais".

⁽⁵⁾ Os "Rendimentos financeiros" incluem os juros e rendimentos similares, com a exceção dos juros decorrentes do *float* financeiro que são apresentados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos operacionais".

Os ajustamentos efetuados, com efeitos nos capitais próprios individuais, reportados a 1 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, para efeitos de conversão para as IFRS, foram os seguintes:

Capital próprio	31.12.2015	01.01.2015
Capital próprio individual - SNC	251.911.067	249.793.262
Reservas (Subsídios aos investimentos)	(251.095)	(259.915)
Capital próprio individual - IFRS	251.659.972	249.533.347

Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras de períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8 o Grupo apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

O negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos da seguinte forma:

- Correio – CTT, S.A. excluindo os serviços financeiros, mas incluindo a rede de lojas e as soluções empresariais, a CTT Contacto (resultante da fusão por incorporação da PostContacto e da Mailtec Processos na CTT Gest), a Mailtec Comunicação e a Escrita Inteligente, S.A. De notar, ainda, a fusão da Mailtec Consultoria nos CTT, S.A.;
- Expresso & Encomendas – inclui a CTT Expresso, a Tourline e a CORRE;
- Serviços Financeiros – Payshop e serviços financeiros dos CTT, S.A.;
- Banco CTT – Banco CTT, S.A.

Os segmentos cobrem os três mercados de atuação dos CTT:

- Mercado Postal e de Soluções Empresariais, coberto pelo segmento do Correio;
- Mercado de Expresso e Encomendas, coberto pelo segmento de Expresso & Encomendas;
- Mercado Financeiro, coberto pelo segmento de Serviços Financeiros e Banco CTT.

Além dos quatro segmentos acima referidos, existem dois canais de venda, transversais a todos os negócios e produtos, a Rede de Lojas e os Grandes Clientes. A Rede de Lojas, estando associada às obrigações no âmbito da concessão do serviço postal universal, encontra-se, para efeitos desta análise, incorporada no segmento Correio, integrando os rendimentos internos relacionados com a sua prestação de serviços a outros segmentos, assim como a venda de produtos e serviços de terceiros realizados na sua rede.

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas da demonstração de posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados diretamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

No entanto, dado que a empresa CTT, S.A. possui ativos em mais do que um segmento foi necessário repartir os seus proveitos e custos pelos vários segmentos operacionais. As Prestações Internas de Serviços referem-se a serviços prestados entre as diferentes áreas de negócio dos CTT, S.A., sendo os rendimentos apurados em função de atividades *standard* valorizadas através de preços de transferência definidos internamente.

Numa primeira fase, os gastos operacionais dos CTT, S.A. são afetados aos diferentes segmentos através da imputação das prestações internas de serviços referidas anteriormente. Após esta primeira imputação, os gastos relativos às áreas corporativas e de suporte (Estrutura Central CTT) anteriormente não imputados são repartidos pelos segmentos Correio e Serviços Financeiros em função do número médio de pessoal ao serviço dos CTT, S.A. afeto a cada um destes segmentos.

Com a imputação da globalidade dos custos, o resultado antes de depreciações, provisões, imparidades, resultados financeiros e impostos por segmento no exercício de 2016 e 2015 é o seguinte:

Euros	2016							Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Banco CTT	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Outros não alocados	
Rendimentos operacionais	533.586.673	120.809.947	70.760.726	961.734	108.910.984	(138.208.500)		696.821.564
Vendas e prestação de serviços	490.837.845	115.956.403	65.944.099	-	11.030	(3.080.807)		669.668.571
Vendas	19.247.627	837.524	-	-	-	(2.893)		20.082.259
Prestação de serviços	471.590.218	115.118.878	65.944.099	-	11.030	(3.077.914)		649.586.312
Margem Financeira	-	-	-	26.051	-	-		26.051
Rendimentos operacionais a clientes externos	26.390.268	4.853.544	4.733.667	935.682	17.651.463	(27.437.682)		27.126.942
Prestações internas de serviços	16.358.560	-	82.960	-	40.060.406	(56.501.927)		-
Afetação estrutura central CTT	-	-	-	-	51.188.085	(51.188.085)		-
Gastos operacionais	448.411.842	116.302.249	32.948.637	26.403.442	108.910.984	(138.208.500)		594.768.654
Fornecimentos e serviços externos	100.938.902	92.749.459	9.830.286	16.439.019	42.561.221	(30.481.823)		232.037.064
Gastos com pessoal	242.375.793	21.363.008	4.601.590	9.626.317	60.420.774	-		338.387.481
Outros gastos	15.673.374	2.189.782	1.365.657	338.106	4.813.856	(36.666)		24.344.109
Prestações internas de serviços	38.588.353	-	16.798.440	-	1.115.133	(56.501.927)		-
Afetação estrutura central CTT	50.835.421	-	352.664	-	-	(51.188.085)		-
EBITDA ⁽¹⁾	85.174.831	4.507.698	37.812.090	(25.441.708)	-	-		102.052.910
Depreciações/ amortizações e imparidade dos investimentos	(15.698.721)	(2.736.099)	(354.204)	(1.541.550)	(6.683.109)	-	(454.412)	(27.468.094)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)								(45.623)
Provisões líquidas								16.343.680
Gastos financeiros								(6.540.106)
Rendimentos financeiros								671.599
Ganhos/perdas em entidades associadas								230.340
Resultado antes de imposto								85.244.706
Imposto sobre o rendimento								(23.347.639)
Resultado líquido								61.897.067
Interesses não controlados								(263.328)
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital								62.160.395

⁽¹⁾ Resultados operacionais + depreciações/ amortizações + variação líquida de provisões e perdas por imparidade.

Euros	2015							Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Banco CTT	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Outros não alocados	
Rendimentos operacionais	554.637.064	131.256.297	75.314.955	1.673	105.477.237	(139.507.467)	-	727.179.760
Vendas e prestação de serviços	511.166.685	127.014.261	70.854.457	-	-	(3.866.541)	-	705.168.863
Vendas	22.892.730	915.975	-	-	-	(1.334)	-	23.807.371
Prestação de serviços	488.273.956	126.098.286	70.854.457	-	-	(3.865.207)	-	681.361.492
Rendimentos operacionais a clientes externos	26.373.250	4.242.035	4.380.458	1.673	16.626.648	(29.613.167)	-	22.010.897
Prestações internas de serviços	17.097.129	-	80.040	-	55.968.284	(73.145.454)	-	-
Afetação estrutura central CTT	-	-	-	-	32.882.305	(32.882.305)	-	-
Gastos operacionais	451.648.885	130.477.384	37.117.452	7.396.698	105.477.237	(139.507.467)	-	592.610.190
Fornecimentos e serviços externos	103.439.453	100.134.379	14.789.649	5.066.117	43.109.017	(33.454.476)	-	233.084.139
Gastos com pessoal	241.974.873	26.796.905	3.555.387	2.252.303	57.193.411	-	-	331.772.879
Outros gastos	19.503.763	3.546.100	598.685	78.279	4.051.577	(25.233)	-	27.753.171
Prestações internas de serviços	54.105.814	-	17.916.408	-	1.123.231	(73.145.454)	-	-
Afetação estrutura central CTT	32.624.981	-	257.323	-	-	(32.882.305)	-	-
EBITDA ⁽¹⁾	102.988.179	778.913	38.197.503	(7.395.025)	-	-	-	134.569.570
Depreciações/ amortizações e imparidade dos investimentos	(14.775.094)	(3.213.473)	(552.154)	(137.081)	(4.433.952)	-	(461.248)	(23.573.001)
Imparidade de contas a receber (perdas/ reversões)								(1.410.434)
Imparidade de ativos não depreciáveis								623.123
Provisões líquidas								(277.313)
Gastos financeiros								(6.861.401)
Rendimentos financeiros								1.485.163
Ganhos/perdas em entidades associadas								54.274
Resultado antes de imposto								104.609.981
Imposto sobre o rendimento								(32.539.346)
Resultado líquido								72.070.635
Interesses não controlados								5.352
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital								72.065.283

⁽¹⁾ Resultados operacionais + depreciações/ amortizações + variação líquida de provisões e perdas por imparidade.

As receitas detalham-se como se segue:

Milhares de Euros	2016	2015
Correio	533.587	554.637
Correio Transacional	403.684	416.806
Correio Editorial	15.952	15.738
Encomendas (SU)	6.608	6.892
Correio publicitário	29.596	31.712
Produtos e Serviços de Retalho	17.758	19.505
Filatelia	7.480	8.155
Soluções empresariais	9.960	11.524
Outros	42.549	44.305
Expresso & encomendas	120.810	131.256
Serviços Financeiros	70.761	75.315
Banco CTT	962	2
Estrutura Central CTT	108.911	105.477
Eliminações intragrupo	(138.208)	(139.507)
	696.822	727.180

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

Ativos (Euros)	2016						
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Banco CTT	Estrutura Central CTT	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	2.688.799	3.989.255	383.266	18.455.823	7.853.454	5.546.126	38.916.723
Ativos fixos tangíveis	172.040.917	13.822.493	711.568	59.727	14.920.468	7.366.608	208.921.781
Propriedades de investimento						9.291.983	9.291.983
Goodwill	7.294.638		406.101				7.700.739
Ativos por impostos diferidos						86.220.762	86.220.762
Contas a receber						122.113.270	122.113.270
Crédito a clientes bancários				7.103.905			7.103.905
Investimentos detidos até à maturidade				95.094.543			95.094.543
Ativos financeiros disponíveis para venda				6.447.325			6.447.325
Outros ativos financeiros bancários				59.054.303			59.054.303
Outros ativos						48.263.780	48.263.780
Caixa e equivalentes de caixa						618.811.099	618.811.099
Ativos não correntes detidos para venda						8.756.999	8.756.999
	182.024.355	17.811.748	1.500.934	186.215.627	22.773.922	906.370.627	1.316.697.213

2015							
Ativos (Euros)	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Banco CTT	Estrutura Central CTT	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	2.884.879	3.663.322	245.408	9.716.701	9.104.348	2.009.357	27.624.015
Ativos fixos tangíveis	174.902.447	13.727.659	549.351	60.642	17.579.075	3.121.711	209.940.886
Propriedades de investimento						19.783.095	19.783.095
Goodwill	7.652.555		406.101				8.058.656
Ativos por impostos diferidos						87.535.941	87.535.941
Contas a receber						124.355.641	124.355.641
Outros ativos						38.524.257	38.524.257
Caixa e equivalentes de caixa						603.649.717	603.649.717
	185.439.881	17.390.982	1.200.860	9.777.343	26.683.423	878.979.718	1.119.472.208

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

2016						
Outra informação (Euros)	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Banco CTT	Estrutura Central CTT	Total
Financiamentos não correntes	-	127.145	-	-	-	127.145
Financiamentos bancários	-	87.202	-	-	-	87.202
Locações	-	39.943	-	-	-	39.943
Financiamentos correntes	724.749	8.955.080	-	-	-	9.679.829
Financiamentos bancários	-	8.726.161	-	-	-	8.726.161
Locações	724.749	228.919	-	-	-	953.668
	724.749	9.082.224	-	-	-	9.806.973

2015					
Outra informação (Euros)	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Total
Financiamentos não correntes	724.845	310.677	-	-	1.035.522
Financiamentos bancários	-	95.241	-	-	95.241
Locações	724.845	215.436	-	-	940.281
Financiamentos correntes	462.968	6.615.187	-	-	7.078.155
Financiamentos bancários	-	6.028.197	-	-	6.028.197
Locações	462.968	586.990	-	-	1.049.958
	1.187.813	6.925.864	-	-	8.113.677

O Grupo está domiciliado em Portugal. As vendas e prestação de serviços por áreas geográficas são apresentadas abaixo:

Milhares de Euros	2016	2015
Rendimentos - Portugal	594.380	624.709
Rendimentos - outros países	75.289	80.406
	669.669	705.169

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos "Ativos fixos tangíveis", bem como nas respetivas depreciações acumuladas, relativo ao **Grupo** foi o seguinte:

2016									
Grupo	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Total
Ativos fixos tangíveis									
Saldo inicial	37.306.577	337.982.013	138.002.341	3.273.327	54.961.400	23.252.352	1.971.616	1.398.408	598.148.034
Aquisições	-	313.458	6.625.240	9.719	4.156.018	1.937.614	8.381.884	2.888.955	24.312.888
Alienações	(526.637)	(3.885.980)	(1.503.859)	-	(52.919)	-	-	-	(5.969.395)
Transferências e abates	123.778	675.516	(2.289.200)	(8.174)	51.751	(115.897)	(5.337.034)	(812.692)	(7.711.951)
Regularizações	-	(175.240)	(399.323)	(5.800)	(94.314)	(36.644)	-	(123.265)	(834.586)
Saldo final	36.903.717	334.909.766	140.435.200	3.269.073	59.021.936	25.037.425	5.016.467	3.351.405	607.944.989
Depreciações Acumuladas									
Saldo inicial	3.888.322	192.743.987	118.629.681	3.154.422	50.187.217	19.306.751	-	-	387.910.380
Depreciações do período	-	9.180.124	7.410.835	66.457	2.621.487	1.111.546	-	-	20.390.450
Alienações	(36.827)	(2.390.937)	(1.481.994)	-	(52.919)	-	-	-	(3.962.677)
Transferências e abates	-	(2.172.820)	(2.533.931)	(8.174)	(487.515)	(173.533)	-	-	(5.375.973)
Regularizações	-	(604)	(89.968)	(3.709)	(12.465)	(5.280)	-	-	(112.027)
Saldo final	3.851.494	197.359.750	121.934.624	3.208.996	52.255.806	20.239.484	-	-	398.850.154
Perdas Imparidades Acumuladas									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	296.769	-	-	296.769
Outras variações	-	-	-	-	-	(123.714)	-	-	(123.714)
Saldo final	-	-	-	-	-	173.055	-	-	173.055
Ativos fixos tangíveis líquidos	33.052.223	137.550.016	18.500.576	60.077	6.766.130	4.624.886	5.016.467	3.351.405	208.921.781

2015									
Grupo	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Total
Ativos fixos tangíveis									
Saldo inicial	36.831.709	330.651.512	143.631.822	2.620.085	53.946.268	22.491.331	1.737.799	431.404	592.341.930
Aquisições	-	241.625	6.037.562	1.981	1.694.892	929.960	3.505.594	2.137.061	14.548.674
Alienações	(2.881)	(206.610)	(3.453.459)	-	(10.823)	-	-	-	(3.673.773)
Transferências e abates	477.748	7.295.485	(8.159.431)	647.245	(634.229)	(139.395)	(3.271.776)	(1.168.066)	(4.952.418)
Regularizações	-	-	(57.723)	4.016	(34.707)	(29.544)	-	(1.991)	(119.949)
Alteração perímetro de consolidação	-	-	3.569	-	-	-	-	-	3.569
Saldo final	37.306.577	337.982.013	138.002.341	3.273.327	54.961.400	23.252.352	1.971.616	1.398.408	598.148.034
Depreciações Acumuladas									
Saldo inicial	3.888.710	181.856.867	124.532.096	2.539.928	48.417.343	18.220.445	-	-	379.455.389
Depreciações do período	-	8.999.999	6.576.631	65.894	2.392.151	1.244.129	-	-	19.278.804
Alienações	(388)	(116.904)	(3.449.206)	-	(10.823)	-	-	-	(3.577.322)
Transferências e abates	-	2.004.296	(8.961.765)	548.540	(602.122)	(154.648)	-	-	(7.165.699)
Regularizações	-	(271)	(70.002)	60	(9.332)	(3.176)	-	-	(82.720)
Alteração perímetro de consolidação	-	-	1.927	-	-	-	-	-	1.927
Saldo final	3.888.322	192.743.987	118.629.681	3.154.422	50.187.217	19.306.750	-	-	387.910.379
Perdas Imparidades Acumuladas									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	420.483	-	-	420.483
Outras variações	-	-	-	-	-	(123.714)	-	-	(123.714)
Saldo final	-	-	-	-	-	296.769	-	-	296.769
Ativos fixos tangíveis líquidos	33.418.255	145.238.026	19.372.659	118.905	4.774.183	3.648.833	1.971.616	1.398.408	209.940.886

As depreciações contabilizadas no Grupo no montante de 20.390.450 Euros (19.278.804 Euros em 31 de dezembro de 2015) foram registadas na rubrica de “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)” (Nota 47).

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, relativo à Empresa foi o seguinte:

2016									
Empresa	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Total
Ativos fixos tangíveis									
Saldo inicial	35.489.705	322.733.582	107.351.937	2.479.246	48.312.318	21.472.842	1.971.617	1.398.407	541.209.656
Aquisições	-	-	5.552.134	-	3.444.701	1.918.240	8.376.038	2.032.080	21.323.193
Alienações	(526.637)	(3.885.980)	(1.492.276)	-	-	-	-	-	(5.904.894)
Transferências e abates	123.778	669.671	(2.070.172)	-	94.512	40.006	(5.331.188)	(812.692)	(7.286.085)
Regularizações	-	(172.289)	(146.612)	-	(67.780)	(19.984)	-	(123.265)	(529.930)
Saldo final	35.086.846	319.344.985	109.195.010	2.479.246	51.783.751	23.411.104	5.016.467	2.494.530	548.811.940
Depreciações Acumuladas									
Saldo inicial	3.888.321	184.477.527	94.533.371	2.369.138	44.176.849	17.624.015	-	-	347.069.221
Depreciações do período	-	8.747.815	5.417.745	62.589	2.246.253	1.076.778	-	-	17.551.180
Alienações	(36.827)	(2.390.937)	(1.470.411)	-	-	-	-	-	(3.898.175)
Transferências e abates	-	(2.172.819)	(2.314.904)	-	(445.217)	(17.167)	-	-	(4.950.106)
Saldo final	3.851.494	188.661.587	96.165.800	2.431.726	45.977.885	18.683.626	-	-	355.772.119
Perdas Imparidades Acumuladas									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	296.769	-	-	296.769
Outras variações	-	-	-	-	-	(123.714)	-	-	(123.714)
Saldo final	-	-	-	-	-	173.055	-	-	173.055
Ativos fixos tangíveis líquidos	31.235.351	130.683.399	13.029.209	47.520	5.805.866	4.554.423	5.016.467	2.494.530	192.866.766

2015									
Empresa	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Total
Ativos fixos tangíveis									
Saldo inicial	35.014.836	315.616.144	113.261.739	1.645.511	46.543.817	20.574.950	1.737.799	264.291	534.659.087
Aquisições	-	-	3.685.875	1.981	1.436.934	892.426	3.505.594	1.358.018	10.880.829
Alienações	(2.881)	(206.610)	(2.133.753)	-	(10.823)	-	-	-	(2.354.067)
Transferências e abates	477.748	7.288.834	(8.237.710)	831.755	(52.712)	(7.862)	(3.271.776)	(222.750)	(3.194.473)
Regularizações	-	-	(57.723)	-	(34.205)	(30.046)	-	(1.151)	(123.125)
Fusões	-	35.215	833.509	-	429.307	43.375	-	-	1.341.406
Saldo final	35.489.704	322.733.584	107.351.938	2.479.248	48.312.318	21.472.844	1.971.616	1.398.407	541.209.658
Depreciações Acumuladas									
Saldo inicial	3.888.711	174.091.789	99.782.739	1.593.991	41.734.094	16.385.542	-	-	337.476.866
Depreciações do período	-	8.420.076	4.180.955	53.402	2.079.555	1.195.715	-	-	15.929.703
Alienações	(388)	(116.904)	(2.133.753)	-	(10.823)	-	-	-	(2.261.868)
Transferências e abates	-	2.047.352	(8.128.892)	721.745	(35.991)	-	-	-	(5.395.786)
Fusões	-	35.215	832.322	-	410.013	42.757	-	-	1.320.307
Saldo final	3.888.322	184.477.527	94.533.371	2.369.138	44.176.849	17.624.014	-	-	347.069.222
Perdas Imparidades Acumuladas									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	420.483	-	-	420.483
Outras variações	-	-	-	-	-	(123.714)	-	-	(123.714)
Saldo final	-	-	-	-	-	296.769	-	-	296.769
Ativos fixos tangíveis líquidos	31.601.381	138.256.056	12.818.567	110.110	4.135.469	3.552.061	1.971.616	1.398.407	193.843.668

As depreciações contabilizadas na **Empresa**, no período do presente Anexo, no montante de 17.551.181 Euros (15.929.703 Euros em 31 de dezembro de 2015), foram registadas na rubrica de “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)” (Nota 47).

No **Grupo** e na **Empresa**, em 31 dezembro de 2016, os saldos das rubricas “Terrenos” e “Edifícios e outras construções”, incluem 650.717 Euros (4.756.534 Euros em 31 dezembro de 2015) referentes a terrenos e imóveis em copropriedade com MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.

No decurso de 2016 foi efetuada a permuta com a com MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., tendo sido registados ganhos de 485.134 Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2015 reclassificou-se, na **Empresa**, para ativo fixo tangível um imóvel que passou a estar afeto à atividade operacional no montante de 4.517.053 Euros e depreciações acumuladas de 2.047.352 Euros, fruto do modelo de desenvolvimento definido para a Rede de Lojas.

De acordo com o contrato de concessão em vigor, após as últimas alterações de 31 de dezembro de 2013 (Nota 1), no termo da concessão revertem gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios público e privado do Estado. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, reverterão para a posse do Estado apenas os bens que ao Estado pertençam, pelo que no fim da concessão os CTT continuarão na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração suportado nos registos patrimoniais da Empresa e na declaração da Direção Geral do Tesouro e Finanças, responsável pelo Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIIE), entende que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

No **Grupo**, no período findo em 31 dezembro de 2015, a rubrica “alteração do perímetro de consolidação” diz respeito aos saldos da empresa Escrita Inteligente, S.A. que foi adquirida em dezembro de 2015.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

Edifícios e outras construções:

Os movimentos associados às aquisições e transferências dizem respeito à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios em diversas instalações dos CTT, CTT Expresso e da Tourline.

Incluem também a permuta efetuada com a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., de 4 imóveis que se encontravam em copropriedade.

Equipamento básico:

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente à aquisição de motociclos, triciclos e quadriciclos num valor aproximado de 912 mil Euros, veículos ligeiros e pesados de mercadorias no valor de 1.867 mil Euros, tratores e atrelados num valor de aproximado de 234 mil Euros, paletes e porta-paletes no valor de 35 mil Euros, de ATM's no valor de 336 mil Euros, de diverso mobiliário operacional no valor de 40 mil Euros, de equipamento informático num montante de cerca de 1.158 mil Euros, balanças no valor aproximado de 42 mil Euros, paletes para Rest Mail no valor de 90 mil Euros e “upgrade” das máquinas divisoras no valor aproximado de 643 mil Euros nos CTT. Na CTT Expresso registou-se o upgrade das máquinas divisoras de encomendas no valor aproximado de 371 mil Euros e aquisição de paletes e porta-paletes no valor de 76 mil Euros. A Payshop adquiriu 839 terminais no valor de 155 mil Euros e 1.250 scanners no valor de 88 mil Euros.

Equipamento administrativo:

As aquisições respeitam essencialmente à aquisição de diversos equipamentos administrativos, nomeadamente cofres e portas de segurança, num valor total de 729 mil Euros, diverso equipamento de escritório no valor de 1.003 mil Euros, equipamento de médio e grande porte no valor de 1.161 mil Euros e ainda equipamento microinformático no valor aproximado de 537 mil Euros por parte dos CTT. A CTT Expresso adquiriu um sistema de backup, arquivo e virtualização no valor de 308 mil Euros. Adicionalmente foram adquiridos, pela Tourline, diversos equipamentos informáticos no valor de 27 mil Euros.

Outros ativos fixos tangíveis:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente equipamentos de prevenção e segurança no valor aproximado de 1.653 mil Euros, essencialmente referentes à **Empresa**.

Ativos fixos tangíveis em curso:

Os valores constantes nesta rubrica dizem respeito à capitalização de obras em imóveis próprios e alheios.

No período findo em 31 de dezembro de 2016 os montantes verificados na rubrica de abates, com particular destaque nas classes de Equipamento básico, devem-se fundamentalmente ao abate efetuado nos CTT, de bens que se encontravam totalmente depreciados.

No **Grupo** e na **Empresa**, em 31 dezembro de 2016, o montante da rubrica de transferências de Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções inclui o montante total, líquido de depreciações, de 2.344.233 Euros, relativo à transferência de imóveis para ativos não correntes detidos para venda (Nota 22).

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Tangíveis do **Grupo** e da **Empresa** são como segue:

	Grupo	Empresa
Upgrade de servidores	18.450	18.450
Equipamento arquivo	46.740	46.740
Balança, digitalizador e micrómetro	5.235	5.235
Melhorias máquinas divisoras de correio	11.754	11.754
Desktop e monitores	2.260	2.260
Cofres e portas de segurança	100.072	100.072
Porta-paletas	18.770	18.770
	203.280	203.280

6. Ativos Intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis referentes ao **Grupo**, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2016						
Grupo	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4.372.923	48.455.024	12.004.296	444.739	12.175.413	77.452.395
Aquisições	-	7.715.502	17.573	-	10.114.453	17.847.528
Alienações	-	(15.490)	-	-	-	(15.490)
Transferências e abates	-	13.235.156	1.893	-	(13.419.588)	(182.539)
Regularizações	-	(15.640)	(301.202)	-	-	(316.843)
Outros movimentos	-	357.918	-	-	-	357.918
Saldo final	4.372.923	69.732.469	11.722.559	444.739	8.870.277	95.142.968
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4.350.412	36.912.898	8.120.329	444.739	-	49.828.379
Amortizações do período	9.647	6.277.006	336.578	-	-	6.623.231
Alienações	-	(15.490)	-	-	-	(15.490)
Transferências e abates	-	(150.959)	(454)	-	-	(151.413)
Regularizações	-	(2.289)	(56.173)	-	-	(58.463)
Saldo final	4.360.060	43.021.166	8.400.280	444.739	-	56.226.245
Ativos intangíveis líquidos	12.863	26.711.303	3.322.280	-	8.870.277	38.916.723

2015						
Grupo	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4.372.922	38.620.250	11.659.692	444.739	4.726.397	59.824.001
Aquisições	84.441	5.386.048	342.437	-	11.911.640	17.724.566
Transferências e abates	(84.441)	4.448.727	-	-	(4.502.826)	(138.540)
Alteração perímetro consolidação	-	-	2.167	-	40.201	42.368
Saldo final	4.372.922	48.455.024	12.004.296	444.739	12.175.413	77.452.394
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4.340.765	33.801.244	7.816.346	439.639	-	46.397.993
Amortizações do período	12.060	3.471.192	344.597	5.100	-	3.832.949
Transferências e abates	(2.413)	(359.537)	-	-	-	(361.949)
Regularizações	-	-	(40.614)	-	-	(40.614)
Saldo final	4.350.412	36.912.898	8.120.329	444.739	-	49.828.379
Ativos intangíveis líquidos	22.510	11.542.126	3.883.967	-	12.175.413	27.624.015

As amortizações do período respeitantes ao **Grupo**, no montante de 6.623.231 Euros (3.832.949 Euros em 31 de dezembro de 2015) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)” (Nota 47).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis referentes à **Empresa**, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2016						
Empresa	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	3.717.326	38.719.172	3.566.374	-	2.009.357	48.012.229
Aquisições	-	679.023	17.573	-	5.664.626	6.361.222
Transferências e abates	-	2.094.837	1.893	-	(2.127.856)	(31.126)
Regularizações	-	(15.640)	-	-	-	(15.640)
Saldo final	3.717.326	41.477.392	3.585.840	-	5.546.126	54.326.686
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	3.694.816	28.347.075	3.009.661	-	-	35.051.552
Amortizações do período	9.647	4.423.323	40.604	-	-	4.473.575
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	(2.289)	105	-	-	(2.184)
Saldo final	3.704.463	32.768.108	3.050.370	-	-	39.522.942
Ativos intangíveis líquidos	12.863	8.709.284	535.470	-	5.546.126	14.803.744

2015						
Empresa	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	3.717.326	28.465.655	3.223.072	-	4.710.797	40.116.850
Aquisições	84.441	4.654.861	326.469	-	1.775.205	6.840.977
Transferências e abates	(84.441)	4.783.837	-	-	(4.476.645)	222.750
Fusões	-	814.821	16.833	-	-	831.654
Saldo final	3.717.326	38.719.174	3.566.374	-	2.009.357	48.012.230
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	3.685.169	24.541.759	2.955.835	-	-	31.182.763
Amortizações do período	12.060	3.001.272	36.994	-	-	3.050.326
Transferências e abates	(2.413)	2.413	-	-	-	-
Fusões	-	801.631	16.833	-	-	818.464
Saldo final	3.694.816	28.347.074	3.009.662	-	-	35.051.553
Ativos intangíveis líquidos	22.510	10.372.099	556.712	-	2.009.357	12.960.678

As amortizações do período da **Empresa**, no montante de 4.473.575 Euros (3.050.326 Euros em 2015) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)” (Nota 47).

Na rubrica “Propriedade Industrial” referente ao **Grupo**, encontra-se registada a licença da marca “Payshop Internacional” propriedade da CTT Contacto, S.A., no montante de 1.200.000 Euros. Esta licença não se encontra em amortização uma vez que tem uma vida útil indeterminada.

As transferências ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2016 de ativos intangíveis em curso para programas de computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer do exercício.

Foram capitalizados em “programas de computador” ou “ativos intangíveis em curso”, os valores de 798.888 Euros e 306.256 Euros, respetivamente em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, que dizem respeito à participação de recursos internos da **Empresa** no desenvolvimento de projetos de informática.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos mais relevantes ocorridos nas empresas do Grupo nas rubricas dos Ativos Intangíveis, foram os seguintes:

Programas de computador:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente as aquisições do *software* “IBM Datacap” no valor aproximado de 118 mil Euros, aquisição do “Visualizador SAFT-T” no valor aproximado de 53 mil Euros, “Solução Informação de Gestão” no valor de 207 mil Euros e *software* “IBM Websphere (WSRR)” no valor de 59 mil Euros por parte dos CTT. No Banco CTT foram adquiridos os *softwares* “TLM Corona” no valor aproximado de 147 mil Euros, “SAC - Sistema de gestão de cartões” no valor de 81 mil, “Reg Pro - Banking Reports System” no valor de 257 mil, “APP Abertura de contas” no valor de 416 mil e *upgrades* “CBS - Core Banking System” no valor de 4.113 mil.

Os ativos intangíveis em curso do **Grupo** e da **Empresa** em 31 de dezembro de 2016 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

	Grupo	Empresa
SGEE - Sistema Gestão Envios Expresso	1.473.116	-
Informação de Gestão - <i>Software</i>	1.061.580	727.776
E-CIP- Internacional	728.084	728.084
CBS - Core Banking System	444.927	-
OPICS - Gestão Tesouraria	631.122	-
Evolução NAVE	380.583	380.583
Evolução Produtos Correio	349.801	349.801
Plataforma Digital - Correio publicitário	455.995	455.995
RAID - <i>Software</i>	163.131	163.131
Consolidação financeira - <i>Software</i>	150.431	150.431
Gestão de auditoria - <i>Software</i>	102.150	-
DOL - Tratamento e geração de escalas	90.038	90.038
CIA - Novo portal de tratamento	97.049	97.049
Mobilidade - <i>Software</i>	104.626	104.626
CTT Mobile	109.647	109.647
Plataforma de Virtualização	122.901	122.901
Instalação e Setup Fujitsu	361.351	361.351
Simple Finance	468.377	468.377
Reg Pro - Sistema de reports bancários	46.296	-
	7.341.205	4.309.789

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis do **Grupo** e da **Empresa** são como segue:

	Grupo	Empresa
CBS - Core Banking System	7.078.870	-
SAC - Sistema de Administração de Cartões	35.566	-
APP Mobile CTT Expresso	9.970	-
Videocoferência <i>upgrade</i>	29.608	29.608
SADIP - Alteração Dinâmica de Planos	18.670	18.670
	7.172.684	48.278

7. Propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o **Grupo** e a **Empresa** têm os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

	2016					
	Grupo			Empresas		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento						
Saldo inicial	7.079.433	40.895.219	47.974.653	7.079.433	40.895.219	47.974.653
Adições	-	-	-	-	-	-
Alienações	(890.140)	(8.088.615)	(8.978.754)	(890.140)	(8.088.615)	(8.978.754)
Transferências e abates	(2.268.245)	(14.433.825)	(16.702.070)	(2.268.245)	(14.433.825)	(16.702.070)
Saldo final	3.921.049	18.372.780	22.293.828	3.921.049	18.372.780	22.293.828
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	239.427	26.669.509	26.908.936	239.427	26.669.509	26.908.936
Depreciações do período	-	569.250	569.250	-	569.250	569.250
Alienações	(25.824)	(5.432.025)	(5.457.848)	(25.824)	(5.432.025)	(5.457.848)
Transferências e abates	(3.506)	(10.306.485)	(10.309.991)	(3.506)	(10.306.485)	(10.309.991)
Saldo final	210.097	11.500.249	11.710.347	210.097	11.500.249	11.710.347
Perdas Imparidades Acumuladas						
Saldo inicial	-	1.282.622	1.282.622	-	1.282.622	1.282.622
Outras variações	-	8.876	8.876	-	8.876	8.876
Saldo final	-	1.291.498	1.291.498	-	1.291.498	1.291.498
Propriedades de investimento líquidas	3.710.951	5.581.032	9.291.983	3.710.951	5.581.032	9.291.983
	2015					
	Grupo			Empresas		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento						
Saldo inicial	7.716.058	45.722.963	53.439.021	7.716.058	45.722.963	53.439.021
Adições	14.500	43.500	58.000	14.500	43.500	58.000
Alienações	(173.376)	(854.186)	(1.027.562)	(173.376)	(854.186)	(1.027.562)
Transferências e abates	(477.748)	(4.017.057)	(4.494.805)	(477.748)	(4.017.057)	(4.494.805)
Saldo final	7.079.434	40.895.220	47.974.654	7.079.434	40.895.220	47.974.654
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	259.501	28.399.732	28.659.233	259.501	28.399.732	28.659.233
Depreciações do período	-	752.365	752.365	-	752.365	752.365
Alienações	(20.075)	(435.235)	(455.310)	(20.075)	(435.235)	(455.310)
Transferências e abates	-	(2.047.352)	(2.047.352)	-	(2.047.352)	(2.047.352)
Saldo final	239.426	26.669.510	26.908.936	239.426	26.669.510	26.908.936
Perdas Imparidades Acumuladas						
Saldo inicial	-	1.450.025	1.450.025	-	1.450.025	1.450.025
Outras variações	-	(167.403)	(167.403)	-	(167.403)	(167.403)
Saldo final	-	1.282.622	1.282.622	-	1.282.622	1.282.622
Propriedades de investimento líquidas	6.840.008	12.943.087	19.783.095	6.840.008	12.943.087	19.783.095

Estes ativos não se encontram afetos à atividade operacional do **Grupo** e da **Empresa**, nem têm uso futuro determinado.

O valor de mercado dos ativos fixos dos CTT classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2016 efetuadas por entidades independentes, ascende a 13.190.970 Euros (29.425.470 Euros em 31 de dezembro de 2015).

No período findo em 31 de dezembro de 2016, o montante registado na **Empresa**, na rubrica "Outros rendimentos e ganhos operacionais", diz respeito à venda de seis imóveis, tendo sido reconhecido o valor 1,2 milhões de Euros a título de mais-valias.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, na **Empresa** reclassificou-se para ativo fixo tangível um imóvel que passou a estar afeto à atividade operacional no montante de 4.517.053 Euros e depreciações acumuladas de 2.047.352 Euros, fruto do modelo de desenvolvimento definido para a Rede de Lojas.

No **Grupo** e na **Empresa**, em 31 de dezembro de 2016, o montante da rubrica de transferências de Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções inclui o montante total, líquido de depreciações de 6.412.766 Euros relativo à transferência de imóveis para ativos não correntes detidos para venda (Nota 22).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram registados na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)" 569.250 Euros e 752.365 Euros, respetivamente, respeitantes a depreciações (Nota 47).

As perdas por imparidade do período, referentes à Empresa, no montante de 8.876 Euros (167.403 Euros em 31 de dezembro de 2015), foram registadas na rubrica "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)" (Nota 47), sendo explicadas por reduções do valor de mercado de alguns edifícios.

8. Empresas incluídas no Perímetro de Consolidação

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT - Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias nas quais se detém a maioria dos direitos de voto (controlo):

Denominação social	País	Sede	2016			2015		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Empresa - mãe:								
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	-	-	-	-	-	-
Subsidiárias:								
CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. ("CTT Expresso")	Portugal	Lugar do Quintanilho 2664-500 São Julião do Tojal	100	-	100	100	-	100
Payshop Portugal, S.A. ("Payshop")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
CTT Contacto, S.A. ^(a) ("CTT Con")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Mailtec Comunicação, S.A. ("Mailtec TI")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Tourline Express Mensajería, SLU. ("TourLine")	Espanha	Calle Pedrosa C, 38-40 Hospitalet de Llobregat (08908) Barcelona	100	-	100	-	100	100
Correio Expresso de Moçambique, S.A. ("CORRE")	Moçambique	Av. Zedequias Manganhela, 309 Maputo - Moçambique	50	-	50	50	-	50
Escrita Inteligente, S.A. ("RONL")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Banco CTT, S.A. ("BancoCTT")	Portugal	Av. D. João II N.º 11 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100

^(a) Anteriormente designada de CTT Gest, S.A.

Relativamente à empresa "CORRE", em virtude de o Grupo ter direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a CORRE e ter a capacidade de afetar os retornos devido ao seu poder sobre a Empresa, a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

Em 17 de março de 2016 a CTT Expresso, S.A. alienou, aos CTT – Correios de Portugal, S.A., 100% da participação que detinha na empresa Tourline Express Mensajeria, SLU. Esta transação não teve qualquer impacto ao nível do perímetro de consolidação.

A Tourline Express Mensajeria, SLU foi, em 5 de maio de 2016, objeto de um aumento de capital no valor de 1.000.000 Euros.

Em 16 de maio de 2016 e em 24 de outubro de 2016 o Banco CTT, S.A. foi alvo de aumentos de capital nos montantes de 26.000.000 Euros e 25.000.000 Euros, respetivamente, perfazendo atualmente o seu capital social o total de 85.000.000 Euros.

Em janeiro de 2015 a Corre – Correio Expresso de Moçambique, S.A. foi alvo de um aumento de capital por incorporação de créditos de ambos os acionistas no montante total de 670.030 Euros.

No dia 20 de janeiro de 2015, mas com produção de efeitos a 1 de janeiro de 2015, foi registada a fusão por incorporação da Mailtec Holding, S.G.P.S., S.A. nos CTT – Correios de Portugal, S.A., mediante a transferência global do património da Mailtec Holding, S.G.P.S., S.A. Em consequência desta fusão as participações detidas pela Mailtec Holding, S.G.P.S., na Mailtec Comunicações,

S.A., Mailtec Consultoria, S.A. e Mailtec Processos, Lda. passaram a ser detidas na sua totalidade pela casa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A.

No dia 10 de agosto de 2015, mas com efeitos a 1 de janeiro de 2015, registou-se a fusão por incorporação da Post Contacto, Lda. e da Mailtec Processos, Lda. na CTT Gest, S.A., mediante a transferência global do património da Post Contacto, Lda. e da Mailtec Processos, Lda. No seguimento desta fusão a designação social da empresa incorporante, CTT Gest, S.A., foi alterada para CTT Contacto, S.A.

A Tourline Express Mensajeria, SLU, no mês de dezembro de 2015, foi alvo de um aumento de capital no montante de 12.000.000 de Euros.

Em 28 de dezembro de 2015, produzindo efeitos a 1 de janeiro de 2015, foi registada a fusão por incorporação da Mailtec Consultoria, S.A. nos CTT – Correios de Portugal, S.A. mediante a transferência global do património da primeira.

Nenhuma das transações teve qualquer impacto ao nível do perímetro de consolidação.

Entidades controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo detinha os seguintes interesses em entidades controladas conjuntamente, registadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	2016			2015		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Ti-Post Prestação de Serviços Informáticos, ACE ("Ti-Post")	Portugal	R. do Mar da China, Lote 1.07.2.3 Lisboa	49	-	49	49	-	49
NewPost, ACE ^(a)	Portugal	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa	49	-	49	49	-	49
PTP & F, ACE	Portugal	Estrada Casal do Canas, Amadora	-	51	51	-	51	51

^(a) Anteriormente designado de Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão de Infra-Estruturas de Comunicações, ACE.

Associadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo detinha as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação Social	País	Sede	2016			2015		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ("Multicert")	Portugal	R. do Centro Cultural, 2, Lisboa	20	-	20	20	-	20
Payshop Moçambique, S.A. ^(a)	Moçambique	R. da Sé, 114-4º, Maputo Moçambique	-	35	35	-	35	35
Mafelosa, SL ^(b)	Espanha	Castellon Espanha	-	25	25	-	25	25
Urpacsur, SL ^(b)	Espanha	Málaga Espanha	-	30	30	-	30	30

^(a) Empresa participada pela Payshop Portugal, S.A., que se encontra em processo de liquidação.

^(b) Empresa participada pela Tourline Mensajeria, SLU. Empresa sem atividade.

Alterações no perímetro de consolidação

No período findo em 31 de dezembro de 2016 não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação.

No período findo em 31 de dezembro de 2015 foi alterado o perímetro de consolidação com a criação em 6 de fevereiro, no contexto do processo de constituição do banco postal, da sociedade CTT Serviços, S.A. com o capital social inicial de 5.000.000 Euros.

Em 24 de agosto de 2015 a designação social da CTT Serviços, S.A. foi alterada para Banco CTT, S.A., assim como o seu objeto social, de forma a acomodar a atividade bancária.

Em 17 de dezembro de 2015 foi adquirida a sociedade Escrita Inteligente, SA, *start up* da área digital dedicada à exploração da solução denominada "Recibos Online".

No seguimento da aquisição, a Empresa efetuou uma avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos de acordo com a IFRS 3 – Concentrações Empresariais, não tendo identificadas diferenças significativas entre os valores contabilísticos dos ativos e dos passivos e os seus justos valores.

O detalhe dos ativos líquidos da Escrita Inteligente e do *Goodwill* apurado no âmbito desta transação, a 31 de dezembro de 2015, foi como se segue:

	Valor contabilístico
Ativos adquiridos	63.469
Passivos adquiridos	2.764
Total dos ativos líquidos adquiridos	60.705
Goodwill (Nota 9)	357.917
Preço de aquisição	418.622

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 e na sequência de uma nova avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e conforme previsto na IFRS 3 – Concentrações Empresariais o reconhecimento inicial do *Goodwill* apurado na compra da Escrita Inteligente, SA foi ajustado tendo sido, na totalidade, alocado à plataforma informática "Recibos Online", conforme se demonstra a seguir:

	Valor contabilístico
Ativos adquiridos	421.386
Passivos adquiridos	2.764
Total dos ativos líquidos adquiridos	418.622
Goodwill (Nota 9)	-
Preço de aquisição	418.622

9. Goodwill

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a composição do *Goodwill* relativamente ao **Grupo** era a seguinte:

	Ano da aquisição	Grupo	
		2016	2015
Mailtec Comunicação, S.A.	2004	7.294.638	7.294.638
Payshop Portugal, S.A.	2004	406.101	406.101
Escrita Inteligente, S.A.	2015	-	357.917
		7.700.739	8.058.656

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos em *Goodwill* foram os seguintes:

	Grupo	
	2016	2015
Saldo inicial	8.058.656	7.705.457
Aquisições	-	357.917
Regularizações	-	(4.718)
Mensuração final do <i>Goodwill</i>	(357.917)	-
Saldo final	7.700.739	8.058.656

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 e conforme previsto na IFRS 3 – Concentrações Empresariais o reconhecimento inicial do *Goodwill* apurado na compra da Escrita Inteligente, SA foi revisto na sequência de informação que permitiu que aquele valor fosse, na totalidade, alocado ao justo valor da

plataforma informática “Recibos Online”. Neste enquadramento o montante de 357.917 Euros foi reclassificado para a rubrica de Ativos Intangíveis – Programas de computador.

As aquisições realizadas no período findo em 31 de dezembro de 2015 dizem respeito à aquisição da sociedade Escrita Inteligente, S.A., tendo sido registado um *Goodwill* no montante de 357.917 Euros.

As regularizações decorrem da fusão da Mailtec Consultoria, S.A. nos CTT – Correios de Portugal, S.A., facto que implicou a regularização do *Goodwill* associado a esta empresa.

Análise da Imparidade do *Goodwill*

O valor recuperável do *Goodwill* é avaliado anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No decurso do corrente ano, por forma a determinar o valor recuperável dos investimentos efetuados, foram realizados por parte do **Grupo**, com efeitos a 31 de dezembro de 2016 e de 2015, testes de imparidade com base nos seguintes pressupostos:

2016

Denominação social	Atividade	Base de determinação do valor recuperável	Período explícito para fluxos caixa	Taxa de desconto (WACC)	Taxa de crescimento na perpetuidade
Mailtec Comunicação, S.A.	Serviço documental	Equity Value/DCF	5 anos	10,00%	0,5%
Payshop Portugal, S.A.	Gestão rede pontos pagamento	Equity Value/DCF	5 anos	10,82%	0,5%

2015

Denominação social	Atividade	Base de determinação do valor recuperável	Período explícito para fluxos caixa	Taxa de desconto (WACC)	Taxa de crescimento na perpetuidade
Tourline Express Mensajería, SLU	CEP e Logística	Equity Value/DCF	5 anos	10,00%	0,5%
Mailtec Comunicação, S.A.	Serviço documental	Equity Value/DCF	5 anos	9,02%	0,5%
Payshop Portugal, S.A.	Gestão rede pontos pagamento	Equity Value/DCF	5 anos	9,85%	0,5%

O aumento verificado na taxa de desconto (WACC) no período findo em 31 de dezembro de 2016 resultou principalmente do incremento do prémio de risco do país, medido pelo *spread* das *yields* das obrigações da República Portuguesa face às obrigações sem risco da zona Euro.

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nos planos de negócio a médio e longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. Na sequência desta análise de imparidade o **Grupo** concluiu que em 31 de dezembro de 2016 não se verificaram perdas por imparidade.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as perdas por imparidade registadas pelo **Grupo** foram as seguintes:

2016

Entidade	Ano da aquisição	Montante inicial do <i>Goodwill</i>	Perdas por imparidade do período	Perdas por imparidade acumuladas	Alienações	Quantia escriturada
Tourline Express Mensajería. SLU	2005	20.671.985	-	20.671.985	-	-
Payshop Moçambique. S.A. ^(a)	2008	235.946	-	235.946	-	-
		20.907.931	-	20.907.931	-	-

^(a) Detida pela empresa do Grupo Payshop Portugal, subsidiária do Grupo CTT.

2015

Entidade	Ano da aquisição	Montante inicial do <i>Goodwill</i>	Perdas por imparidade do período	Perdas por imparidade acumuladas	Alienações	Quantia escriturada
Tourline Express Mensajería. SLU	2005	20.671.985	-	20.671.985	-	-
Payshop Moçambique. S.A. ^(a)	2008	235.946	-	235.946	-	-
		20.907.931	-	20.907.931	-	-

^(a) Detida pela empresa do Grupo Payshop Portugal, subsidiária do Grupo CTT.

Foram realizadas análises de sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade efetuados nomeadamente às seguintes variáveis chave: (i) taxa de crescimento na perpetuidade e (ii) taxas de desconto.

Os resultados das análises de sensibilidade para a Payshop e Mailtec Comunicação não determinam a existência de indícios de imparidade, conforme quadros seguintes:

Mailtec Comunicação						(mil Euros)
Variação do WACC e da Taxa de crescimento na perpetuidade (g)						
Imparidade*	WACC					
	8,0%	9,0%	10,0%	11,0%	12,0%	
	0,00%	16.431	13.356	10.898	8.889	7.217
	0,25%	17.089	13.855	11.286	9.198	7.467
g	0,50%	17.790	14.384	11.696	9.522	7.728
	0,75%	18.540	14.944	12.127	9.861	8.001
	1,00%	19.343	15.539	12.582	10.218	8.286

* existe imparidade caso o valor seja negativo.

Payshop						(mil Euros)
Variação do WACC e da Taxa de crescimento na perpetuidade (g)						
Imparidade*	WACC					
	8,8%	9,8%	10,8%	11,8%	12,8%	
	0,00%	72.569	64.720	58.330	53.030	48.563
	0,25%	74.471	66.221	59.541	54.024	49.391
g	0,50%	76.488	67.803	60.811	55.062	50.253
	0,75%	78.629	69.472	62.143	56.146	51.151
	1,00%	80.907	71.236	63.543	57.281	52.086

* existe imparidade caso o valor seja negativo.

10. Investimentos em subsidiárias

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos na Empresa relativamente a "Investimentos em subsidiárias" foram os seguintes:

	Empresa	
	2016	2015
Saldo inicial	65.166.836	42.644.640
Equivalência patrimonial -proporção nos RL	(4.669.220)	(4.087.062)
Distribuição de dividendos	(8.580.799)	(7.917.720)
Outras variações	51.059.883	34.526.978
Saldo final	102.976.700	65.166.836

A rubrica "Outras variações" inclui os aumentos de capital do Banco CTT, S.A. ocorridos em 16 de maio de 2016 e em 24 de outubro de 2016, no montante total de 51.000.000 Euros.

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o detalhe por empresa dos investimentos em subsidiárias da Empresa era como segue:

Empresa	2016									
	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Goodwill	Participações financeiras	Provisões	Proporção no resultado	
CTT Expresso, S.A.	100%	42.644.543	19.083.962	23.560.581	9.821.754	-	23.560.581	-	9.821.754	
CTT Contacto, S.A.	100%	4.536.738	2.081.835	2.454.903	1.445.047	-	2.454.903	-	1.445.047	
Payshop Portugal, S.A.	100%	9.644.371	2.375.635	7.268.736	5.452.364	406.101	7.268.736	-	5.452.364	
Mailtec Comunicação, S.A.	100%	6.686.450	2.761.244	3.925.206	245.828	7.294.638	3.925.206	-	245.828	
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	50%	1.799.265	1.640.994	(158.271)	(526.656)	-	-	79.135	(184.193)	
Escrita Inteligente, S.A.	100%	164.691	95.975	68.716	(11.448)	-	412.316	-	(11.448)	
Banco CTT, S.A.	100%	318.633.790	260.979.572	57.654.218	(21.438.570)	-	57.654.218	-	(21.438.570)	
Tourline Express Mensajería, SLU	100%	18.724.316	23.851.162	(5.126.846)	(7.833.694)	-	-	6.833.694	-	
							7.700.739	95.275.961	6.912.830	(4.669.220)

Conforme referido na Nota 8, em 17 de março de 2016 a CTT Expresso, S.A. alienou, aos CTT - Correios de Portugal, S.A., 100% da participação que detinha na empresa Tourline Express Mensajería, SLU.

Empresa	2015									
	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Goodwill	Participações financeiras	Provisões	Proporção no resultado	
CTT Expresso, S.A.	100%	48.851.852	35.113.025	13.738.828	(6.752.166)	-	13.738.828	-	(6.752.166)	
CTT Contacto, S.A.	100%	5.056.112	1.879.064	3.177.048	2.167.192	-	3.177.049	-	2.167.192	
Payshop Portugal, S.A.	100%	10.220.247	2.513.777	7.706.470	5.890.097	406.101	7.706.469	-	5.890.097	
Mailtec Comunicação S.A.	100%	6.845.863	2.642.975	4.202.889	523.510	7.294.638	4.202.889	-	523.510	
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	50%	2.154.331	1.801.239	353.092	10.705	-	143.827	-	5.352	
Escrita Inteligente, S.A.	100%	63.469	3.125	60.344	(10.639)	357.917	60.344	-	(362)	
Banco CTT, S.A.	100%	31.190.010	3.111.235	28.078.775	(5.920.685)	-	28.078.775	-	(5.920.685)	
							8.058.656	57.108.180	-	(4.087.062)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os ganhos e perdas em empresas subsidiárias decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial e registados na rubrica de "Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos" da demonstração dos resultados por naturezas foram reconhecidos por contrapartida das seguintes rubricas de balanço:

Investimentos em subsidiárias	Empresa	
	2016	2015
CTT Expresso, S.A.	9.821.754	(6.752.166)
CTT Contacto, S.A.	1.445.047	2.167.192
Payshop Portugal, S.A.	5.452.364	5.890.097
Mailtec Comunicação S.A.	245.828	523.510
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	(184.193)	5.352
Escrita Inteligente, S.A.	(25.765)	(362)
Banco CTT, S.A.	(21.438.570)	(5.920.685)
	(4.683.537)	(4.087.062)
Provisões - Investimentos em subsidiárias		
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	79.135	-
Tourline Express Mensajería, SLU	6.833.694	-
	6.912.830	-

1.1. Investimentos em associadas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos no **Grupo** e na **Empresa** relativamente a “Investimentos em associadas” foram os seguintes:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Quantia escriturada bruta				
Saldo inicial	255.695	227.418	255.214	937.732
Equivalência patrimonial - proporção nos RL	40.565	28.277	40.565	28.277
Outras variações	-	-	-	(710.795)
Saldo final	296.260	255.695	295.779	255.214

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe por empresa dos investimentos em associadas do **Grupo** e da **Empresa** era como segue:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Investimentos em associadas				
Multicert, S.A.	295.779	255.214	295.779	255.214
Urpacsur, SL	481	481	-	-
	296.260	255.695	295.779	255.214

	2016							
	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participações financeiras	Provisões	Proporção no resultado
Grupo								
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ^(a)	20%	2.796.735	1.317.841	1.478.894	202.821	295.779	-	40.565
Payshop Moçambique, S.A. ^(b)	35%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	n.d.
Mafelosa, SL ^{(c) (d)}	25%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	n.d.
Urpacsur ^(d)	30%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	481	-	n.d.
						296.260	-	40.565

^(a) Valores de dezembro 2015.

^(b) Empresa participada Payshop Portugal, que se encontra atualmente em processo de liquidação.

^(c) Empresa participada Tourline Express Mensajería.

^(d) Empresas sem atividade comercial.

	2015							
	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participações financeiras	Provisões	Proporção no resultado
Grupo								
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ^(a)	20%	2.767.973	1.491.901	1.162.488	113.584	255.214	-	28.277
Payshop Moçambique, S.A. ^(b)	35%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	189.775	n.d.
Mafelosa, SL ^{(c) (d)}	25%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	n.d.
Urpacsur ^(d)	30%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	481	-	n.d.
						255.695	189.775	28.277

^(a) Valores de dezembro 2014.

^(b) Empresa participada Payshop Portugal, que se encontra atualmente em processo de liquidação.

^(c) Empresa participada Tourline Express Mensajería.

^(d) Empresas sem atividade comercial.

	2016							
	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participações financeiras	Provisões	Proporção no resultado
Empresa								
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ^(a)	20%	2.796.735	1.317.841	1.478.894	202.821	295.779	-	40.565
						295.779	-	40.565

^(a) Valores de dezembro 2015.

	2015							
	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participações financeiras	Provisões	Proporção no resultado
Empresa								
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ^(a)	20%	2.767.973	1.491.901	1.162.488	113.584	255.214	-	28.277
						255.214	-	28.277

^(a) Valores de dezembro 2014.

O montante de 40.565 Euros refere-se à parcela do resultado de 2015 que não foi registado naquele exercício. Por falta de informação financeira mais atualizada não foi efetuado qualquer outro registo relativo à participação da Multicert, S.A.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os ganhos e perdas em empresas associadas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial e registados na rubrica de “Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos” da demonstração dos resultados por naturezas foram reconhecidos por contrapartida das seguintes rubricas de balanço:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Investimentos em associadas				
Multicert, S.A.	295.779	255.214	295.779	255.214
Urpacsur, S.L.	481	481	-	-
	296.260	255.695	295.779	255.214

12. Investimentos em entidades conjuntamente controladas

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos investimentos em entidades conjuntamente controladas do **Grupo** e da **Empresa** era como segue:

	2016							
	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participações financeiras	Provisões	Proporção no resultado
Grupo								
PTP & F. ACE	51%	1.230	1.230	-	-	-	-	-
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos. ACE ^(a)	-	-	-	-	-	-	-	-
NewPost. ACE ^(b)	49%	343.360	343.360	-	-	-	-	-

^(a) O ACE foi dissolvido do decurso do ano de 2016

^(b) Anteriormente designado de Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão de Infra-Estruturas de Comunicações, ACE

	2015							
	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participações financeiras	Provisões	Proporção no resultado
Grupo								
PTP & F. ACE	51%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	n.d.
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos. ACE	49%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	n.d.
NewPost. ACE ^(a)	49%	644.541	644.541	n.d.	n.d.	-	-	n.d.

^(a) Anteriormente designado de Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão de Infra-Estruturas de Comunicações, ACE

	2016							
	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participações financeiras	Provisões	Proporção no resultado
Empresa								
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos. ACE ^(a)	-	-	-	-	-	-	-	-
NewPost. ACE ^(b)	49%	343.360	343.360	-	-	-	-	-

^(a) O ACE foi dissolvido do decurso do ano de 2016

^(b) Anteriormente designado de Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão de Infra-Estruturas de Comunicações, ACE

	2015							
	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participações financeiras	Provisões	Proporção no resultado
Empresa								
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos. ACE	49%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	n.d.
NewPost. ACE ^(a)	49%	644.541	644.541	n.d.	n.d.	-	-	n.d.

^(a) Anteriormente designado de Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão de Infra-Estruturas de Comunicações, ACE

13. Outros investimentos

Os outros investimentos dizem respeito a instrumentos de capitais não cotados cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade. O montante destes instrumentos registados ao custo a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 no **Grupo** e na **Empresa** eram os seguintes:

Empresa	Sede	Grupo e Empresa	
		2016	2015
IPC-International Post Corporation	Bruxelas - Bélgica	6.157	6.157
Eurogiro Network	Copenhaga - Dinamarca	124.435	124.435
Tagus Park	Lisboa - Portugal	1.372.743	975.982
CEPT	Copenhaga - Dinamarca	237	237
		1.503.572	1.106.812

No período em análise, não foi reconhecida qualquer imparidade nestes investimentos.

Não existiam preços de mercado disponíveis para os investimentos mencionados e também não é possível determinar o justo valor recorrendo a transações comparáveis. Estes instrumentos não foram mensurados através de *cash flows* descontados uma vez que estes não podiam ser determinados com fiabilidade.

À data da preparação das demonstrações financeiras, não se pretende alienar qualquer um destes investimentos.

14. Investimentos detidos até à maturidade

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, no **Grupo**, a rubrica de "Investimentos detidos até à maturidade" detalhava-se como segue:

	Grupo	
	2016	2015
Não corrente		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	78.863.164	-
De outros emissores	15.122.951	-
	93.986.115	-
Corrente		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	878.115	-
De outros emissores	230.313	-
	1.108.428	-
	95.094.543	-

A análise, por maturidade residual, dos investimentos detidos até à maturidade, a 31 de dezembro de 2016, apresenta-se como segue:

2016						
	Corrente		Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	878.115	-	12.256.862	66.606.302	-	79.741.279
De outros emissores	22.818	207.495	-	15.122.951	-	15.353.264
	900.933	207.495	12.256.862	81.729.253	-	95.094.543

15. Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de "Ativos financeiros disponíveis para venda" do Grupo apresentava o seguinte detalhe:

	2016	2015
Não corrente		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	540.400	-
De outros emissores	3.933.214	-
	4.473.614	-
Corrente		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	139.180	-
De outros emissores	1.834.531	-
	1.973.711	-
	6.447.325	-

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda e das respetivas maturidades apresenta-se como segue:

	2016				Total
	Custo ⁽¹⁾	Reserva de Justo Valor		Perdas por imparidade	
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
Títulos de dívida pública					
Nacionais	679.406	174	-	-	679.580
Estrangeiros	-	-	-	-	-
Outros emissores	-	-	-	-	-
Nacionais	-	-	-	-	-
Estrangeiros	5.754.445	13.300	-	-	5.767.745
	6.433.851	13.474	-	-	6.447.325

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

	2016					Total
	Corrente		Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública						
Nacionais	14.866	124.314	-	540.400	-	679.580
Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
Outros emissores	-	-	-	-	-	-
Nacionais	-	-	-	-	-	-
Estrangeiros	562.258	1.272.273	3.614.529	318.685	-	5.767.745
	577.124	1.396.587	3.614.529	859.085	-	6.447.325

16. Outros ativos e passivos financeiros bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, no Grupo, as rubricas "Outros ativos financeiros bancários" e "Outros passivos financeiros bancários" apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Ativo Corrente		
Aplicações em instituições de crédito	58.718.171	-
Outros	336.132	-
	59.054.303	-
Passivo Corrente		
Outros	1.218.205	-
	1.218.205	-

Relativamente à rubrica "Aplicações em Instituições de crédito", o escalonamento por prazos de vencimento apresenta-se como segue:

	2016	2015
Até 3 meses	42.111.692	-
De 3 a 6 meses	4.500.135	-
De 6 a 12 meses	12.106.344	-
	58.718.171	-

17. Gestão de riscos financeiros

As atividades do Grupo e da Empresa acarretam exposição a riscos financeiros. Por risco financeiro entende-se a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial das empresas do Grupo. A gestão deste

risco visa minimizar, entre outros aspetos, os efeitos adversos da imprevisibilidade dos mercados financeiros no desempenho financeiro do Grupo e da Empresa.

No âmbito da atividade não-bancária, a gestão dos riscos financeiros integra o Sistema de Gestão do Risco do Grupo e da Empresa com reporte direto à Comissão Executiva. As direções de Finanças e Risco e Contabilidade e Tesouraria asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contrapartes do Grupo e a monitorização do risco cambial, de acordo com políticas aprovadas pela Comissão Executiva. Adicionalmente, são responsáveis pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo e a Empresa se encontrem expostos. O Grupo e a Empresa têm em desenvolvimento um sistema integrado de gestão de riscos.

No âmbito da atividade bancária, o Banco CTT possui um sistema de gestão de riscos autónomo, suportado num conjunto de conceitos, princípios, regras e num modelo organizacional aplicável e ajustado às especificidades e ao enquadramento regulamentar da sua atividade.

A política de gestão do risco e controlo interno do Banco CTT visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume relevância a monitorização e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercado, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a atividade do Banco.

Dos riscos financeiros destacam-se os riscos de crédito, os riscos de mercado, de taxa de juro e cambial, e os riscos de liquidez.

Riscos de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para o **Grupo** e para a **Empresa**. Assim, o risco de crédito situa-se essencialmente nas contas a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a sua atividade operacional e de tesouraria.

O agravamento das condições económicas ou as adversidades que afetem as economias podem originar dificuldade ou incapacidade dos clientes para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados das empresas do Grupo. Neste sentido, tem sido desenvolvido um esforço na redução do prazo médio de recebimentos e do montante de crédito concedido a clientes.

No âmbito da atividade não-bancária, a gestão do risco de crédito assenta num conjunto de normas e orientações que constitui o Regulamento de Concessão de Crédito a Clientes (RCCC) e abrange os processos de concessão do crédito, monitorização e cobrança da dívida.

Tendo presente os princípios orientadores da Gestão de Risco do **Grupo** e da **Empresa**, está definida uma metodologia de avaliação do risco de crédito que permite aferir à priori, com base na informação disponível no momento, a capacidade do cliente vir a cumprir todas as suas obrigações nos prazos e condições estabelecidos. Com base nessa avaliação é determinado o montante máximo de crédito a conceder ao cliente, cuja evolução é acompanhada periodicamente.

O risco de crédito nas contas a receber é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios das empresas do Grupo e acompanhado mensalmente em sede de Comissão de Crédito com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber, acompanhando a evolução do nível de crédito concedido, e analisando a recuperabilidade dos valores a receber.

Relativamente ao Banco CTT foi definido e implementado um modelo de imparidade que tem por base a IAS 39 e os respetivos critérios de referência do Banco de Portugal definidos na Carta-Circular nº 2/2014. Adicionalmente, o modelo tem em consideração definições e critérios que têm vindo a ser publicados pela EBA e as futuras normas IFRS 9.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas é efetuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objeto de análise regular o cumprimento dos requisitos e limites de crédito aprovados.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando essencialmente: (i) a antiguidade das contas a receber; (ii) o perfil de risco do cliente; e (iii) a condição financeira do cliente.

O movimento das perdas de imparidade das contas a receber encontra-se divulgado nas Notas 25 e 46. Em 31 de dezembro de 2016, o **Grupo** e a **Empresa** entendem que as respetivas perdas por imparidade em contas a receber se encontram adequadamente estimadas e relevadas nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, no âmbito das atividades de tesouraria, o risco financeiro resulta essencialmente dos investimentos efetuados quer pelo **Grupo**, quer pela **Empresa**. Com o objetivo de reduzir este risco, a política do Grupo e da Empresa é a de investir em aplicações de curto/médio prazo, junto de diversas instituições financeiras e todas com *rating* relativo de crédito elevado (tendo em conta o *rating* da República Portuguesa).

A qualidade de risco de crédito do **Grupo** e da **Empresa**, em 31 de dezembro de 2016, associada a este tipo de ativos (Caixa e Equivalentes conforme Nota 23, com exceção do valor de caixa), cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como se segue:

<i>Rating</i> ⁽¹⁾	Grupo	Empresa
A1	4.874	4.874
A3	43.509	0
B ⁽²⁾	2.106	0
B1	119.114.463	113.913.008
B1-	12.739.433	12.429.735
B3	79.947.082	76.643.947
Ba1	56.565.353	30.241.344
Ba3	25.303.595	7.065.504
Baa1	12.418.210	464.426
Baa2	127.593.758	110.455.595
Baa3	35.937.968	8.172.264
BB ⁽³⁾	10.001.263	10.001.263
BBB+ ⁽⁴⁾	768.763	768.763
Caa1	73.842.770	63.202.377
Outros ⁽⁵⁾	8.721.809	285.636
	563.004.956	433.648.736

⁽¹⁾ Classificação atribuída pela Moody's.

⁽²⁾ Atribuída por conversão da classificação de B atribuída pela Fitch.

⁽³⁾ Atribuída por conversão da classificação de BB- atribuída pela Standard&Poor's.

⁽⁴⁾ Atribuída por conversão da classificação de BBB+ atribuída pela Fitch.

⁽⁵⁾ Outros sem *rating* atribuído.

Em 31 de dezembro de 2016 na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" do **Grupo** e da **Empresa**, havia aplicações de tesouraria que totalizavam, respetivamente, 385.211.431 Euros e 374.203.045 Euros (508.153.791 Euros e 470.241.000 Euros em 31 de dezembro de 2015) (Nota 23).

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Não corrente				
Investimentos detidos até à maturidade	93.986.115	-	-	-
Outros ativos	1.306.148	601.103	1.110.991	586.741
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.473.614	-	-	-
Corrente				
Contas a receber	122.113.270	124.355.641	94.323.683	97.684.021
Crédito a clientes bancários	7.103.905	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	1.108.428	-	-	-
Outros ativos	19.660.308	12.590.310	18.226.686	12.056.248
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.973.711	-	-	-
Outros ativos financeiros bancários	59.054.303	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	563.004.956	576.218.894	433.648.736	532.167.006
	873.784.759	713.765.948	547.310.095	642.494.016

Risco taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria e com a determinação, por via do impacto na taxa de desconto, da estimativa de responsabilidades com benefícios aos empregados. Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira do **Grupo** e da **Empresa**.

Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, o **Grupo** e a **Empresa** acompanham numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/taxa por um lado e risco/rentabilidade por outro. As aplicações de tesouraria seguem critérios de diversificação de riscos financeiros, tanto ao nível de prazos como de instituições, os quais são revistos e atualizados regularmente.

No **Grupo**, as aplicações dos excedentes de tesouraria, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, beneficiaram de um rendimento financeiro de 671.599 Euros e 1.483.388 Euros, respetivamente (Nota 49). Adicionalmente encontram-se registados juros relativos a serviços financeiros na rubrica "Outros rendimentos e ganhos operacionais", nos exercícios de 2016 e 2015, no montante de 334.714 Euros e 516.707 Euros, respetivamente (Nota 42).

Na **Empresa**, as aplicações dos excedentes de tesouraria, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, beneficiaram de um rendimento financeiro de 923.633 Euros e 1.912.543

A tabela seguinte apresenta a exposição máxima ao risco de crédito associado a ativos financeiros detidos pelo **Grupo**. Os valores representam apenas os ativos financeiros sensíveis ao risco de crédito incluídos nas rubricas, pelo que os valores não reconciliam com os valores totais registados nas demonstrações financeiras:

Euros, respetivamente. Adicionalmente encontram-se registados juros relativos a serviços financeiros na rubrica "Outros rendimentos e ganhos operacionais", nos exercícios de 2016 e 2015, no montante de 334.714 Euros e 516.707 Euros, respetivamente (Nota 42).

O **Grupo** e a **Empresa** contratam geralmente as suas aplicações a taxas fixas, sendo os seus financiamentos remunerados a taxa variável. Devido ao reduzido montante dos seus financiamentos, o **Grupo** e a **Empresa** acreditam que o diferencial resultante entre os ativos financeiros a taxa fixa e os passivos financeiros a taxa variável representa um potencial impacto pouco significativo na demonstração dos resultados.

Se as taxas de juro variassem 0,25 p.p., durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, o impacto em juros seria de 544 milhares de Euros no **Grupo** e 708 milhares de Euros na **Empresa** (742 milhares de Euros e 885 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015, respetivamente).

Risco cambial

No âmbito da atividade não-bancária, o risco de taxa de câmbio está relacionado com a existência de saldos expressos em moeda distinta do Euro, particularmente saldos decorrentes de transações com Operadores Postais estrangeiros expressos em Direito de Saque Especial (DTS), e a conseqüente flutuação do justo valor dos ativos e passivos financeiros em resultado de alterações nas taxas de câmbio.

A gestão do risco cambial assenta na monitorização periódica do grau de exposição ao risco de taxa de câmbio de ativos e passivos, tendo como referência objetivos previamente definidos com base na evolução das atividades do negócio internacional.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a exposição líquida (ativo menos passivo) do **Grupo** ascendia, respetivamente, a 3.351.568 DTS (4.274.389 Euros à taxa de câmbio €/DTS 1,27534) e a 988.959 DTS (1.258.777 Euros à taxa de câmbio €/DTS 1,27283).

Relativamente à **Empresa**, em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro 2015, a exposição líquida (ativo menos passivo) ascendia, respetivamente, a 1.902.678 DTS (2.426.561 Euros à taxa de câmbio €/DTS de 1,27534) e a 72.075 DTS (91.739 Euros à taxa de câmbio €/DTS de 1,27283).

Na análise de sensibilidade efetuada aos saldos das contas a receber e a pagar a Operadores Postais estrangeiros, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, utilizando-se como pressuposto uma valorização/desvalorização na taxa de câmbio €/DTS de 10%, o impacto nos resultados do **Grupo** seria um aumento de 427.439 Euros e de 125.878 Euros, respetivamente. Relativamente ao impacto nos resultados da **Empresa**, o mesmo seria de 242.656 Euros e 9.174 Euros, respetivamente.

Risco Liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração dos acionistas. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, o **Grupo** e a **Empresa** entendem que têm capacidade para cumprir as suas obrigações.

As suas principais obrigações contratuais são as relacionadas com o financiamento obtido (essencialmente locações financeiras) e respetivos juros, as locações operacionais e outros compromissos financeiros não contingentes.

Os quadros a seguir apresentados resumem as obrigações contratuais esperadas e compromissos financeiros do **Grupo** e da **Empresa** em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 que não reconciliam com o balanço:

Grupo	2016			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros				
Financiamentos obtidos	9.688.092	137.072	-	9.825.163
Contas a pagar	434.568.171	-	-	434.568.171
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos	253.944.840	-	-	-
Outros passivos correntes	24.036.928	-	-	24.036.928
Compromissos não financeiros				
Locações operacionais (Nota 44)	10.401.717	11.439.870	-	21.841.587
Compromissos financeiros não contingentes ⁽¹⁾	7.375.965	-	-	7.375.965
	740.015.712	11.576.941	-	497.647.814

Grupo	2015			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros				
Financiamentos obtidos	7.088.293	1.037.265	-	8.125.558
Contas a pagar	426.809.193	-	-	426.809.193
Outros passivos correntes	30.650.178	-	-	30.650.178
Compromissos não financeiros				
Locações operacionais (Nota 44)	10.434.899	16.618.420	-	27.053.319
Compromissos financeiros não contingentes ⁽¹⁾	9.906.104	-	-	9.906.104
	484.888.667	17.655.685	-	502.544.352

⁽¹⁾ Os compromissos financeiros não contingentes referem-se essencialmente a fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis, com contratos já assinados e que o passivo não se encontra reconhecido no balanço (Notas 5 e 6).

Empresa	2016			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros				
Financiamentos obtidos	725.593	-	-	725.593
Contas a pagar	416.423.188	-	-	416.423.188
Outros passivos correntes	18.631.427	-	-	18.631.427
Compromissos não financeiros				
Locações operacionais (Nota 44)	8.776.335	8.239.453	-	17.015.788
Compromissos financeiros não contingentes ⁽¹⁾	251.559	-	-	251.559
	444.808.102	8.239.453	-	453.047.555

Empresa	2015			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros				
Financiamentos obtidos	469.999	726.294	-	1.196.293
Contas a pagar	413.516.024	-	-	413.516.024
Acionistas / sócios	1.613.944	-	-	1.613.944
Outros passivos correntes	26.166.116	-	-	26.166.116
Compromissos não financeiros				
Locações operacionais (Nota 44)	8.963.676	14.144.316	-	23.107.992
Compromissos financeiros não contingentes ⁽¹⁾	696.588	-	-	696.588
	451.426.347	14.870.610	-	466.296.957

⁽¹⁾ Os compromissos financeiros não contingentes referem-se essencialmente a fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis, com contratos já assinados, e que o passivo não se encontra reconhecido no balanço (Notas 5 e 6).

Risco de capital

O **Grupo** e a **Empresa** procuram manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a sua continuidade e desenvolvimento, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

Por forma a manter ou ajustar a sua estrutura de capital, o **Grupo** e a **Empresa** poderão ajustar o montante dos dividendos a pagar, emitir dívida ou vender ativos para reduzir dívida.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de solvabilidade, calculado de acordo com a seguinte fórmula: Capital Próprio/Passivo.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o **Grupo** e a **Empresa** mantiveram um elevado rácio de solvabilidade.

Os rácios de solvabilidade, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são como seguem:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Capital próprio	233.326.782	251.834.754	233.405.918	251.659.972
Passivo total	1.080.977.768	867.637.454	803.032.619	829.177.850
Valores de terceiros	323.505.539	324.650.604	323.505.539	324.650.604
Solvabilidade ajustado ⁽¹⁾	30,8%	46,4%	48,7%	49,9%

⁽¹⁾ Capital próprio / (Passivo total - Valores de terceiros incluídos em Caixa e equivalentes de caixa)

O rácio de solvabilidade do **Grupo**, no período findo em 31 de dezembro de 2016, foi significativamente impactado pelos passivos do Banco CTT, nomeadamente pela rubrica Depósitos de clientes bancários, facto que justifica a redução observada no

indicador. Caso não se considerasse o efeito do Banco CTT o rácio de solvabilidade seria de 46,3% e 46,5% nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente.

Relativamente ao Banco CTT, a definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência do Conselho de Administração.

O Banco desenvolveu e formalizou a sua metodologia para o Processo de avaliação interno da adequação dos fundos próprios (ICAAP – Internal Capital Assessment Adequacy Process), tendo em vista garantir que os riscos a que se encontra exposto são adequadamente avaliados e que o capital interno de que dispõe é adequado face ao respetivo perfil de risco. Os métodos e procedimentos adotados são baseados na avaliação e quantificação do capital interno e dos riscos através de métodos quantitativos e qualitativos.

O Banco procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de fundos próprios totais – relação entre os Fundos Próprios e os ativos ponderados pelo risco, con-

fortavelmente acima de 8,625% (que inclui o *buffer* de conservação de capital), correspondente ao mínimo legal estabelecido na Diretiva 2013/36/UE e no Regulamento (UE) nº575/2013, aprovados em 26 de Junho de 2013 pelo Parlamento Europeu e Conselho.

O referido Regulamento (UE) Nº575/2013 compreende um conjunto de disposições transitórias que permitem a aplicação faseada dos requisitos, prevendo a possibilidade das instituições de crédito acomodarem gradualmente os novos requisitos, quer ao nível dos fundos próprios quer ao nível dos rácios mínimos de capital.

18. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os “Inventários” do **Grupo** e da **Empresa** apresentam o seguinte detalhe:

2016						
	Grupo			Empresa		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	4.561.582	1.565.187	2.996.395	4.048.936	1.483.947	2.564.990
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.944.342	579.327	2.365.015	2.642.023	531.560	2.110.463
Adiantamentos por conta de compras	46.275	-	46.275	46.275	-	46.275
	7.552.199	2.144.514	5.407.685	6.737.234	2.015.507	4.721.728

2015						
	Grupo			Empresa		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	4.618.877	1.397.098	3.221.779	4.080.012	1.367.422	2.712.591
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.670.454	565.513	2.104.940	2.340.692	509.968	1.830.724
Adiantamentos por conta de compras	128.395	-	128.395	128.394	-	128.394
	7.417.726	1.962.611	5.455.115	6.549.098	1.877.390	4.671.709

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe do “Custo com as mercadorias vendidas e as matérias consumidas” relativo ao Grupo e à Empresa foi o seguinte:

2016						
	Grupo			Empresa		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias, consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias, consumo	Total
Saldo inicial	4.618.877	2.670.454	7.289.331	4.080.012	2.340.692	6.420.704
Compras	10.736.297	3.492.295	14.228.592	9.970.637	1.453.672	11.424.309
Ofertas de inventários	(33.177)	(19.695)	(52.872)	(33.177)	(19.695)	(52.872)
Regularizações de inventários	(122.069)	(142.439)	(264.508)	(122.068)	(142.439)	(264.507)
Imparidades de inventários	197.765	13.814	211.579	116.525	21.592	138.117
Saldo final	(4.561.581)	(2.944.342)	(7.505.924)	(4.048.936)	(2.642.023)	(6.690.959)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	10.836.112	3.070.087	13.906.199	9.971.173	1.003.619	10.974.792

2015						
	Grupo			Empresa		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias, consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias, consumo	Total
Saldo inicial	5.240.512	2.716.730	7.957.242	4.678.616	2.437.601	7.116.217
Compras	13.256.802	3.206.079	16.462.881	12.351.740	1.447.096	13.798.836
Ofertas de inventários	(128.047)	(22.249)	(150.296)	(128.047)	(22.249)	(150.296)
Regularizações de inventários	(358.796)	(305.354)	(664.150)	(217.275)	(252.182)	(469.457)
Saldo final	(4.618.877)	(2.670.454)	(7.289.331)	(4.080.012)	(2.340.692)	(6.420.704)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	13.391.594	2.924.752	16.316.346	12.605.022	1.269.574	13.874.596

Imparidade

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido no **Grupo** em “Perdas de imparidade acumuladas de inventários” (Nota 25) foi como segue:

2016					
Grupo	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	1.397.098	198.203	(438)	(29.676)	1.565.187
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	565.513	21.592	(7.778)	-	579.327
	1.962.611	219.795	(8.216)	(29.676)	2.144.514

2015					
Grupo	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	1.527.827	36.874	(129.402)	(38.201)	1.397.098
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	676.836	35.091	(146.414)	-	565.513
	2.204.663	71.965	(275.816)	(38.201)	1.962.611

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram registadas no **Grupo** perdas por imparidade de inventários, líquidas de reversões no montante de, respetivamente, 211.579 Euros e (203.851) Euros na rubrica de “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”.

Relativamente à **Empresa**, o movimento ocorrido em “Perdas por imparidade acumuladas de inventários” (Nota 25) nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foi como segue:

2016					
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	1.367.422	116.525	-	-	1.483.947
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	509.968	21.592	-	-	531.560
	1.877.390	138.117	-	-	2.015.507

2015					
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	1.489.626	-	(122.204)	-	1.367.422
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	656.380	-	(146.412)	-	509.968
	2.146.006	-	(268.616)	-	1.877.390

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram registadas na **Empresa** perdas por imparidade de inventários, líquidas de reversões no montante de 138.117 Euros e (268.616) Euros, respetivamente, na rubrica de “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”.

19. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de “Contas a receber” do **Grupo** e da **Empresa** apresentava a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Cientes gerais	78.612.864	87.340.805	48.007.420	53.561.385
Operadores Postais	43.391.679	36.877.789	40.070.049	33.848.638
Empresas do Grupo ⁽¹⁾	108.726	137.047	6.246.214	10.273.998
	122.113.270	124.355.641	94.323.683	97.684.021

⁽¹⁾ Incluem empresas subsidiárias, associadas e investimentos em empreendimentos conjuntos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a anti-guidade do saldo das contas a receber é detalhada como segue:

	2016					
	Grupo			Empresa		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes						
Não vencido	62.406.680	111.575	62.295.105	45.285.440	111.575	45.173.865
Vencido ⁽¹⁾						
0-30 dias	11.116.694	90.023	11.026.671	7.144.634	90.023	7.054.611
30-90 dias	10.764.588	193.049	10.571.539	6.883.729	192.643	6.691.086
90-180 dias	2.268.369	476.384	1.791.984	985.243	468.907	516.335
180-360 dias	17.090.040	693.249	16.396.791	16.822.857	495.752	16.327.105
> 360 dias	48.776.423	28.745.244	20.031.180	21.618.284	3.057.603	18.560.681
	152.422.794	30.309.524	122.113.270	98.740.186	4.416.504	94.323.683

⁽¹⁾ Os montantes relativos a operadores estrangeiros, ainda que se encontrem em aberto há mais de 360 dias, apresentam-se dentro do prazo normal para apresentação e regularização de contas.

	2015					
	Grupo			Empresa		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes						
Não vencido	68.617.967	-	68.617.967	50.277.547	-	50.277.547
Vencido ⁽¹⁾						
0-30 dias	10.721.851	-	10.721.851	8.348.386	-	8.348.386
30-90 dias	11.622.753	-	11.622.753	8.180.683	-	8.180.683
90-180 dias	5.308.371	-	5.308.371	3.754.749	-	3.754.749
180-360 dias	11.320.671	875.685	10.444.986	10.114.980	24.923	10.090.057
> 360 dias	48.501.197	30.861.483	17.639.714	21.629.663	4.597.065	17.032.598
	156.092.809	31.737.168	124.355.641	102.306.008	4.621.987	97.684.021

⁽¹⁾ Os montantes relativos a operadores estrangeiros, ainda que se encontrem em aberto há mais de 360 dias, apresentam-se dentro do prazo normal para apresentação e regularização de contas.

O valor escriturado líquido do saldo de clientes com antiguidade superior a 360 dias decompõe-se do seguinte modo:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Outros clientes	412.718	396.387	443.695	1.227.234
Operadores estrangeiros	18.350.981	17.243.327	16.849.505	15.805.365
Total	18.763.699	17.639.714	17.293.200	17.032.599
Operadores estrangeiros valores a pagar (Nota 34)	(22.974.682)	(16.456.906)	(22.469.414)	(16.026.493)

A rubrica operadores estrangeiros refere-se aos recebimentos pela distribuição em Portugal de tráfego postal com origem em países terceiros.

Estas operações enquadram-se no âmbito da regulamentação da União Postal Universal (UPU), que prevê a apresentação de contas numa base anual, o qual, portanto, apenas é efetuado após o final do ano, originando assim um montante significativo de saldo de clientes em aberto há mais de 360 dias. Acresce mencionar que

a referida regulamentação estipula um prazo até 22 meses para apresentação das contas pelo que os saldos dos operadores estrangeiros refletem uma situação expectável no quadro deste negócio específico.

Ainda ao abrigo da regulamentação da UPU, as contas entre Operadores estrangeiros são liquidadas por encontro de contas. O risco de crédito é mitigado pelos saldos a pagar às mesmas entidades e pelos adiantamentos por conta dos recebimentos líquidos do ano (Nota 34).

Relativamente ao saldo de clientes nacionais, é constituído essencialmente por dívidas de entidades públicas, a que se juntam clientes que são simultaneamente fornecedores e com os quais se efetuam encontros de contas, e clientes com planos de pagamento de dívida.

Considerando o universo de clientes nacionais, o nível de cobertura das dívidas de clientes por garantias bancárias e depósitos prévios de clientes aumentou de 0,8% no final de 2015 para 2,3% em 31 de dezembro de 2016 no **Grupo** e de 1.0% para 2.9% na **Empresa**.

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos prévios	1.483.105	647.495	1.466.813	647.495
Garantias bancárias	314.478	43.663	81.253	43.663
Total	1.797.583	691.159	1.548.066	691.159

Perdas por imparidade

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido no **Grupo** em “Perdas de imparidade acumuladas” (Nota 25) foi como segue:

Grupo	2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Contas a receber	31.737.169	2.875.921	(2.267.005)	(2.036.561)	30.309.524
	31.737.169	2.875.921	(2.267.005)	(2.036.561)	30.309.524
Grupo	2015				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Contas a receber	30.498.785	4.625.870	(2.025.960)	(1.361.526)	31.737.169
	30.498.785	4.625.870	(2.025.960)	(1.361.526)	31.737.169

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram registadas no **Grupo** perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de contas a receber no montante de 608.918 Euros e 2.599.910 Euros, respetivamente, na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)” (Nota 46).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na **Empresa** em “Perdas de imparidade acumuladas” (Nota 25) foi como segue:

Empresa	2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Contas a receber	4.621.988	352.246	(310.637)	(247.093)	4.416.504
	4.621.988	352.246	(310.637)	(247.093)	4.416.504
Empresa	2015				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Contas a receber	5.000.427	164.956	(300.472)	(242.923)	4.621.988
	5.000.427	164.956	(300.472)	(242.923)	4.621.988

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram registadas na **Empresa** perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de contas a receber no montante de 41.609 Euros e (135.516) Euros, respetivamente, na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)” (Nota 46).

20. Crédito a clientes bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, no **Grupo** a rubrica “Crédito a clientes bancários” apresentavam a seguinte composição:

	Grupo	
	2016	2015
Crédito interno	7.104.322	-
Descobertos em depósitos à ordem	69.498	-
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	7.034.824	-
Imparidade para riscos de crédito	(417)	-
	7.103.905	-

Perdas por imparidade

No período findo em 31 de dezembro de 2016, o movimento ocorrido no **Grupo** em “Perdas de imparidade acumuladas” (Nota 25) foi como segue:

Grupo	2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Crédito a clientes bancários	-	417	-	-	417
	-	417	-	-	417

No período findo em 31 de dezembro de 2016, foram registadas no **Grupo** perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de crédito a clientes bancários no montante de 417 Euros, na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)” (Nota 46).

21. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente do **Grupo** e da **Empresa** apresentava a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	Reexpresso 2015 ¹
Diferimentos ativos				
Correntes				
Rendas a pagar	1.293.963	1.293.761	1.101.070	1.025.319
Subsídios de Refeição	1.668.745	1.701.736	1.668.745	1.701.736
Compensação Acordo Complementar AE CTT	-	1.457.575	-	1.457.575
Outros	3.166.223	3.715.517	2.168.180	2.817.640
	6.128.931	8.168.589	4.937.995	7.002.270
Diferimentos passivos				
Não correntes				
Mais-valias diferidas	-	3.677.282	-	3.677.282
Comissões diferidas	-	1.000.000	-	1.000.000
Subsídios ao investimento	334.191	339.294	328.093	339.294
	334.191	5.016.576	328.093	5.016.576
Correntes				
Mais-valias diferidas	2.143.378	2.399.029	2.143.378	2.399.029
Carregamentos Phone-IX	158.698	206.329	158.698	206.329
Comissões diferidas	799.062	400.000	799.062	400.000
Subsídios ao investimento	17.299	11.201	11.201	11.201
Acordo Altice	-	9.583.333	-	6.388.889
Outros	1.059.172	1.145.538	1.057.509	1.144.779
	4.177.609	13.745.430	4.169.848	10.550.227
	4.511.800	18.762.007	4.497.941	15.566.803

¹Valores reexpressos: ver nota 3

Em exercícios anteriores a **Empresa** alienou um conjunto de imóveis, relativamente aos quais celebrou posteriormente contratos de arrendamento. As mais-valias apuradas naquela alienação foram diferidas, e são reconhecidas no período de duração dos contratos de arrendamento.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram reconhecidos em “Outros rendimentos e ganhos operacionais” na demonstração dos resultados, os montantes de 3.394.833 Euros e 1.511.128 Euros, respetivamente, relativos àquelas mais-valias.

O montante reconhecido, no período findo em 31 de dezembro de 2016 inclui o valor de 1.725.642 Euros relativos ao edifício do Conde Redondo como resultado da resolução do contrato de arrendamento.

Em 2014 os CTT celebraram um contrato com a Cetelem, o qual implicou um recebimento de 3 milhões de Euros no momento da assinatura do contrato, dos quais 1 milhão de Euros, correspondentes a um direito de entrada foi reconhecido no início do contrato, sendo os restantes 2 milhões de Euros relativos a comissões não reembolsáveis, reconhecidos ao longo do período do contrato. Em 31 de dezembro de 2016 encontra-se diferido um montante de 799.062 Euros.

Na sequência do Memorando de entendimento celebrado com a Altice e tendo o processo de aquisição da PT Portugal, pela Altice, sido concluído, os CTT receberam o valor correspondente ao pagamento inicial acordado, o qual está a ser reconhecido em resultados ao longo do período de exclusividade para negociar as eventuais parcerias definidas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram reconhecidos em “Outros rendimen-

tos e ganhos operacionais” os montantes de 9.583.333 Euros e 6.388.889 Euros, respetivamente, no **Grupo** e **Empresa**, relativos a este contrato.

22. Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2016 o montante de 8.756.999 Euros registado na rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” diz respeito aos imóveis sítos na Rua de S. José que tendo sido alvo de um contrato-promessa de compra e venda em dezembro de 2016 que estipula a realização da operação de venda no espaço de 12 meses foram, de acordo com a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas reclassificados para esta rubrica.

Tal como também previsto na referida norma, as depreciações associadas aos imóveis cessaram.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não existiam operações classificadas como operações descontinuadas.

23. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Numerário	55.806.142	27.430.823	41.419.386	27.375.713
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	67.627.214	67.920.196	59.445.691	61.926.006
Disponibilidades em outras instituições de crédito	106.373.978	-	-	-
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.792.334	15.847	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	129.060	-	-
Depósitos a prazo	385.211.431	508.153.791	374.203.045	470.241.000
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	618.811.099	603.649.717	475.068.122	559.542.719
Descobertos bancários	-	-	-	-
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	(3.792.334)	-	-	-
Cheques a cobrar / Compensação de cheques	(1.173.518)	-	-	-
Caixa e seus equivalentes (Demonstração de Fluxos de Caixa)	613.845.248	603.649.717	475.068.122	559.542.719

24. Outros ativos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as rubricas “Outros ativos não correntes” e “Outros ativos correntes” do **Grupo** e da **Empresa** apresentavam a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	Reexpresso 2015*
Não corrente				
Adiantamentos ao pessoal	420.140	466.086	420.140	466.086
Outros valores a receber do pessoal	2.136.596	1.558.326	2.136.596	1.558.326
Empréstimo INESC	-	347.021	-	347.021
Fundo compensação trabalho	157.157	49.527	107.674	35.165
Outros ativos não correntes	340.541	191.853	-	-
Imparidade	(1.748.286)	(2.011.710)	(1.553.419)	(1.819.857)
	1.306.148	601.103	1.110.991	586.741
Corrente				
Adiantamento a fornecedores	426.429	31.205	413.045	17.859
Adiantamentos ao pessoal	4.000.289	2.736.705	4.004.036	2.735.621
Empréstimo INESC	-	49.740	-	49.740
Serviços financeiros postais	8.611.516	6.372.504	8.611.516	6.372.504
Estado e outros entes públicos	308.834	2.523.671	124	2.502.186
Devedores por acréscimo de rendimentos	8.143.083	4.784.068	7.232.076	4.251.090
Montantes cobrados em nome dos CTT	1.258.411	1.211.810	1.381.321	1.458.432
Garantias	223.370	232.289	-	-
Reembolsos CGA	-	11.598	-	11.598
Adiantamentos a advogados	150.041	143.603	-	-
Devedores por ativos vendidos	111.294	124.734	111.294	124.734
Agentes filatélicos	-	45.486	-	45.486
Agentes Payshop	447.961	456.001	-	-
Subsídio de mobilidade Regiões Autónomas	3.559.130	2.824.438	3.559.130	2.824.438
Gabinete para os meios da comunicação social	1.602.406	494.216	1.602.406	494.216
Indemnizações	84.588	100.588	-	-
Devedores por depósitos de garantia	227.969	169.646	227.969	169.646
Outros ativos correntes	9.051.927	9.104.698	7.418.691	7.904.327
Imparidade	(8.173.677)	(8.480.056)	(6.776.775)	(7.099.641)
	30.033.571	22.936.943	27.784.833	21.862.237

* Valores reexpressos: ver nota 3

Os montantes registados na rubrica “Serviços financeiros postais” respeitam a valores a receber referentes a resgates de produtos de aforro e à comercialização de seguros.

Devedores por acréscimos de rendimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os devedores por acréscimos de rendimentos referem-se a especializações de juros, valores a faturar nomeadamente referentes a serviços financeiros postais, produtos filatélicos, agentes filatélicos e outros valores.

Imparidade

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas de outros ativos não correntes e correntes” (Nota 25) referente ao **Grupo**, foi como segue:

Grupo	2016					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Outros ativos correntes e não correntes	10.095.004	524.261	(691.210)	(6.092)	-	9.921.963
Empréstimo INESC	396.761	-	(396.761)	-	-	-
	10.491.765	524.261	(1.087.971)	(6.092)	-	9.921.963
Grupo	2015					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Outros ativos correntes e não correntes	10.882.923	539.816	(1.500.571)	(9.530)	182.366	10.095.004
Empréstimo INESC	421.631	-	(24.870)	-	-	396.761
	11.304.554	539.816	(1.525.441)	(9.530)	182.366	10.491.765

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram registadas, na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)” (Nota 46), perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) no montante de (563.710) Euros e (985.625) Euros, respetivamente.

Relativamente à **Empresa**, o movimento ocorrido na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas de outros ativos não correntes e correntes” (Nota 25), nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foi como segue:

Empresa	2016					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Outros ativos correntes e não correntes	8.522.736	459.471	(652.013)	-	-	8.330.194
Empréstimo INESC	396.761	-	(396.761)	-	-	-
	8.919.497	459.471	(1.048.774)	-	-	8.330.194
Empresa	2015					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Outros ativos correntes e não correntes	8.610.979	379.305	(467.548)	-	-	8.522.736
Empréstimo INESC	421.631	-	(24.870)	-	-	396.761
	9.032.610	379.305	(492.418)	-	-	8.919.497

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram registadas na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)” (Nota 46), perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de “Outros ativos correntes e não correntes” no montante de (589.303) Euros e (113.113) Euros, respetivamente.

25. Perdas por imparidade acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade do Grupo:

Grupo	2016					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos fixos tangíveis	296.769	-	(123.714)	-	-	173.055
Propriedades de investimento	1.282.622	12.491	(3.615)	-	-	1.291.498
	1.579.391	12.491	(127.329)	-	-	1.464.553
Outros ativos não correntes	1.472.836	83.597	-	-	191.853	1.748.286
Empréstimos INESC	347.021	-	(347.021)	-	-	-
	1.819.857	83.597	(347.021)	-	191.853	1.748.286
	3.399.248	96.088	(474.350)	-	191.853	3.212.839
Ativos correntes						
Contas a receber	31.737.169	2.875.921	(2.267.005)	(2.036.561)	-	30.309.524
Crédito a clientes bancários	-	417	-	-	-	417
Outros ativos correntes	8.622.168	440.664	(691.210)	(6.092)	(191.853)	8.173.677
Empréstimo INESC	49.740	-	(49.740)	-	-	-
	40.409.077	3.317.002	(3.007.955)	(2.042.653)	(191.853)	38.483.618
Mercadorias	1.397.098	198.203	(438)	(29.676)	-	1.565.187
Matérias-primas, sub. e de consumo	565.513	21.592	(7.778)	-	-	579.327
	1.962.611	219.795	(8.216)	(29.676)	-	2.144.514
	42.371.688	3.536.797	(3.016.171)	(2.072.329)	(191.853)	40.628.132
	45.770.936	3.632.885	(3.490.521)	(2.072.329)	-	43.840.971

Grupo	2015					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos fixos tangíveis	420.483	-	(123.714)	-	-	296.769
Propriedades de investimento	1.450.025	246.789	(414.192)	-	-	1.282.622
	1.870.508	246.789	(537.906)	-	-	1.579.391
Outros ativos não correntes	1.421.001	51.835	-	-	-	1.472.836
Empréstimos INESC	371.891	-	(24.870)	-	-	347.021
	1.792.892	51.835	(24.870)	-	-	1.819.857
	3.663.400	298.624	(562.776)	-	-	3.399.248
Ativos correntes						
Contas a receber	30.498.785	4.625.870	(2.025.960)	(1.361.526)	-	31.737.169
Outros ativos correntes	9.461.922	487.981	(1.500.571)	(9.530)	182.366	8.622.168
Empréstimo INESC	49.740	-	-	-	-	49.740
	40.010.447	5.113.851	(3.526.531)	(1.371.056)	182.366	40.409.077
Mercadorias	1.527.827	36.874	(129.402)	(38.201)	-	1.397.098
Matérias-primas subs. e de consumo	676.836	35.091	(146.414)	-	-	565.513
	2.204.663	71.965	(275.816)	(38.201)	-	1.962.611
	42.215.110	5.185.816	(3.802.347)	(1.409.257)	182.366	42.371.688
	45.878.510	5.484.440	(4.365.123)	(1.409.257)	182.366	45.770.936

Relativamente à Empresa, durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram verificados os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade:

Empresa	2016					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos fixos tangíveis	296.769	-	(123.714)	-	-	173.055
Propriedades de investimento	1.282.622	119.559	(110.683)	-	-	1.291.498
	1.579.391	119.559	(234.397)	-	-	1.464.553
Outros ativos não correntes	1.472.836	80.582	-	-	-	1.553.418
Empréstimos INESC	347.021	-	(347.021)	-	-	-
	1.819.857	80.582	(347.021)	-	-	1.553.418
	3.399.248	200.141	(581.418)	-	-	3.017.971
Ativos correntes						
Contas a receber	4.621.988	352.246	(310.637)	(247.093)	-	4.416.504
Outros ativos correntes	7.049.900	378.889	(652.013)	-	-	6.776.776
Empréstimo INESC	49.740	-	(49.740)	-	-	-
	11.721.628	731.135	(1.012.390)	(247.093)	-	11.193.280
Mercadorias	1.367.422	116.525	-	-	-	1.483.947
Matérias-primas, sub. e de consumo	509.968	21.592	-	-	-	531.560
	1.877.390	138.117	-	-	-	2.015.507
	13.599.018	869.252	(1.012.390)	(247.093)	-	13.208.787
	16.998.266	1.069.393	(1.593.808)	(247.093)	-	16.226.758

Empresa	2015					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos fixos tangíveis	420.483	-	(123.714)	-	-	296.769
Propriedades de investimento	1.450.025	246.789	(414.192)	-	-	1.282.622
	1.870.508	246.789	(537.906)	-	-	1.579.391
Outros ativos não correntes	1.421.001	51.835	-	-	-	1.472.836
Empréstimos INESC	371.891	-	(24.870)	-	-	347.021
	1.792.892	51.835	(24.870)	-	-	1.819.857
	3.663.400	298.624	(562.776)	-	-	3.399.248
Ativos correntes						
Contas a receber	5.000.427	164.956	(300.472)	(242.923)	-	4.621.988
Outros ativos correntes	7.189.978	327.470	(467.548)	-	-	7.049.900
Empréstimo INESC	49.740	-	-	-	-	49.740
	12.240.145	492.426	(768.020)	(242.923)	-	11.721.628
Mercadorias	1.489.626	-	(122.204)	-	-	1.367.422
Matérias-Primas subs. e de consumo	656.380	-	(146.412)	-	-	509.968
	2.146.006	-	(268.616)	-	-	1.877.390
	14.386.151	492.426	(1.036.636)	(242.923)	-	13.599.018
	18.049.551	791.050	(1.599.412)	(242.923)	-	16.998.266

26. Capital

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Empresa é composto por 150.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 os acionistas da Empresa com participações iguais ou superiores a 2%, resumem-se como segue:

Acionista	2016		
	Nº ações	%	Valor nominal
Gestmin SGPS, S.A. ⁽¹⁾	14.576.115	9,717%	7.288.058
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	284.885	0,190%	142.443
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	Total	14.861.000	9,907%
Standard Life Investments Limited ⁽²⁾	9.910.580	6,607%	4.955.290
Ignis Investment Services Limited ⁽³⁾	97.073	0,065%	48.537
Standard Life Investments (Holdings) Limited	Total	10.007.653	6,672%
Allianz Global Investors GmbH ⁽⁴⁾	Total	7.552.637	5,035%
BNP Paribas Investment Partners Belgium S.A. ⁽⁴⁾		0,833%	
BNP Paribas Investment Partners Luxembourg S.A. ⁽⁴⁾		2,972%	
BNP Paribas Asset Management SAS ⁽⁴⁾		1,197%	
BNP Paribas Investment Partners S.A.	Total	7.502.430	5,002%
Norges Bank	Total	7.422.099	4,948%
BlackRock, Inc. ⁽⁵⁾	Total	4.961.965	3,308%
F&C Asset Management plc ⁽⁶⁾	3.124.801	2,083%	1.562.401
Banco de Montreal ⁽⁶⁾	Total	3.124.801	2,083%
Kames Capital PLC ⁽⁷⁾	Total	3.022.170	2,015%
Wilmington Capital, S.L. ⁽⁸⁾	3.020.368	2,014%	1.510.184
Indumenta Pueri, S.L. ⁽⁸⁾	Total	3.020.368	2,014%
CTT, S.A. (ações próprias) ⁽⁹⁾	Total	600.531	0,400%
Restantes acionistas	Total	87.924.346	58,616%
Total	150.000.000	100,000%	75.000.000

⁽¹⁾ Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, a Manuel Carlos de Melo Champalimaud.

⁽²⁾ Empresa detida pela Standard Life Investments (Holdings) Limited.

⁽³⁾ Anteriormente denominada: Allianz Global Investors Europe GmbH.

⁽⁴⁾ Empresas controladas pelo BNP Paribas Investment Partners, S.A.

⁽⁵⁾ A cadeia completa de empresas controladas pela BlackRock, Inc. através das quais os direitos de voto e/ou instrumentos financeiros são detidos pode ser consultada nos anexos aos comunicados de participação qualificada, em: <http://www.ctt.pt/ctt-e-investidores/relacoes-com-investidores/comunicados.html?com.dotmarketing.htmlpage.language=3#panel2-1>

⁽⁶⁾ Participação imputável à F&C Asset Management PLC enquanto entidade com a qual a F&C Management Limited, a F&C Investment Business Limited e a F&C Managers Limited se encontram em relação de domínio. A F&C Asset Management PLC encontra-se sob o domínio da BMO Global Asset Management (Europe) Limited que, por sua vez, se encontra sob o domínio do Banco de Montreal.

⁽⁷⁾ A Kames Capital PLC atua como gestora de investimentos da Scottish Equitable PLC, Royal County de Berkshire Pension Fund, da Kames Capital Investment Company (Irlanda) PLC e da Kames Capital ICVC e é a detentora indicada dos direitos de voto e custodiante das ações às quais estão associados esses direitos de voto.

⁽⁸⁾ A Wilmington Capital, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L.

⁽⁹⁾ Os direitos de voto inerentes às ações próprias detidas pela Sociedade encontram-se suspensos por força do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Acionista	2015		
	Nº ações	%	Valor nominal
Standard Life Investments Limited ⁽¹⁾	9.910.580	6,607%	4.955.290
Ignis Investment Services Limited ⁽¹⁾	97.073	0,065%	48.537
Standard Life Investments (Holdings) Limited	Total	10.007.653	6,672%
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	33.785	0,023%	16.893
Gestmin SGPS, S.A. ⁽²⁾	7.766.215	5,177%	3.883.108
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	Total	7.800.000	5,200%
Artemis Fund Managers Limited ⁽³⁾	7.433.817	4,956%	3.716.909
Artemis Investment Management LLP	276.892	0,185%	138.446
Artemis Investment Management LLP	Total	7.710.709	5,140%
Allianz Global Investors Europe GmbH (AGIE) ⁽⁴⁾	Total	7.552.637	5,035%
A.A.-FORTIS-ACTIONS PETITE CAP. EUROPE ⁽⁵⁾	226.096	0,151%	113.048
BNP PARIBAS A FUND European Multi-Asset Income ⁽⁵⁾	241.969	0,161%	120.985
BNP PARIBAS B PENSION BALANCED ⁽⁵⁾	675.151	0,450%	337.576
BNP PARIBAS B PENSION GROWTH ⁽⁵⁾	89.950	0,060%	44.975
BNP PARIBAS B PENSION STABILITY ⁽⁵⁾	42.617	0,028%	21.309
BNP PARIBAS L1 MULTI-ASSET INCOME ⁽⁵⁾	287.384	0,192%	143.692
BNP PARIBAS SMALLCAP EUROLAND ⁽⁵⁾	1.569.016	1,046%	784.508
Merck BNP Paribas European Small Cap ⁽⁵⁾	97.607	0,065%	48.804
METROPOLITAN-RENTASTRO GROWTH ⁽⁵⁾	159.111	0,106%	79.556
PARVEST EQUITY EUROPE SMALL CAP ⁽⁵⁾	3.863.880	2,576%	1.931.940
PARWORLD TRACK EUROPE SMALL CAP ⁽⁵⁾	5.004	0,003%	2.502
Stichting Bewaar ANWB - Eur Small Cap ⁽⁵⁾	149.732	0,100%	74.866
Stichting Pensioenfonds Openbare Bibliotheken ⁽⁵⁾	130.657	0,087%	65.329
BNP Paribas Investment Partners, Limited Company ⁽⁵⁾	Total	7.538.174	5,025%
Kames Capital PLC ⁽⁶⁾	2.045.003	1,363%	1.022.502
Kames Capital Management Limited ⁽⁶⁾	3.096.134	2,064%	1.548.067
Aegon NV ⁽⁶⁾	Total	5.141.137	3,427%
Norges Bank	Total	3.143.496	2,096%
F&C Asset Management PLC ⁽⁷⁾	3.124.801	2,083%	1.562.401
Bank of Montreal ⁽⁷⁾	Total	3.124.801	2,083%
Henderson Global Investors Limited ⁽⁸⁾	3.037.609	2,025%	1.518.805
Henderson Group PLC ⁽⁸⁾	Total	3.037.609	2,025%
CTT, S.A. (ações próprias) ⁽⁹⁾	Total	200.177	0,133%
Restantes acionistas	Total	94.743.607	63,162%
Total	150.000.000	100,000%	75.000.000

⁽¹⁾ Empresa detida pela Standard Life Investments (Holdings) Limited.

⁽²⁾ Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, ao Sr. Manuel Carlos de Melo Champalimaud.

⁽³⁾ Empresa detida pela Artemis Investment Management LLP.

⁽⁴⁾ Anteriormente denominada: Allianz Global Investors Europe GmbH.

⁽⁵⁾ A participação qualificada do BNP Paribas Investment Partners representa 5,025% do capital social dos CTT e 4,773% dos direitos de voto (v. comunicado CTT de 18-12-2015). Participação detida através dos seguintes fundos geridos pelo BNP Paribas Investment Partners: A.A.-FORTIS ACTIONS PETITE CAP. EUROPE; BNP PARIBAS A FUND European Multi-Asset Income; BNP PARIBAS B PENSION BALANCED; BNP PARIBAS B PENSION GROWTH; BNP PARIBAS B PENSION STABILITY; BNP PARIBAS L1 MULTI-ASSET INCOME; BNP PARIBAS SMALLCAP EUROLAND; Merck BNP Paribas European Small Cap; METROPOLITAN-RENTASTRO GROWTH; PARVEST EQUITY EUROPE SMALL CAP; PARWORLD TRACK EUROPE SMALL CAP; Stichting Bewaar ANWB - Eur Small Cap; Stichting Pensioenfonds Openbare Bibliotheken.

⁽⁶⁾ A partir de 1 de janeiro de 2015, em resultado de reestruturação societária, as carteiras que se encontravam sob gestão da Kames Capital Management Limited (subsidiária da Kames Capital PLC) foram transferidas, encontrando-se sob gestão da Kames Capital PLC. Participação qualificada imputável à seguinte cadeia de entidades: (i) Kames Capital Holdings Limited, que detém 100% da Kames Capital PLC; (ii) Aegon Asset Management Holding BV, que detém 100% da Kames Capital Holdings Limited; e (iii) Aegon NV, que detém 100% da Aegon Asset Management Holding BV.

⁽⁷⁾ Participação imputável à F&C Asset Management PLC enquanto entidade com a qual a F&C Management Limited, a F&C Investment Business Limited e a F&C Managers Limited se encontram em relação de domínio. A F&C Asset Management PLC encontra-se sob o domínio da BMO Global Asset Management (Europe) Limited que, por sua vez, se encontra sob o domínio do Banco de Montreal.

⁽⁸⁾ O Henderson Group PLC é a empresa-mãe da Henderson Global Investors Limited. Todos os direitos de voto são imputáveis à Henderson Global Investors Limited. Segundo comunicação de 8 de janeiro a Henderson Global Investors Limited deixou de deter puma participação qualificada nos CTT.

⁽⁹⁾ Os direitos de voto inerentes às ações próprias detidas pela Sociedade encontram-se suspensos por força do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

27. Ações próprias, Reservas, outras variações no capital próprio e resultados transitados

Ações Próprias

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva não distribuível de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações permanecerem na posse da sociedade. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de dezembro de 2016, existiam 600.531 ações próprias, adquiridas em junho de 2015 e março e agosto de 2016, representativas de 0,400% do capital social.

As ações próprias detidas pelos CTT, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas ações encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram como se segue:

	Quantidade	Valor	Preço médio
Saldo em 31 de dezembro de 2015	200.177	1.873.125	9.357
Aquisições	400.354	3.224.411	8.054
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	600.531	5.097.536	8.488

	Quantidade	Valor	Preço médio
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-
Aquisições	200.177	1.873.125	9.357
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	200.177	1.873.125	9.357

Reservas

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de "Reservas" do **Grupo** e da **Empresa** apresentava o seguinte detalhe:

2016					
Grupo					
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	18.072.559	1.873.125	(540)	13.438.968	33.384.112
Aquisição de ações próprias	-	3.224.411	-	(3.224.411)	-
Justo valor de ativos	-	-	14.014	-	14.014
Plano de ações	-	-	-	1.493.546	1.493.546
Saldo final	18.072.559	5.097.536	13.474	11.708.102	34.891.671

2015					
Grupo					
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	18.072.559	-	-	13.701.408	31.773.967
Aquisição de ações próprias	-	1.873.125	-	(1.873.125)	-
Justo valor de ativos	-	-	(540)	-	(540)
Plano de ações	-	-	-	1.610.685	1.610.685
Saldo final	18.072.559	1.873.125	(540)	13.438.968	33.384.112

2016					
Empresa					
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	18.072.559	1.873.125	-	13.438.968	33.384.652
Aquisição de ações próprias	-	3.224.411	-	(3.224.411)	-
Justo valor de ativos	-	-	-	-	-
Plano de ações	-	-	-	1.493.546	1.493.546
Saldo final	18.072.559	5.097.536	-	11.708.102	34.878.197

2015*					
Empresa					
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	18.072.559	-	-	13.701.408	31.773.967
Aquisição de ações próprias	-	1.873.125	-	(1.873.125)	-
Justo valor de ativos	-	-	-	-	-
Plano de ações	-	-	-	1.610.685	1.610.685
Saldo final	18.072.559	1.873.125	-	13.438.968	33.384.652

* Valores reexpressos: ver nota 3

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva para ações próprias (CTT, S.A.)

Em 31 de dezembro de 2016 esta rubrica inclui o montante de 5.097.536 Euros relativos à constituição de uma reserva indisponível de igual valor ao preço de aquisição das ações próprias detidas.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica regista igualmente o valor reconhecido no ano relativo ao Plano de ações que constitui a remuneração variável de longo prazo atribuída aos membros executivos do Conselho de Administração no âmbito do novo modelo de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais definido pela Comissão de Vencimentos, no valor total de 4.480.638 Euros.

Resultados Transitados

No período findo em 31 de dezembro de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de "Resultados transitados" do **Grupo** e da **Empresa**:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	Reexpresso 2015*
Saldo inicial	91.727.994	84.374.563	91.727.994	84.374.563
Aplicação do resultado líquido do período anterior	72.065.283	77.171.128	72.065.283	77.171.128
Distribuição de dividendos (Nota 28)	(70.264.792)	(69.750.000)	(70.264.792)	(69.750.000)
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	19.820	109.622	19.820	109.622
Outros movimentos	40.906	(177.319)	54.380	(177.319)
Saldo final	93.589.211	91.727.994	93.602.685	91.727.994

* Valores reexpressos: ver nota 3

Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta linha (Nota 32).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 os movimentos ocorridos nesta rubrica do **Grupo** e da **Empresa** foram os seguintes:

	Grupo e Empresa	
	2016	Reexpresso 2015*
Saldo inicial	(18.644.832)	(18.786.310)
Ganhos/perdas atuariais - Saúde (Nota 32)	(11.827.990)	114.181
Impostos diferidos de ganhos/perdas atuariais - Saúde (Nota 50)	3.334.998	27.297
Saldo final	(27.137.824)	(18.644.832)

* Valores reexpressos: ver nota 3

28. Dividendos

Foi aprovada em Assembleia Geral, que ocorreu no dia 28 de abril de 2016, a distribuição de dividendos no montante de 70.500.000 Euros, que corresponde a um dividendo por ação de 0,47 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2015, tendo o dividendo sido pago em 25 de maio de 2016. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, o qual ascendeu a 235.208 Euros.

Dividendos atribuídos	70.500.000
Dividendos atribuídos a ações próprias	(235.208)
Dividendos distribuídos	70.264.792

De acordo com a proposta de dividendos que consta do Relatório e Contas de 2014, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 5 de maio de 2015, a distribuição de dividendos no montante de 69.750.000 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2014, tendo o dividendo sido pago em 29 de maio de 2015.

29. Resultados por ação

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os resultados por ação foram calculados como segue:

	2016	2015
Resultado líquido do período	62.160.395	72.065.283
Nº médio de ações ordinárias	149.527.101	149.883.331
Resultado líquido por ação:		
Básico	0,42	0,48
Diluído	0,42	0,48

O número médio de ações é analisado como segue:

	2016	2015
Ações emitidas no início do exercício	150.000.000	150.000.000
Efeito ações próprias	472.899	116.669
N.º médio de ações durante o período	149.527.101	149.883.331

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2016 o número de ações próprias em carteira é de 600.531, sendo o seu número médio no período findo em 31 de dezembro de 2016 de 472.899, refletindo o facto de as aquisições de ações próprias ter ocorrido em junho de 2015, março e agosto de 2016.

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

30. Interesses não controlados

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 realizaram-se os seguintes movimentos em interesses não controlados:

	2016	2015
Saldo inicial	175.322	(323.703)
Resultado do período atribuível a interesses não controlados	(263.328)	5.352
Outras variações	8.871	493.673
Saldo final	(79.135)	175.322

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os interesses não controlados são relativos às seguintes empresas:

	2016	2015
Correio Expresso de Moçambique. S.A.	(79.135)	175.222
	(79.135)	175.222

31. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de "Financiamentos obtidos" do **Grupo** e da **Empresa** apresentava o seguinte detalhe:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Passivo não corrente				
Empréstimos bancários	87.202	95.241	-	-
Locação financeira	39.943	940.281	-	724.845
	127.145	1.035.522	-	724.845
Passivo corrente				
Empréstimos bancários	8.726.161	6.028.197	-	-
Locação financeira	953.668	1.049.958	724.749	462.968
	9.679.829	7.078.155	724.749	462.968
	9.806.974	8.113.677	724.749	1.187.813

A 31 de dezembro de 2016, as taxas de juro aplicadas aos *leasings* financeiros encontravam-se entre 0,23% e 0,51% (31 de dezembro de 2015: entre 0,60% e 0,83%) e as taxas de juro aplicadas a outros empréstimos encontravam-se entre 1,09% e 2,25% (31 de dezembro de 2015: 0,06% e 2,10%).

Empréstimos bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos empréstimos bancários do **Grupo** era o seguinte:

Grupo	2016		2015			
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Banco Sabadell (Espanha)	400.000	-	-	400.000	-	-
BBVA (Espanha)	500.000	-	-	500.000	-	-
Millennium BCP	9.750.000	8.726.161	-	9.750.000	5.991.565	-
BIM - (Moçambique)	218.270	-	-	218.270	-	-
BIM - (Moçambique)	131.873	-	87.202	131.873	36.632	95.241
Outros empréstimos						
Millennium BCP	-	-	-	5.400.000	-	-
BIM - (Moçambique)	77.861	-	-	77.861	-	-
Moza Banco (Moçambique)	25.954	-	-	25.954	-	-
	11.103.958	8.726.161	87.202	16.503.958	6.028.197	95.241

Os financiamentos contraídos com entidades bancárias espanholas destinam-se a financiar a atividade operacional da subsidiária Tourline, sendo as taxas de juros praticadas referenciadas à Eonia.

Locações

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o **Grupo** e a **Empresa** mantêm os seguintes bens em regime de locação financeira:

2016						
Grupo			Empresa			
Custo	Depreciações/ perdas imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Custo	Depreciações/ perdas imparidade acumuladas	Quantia escriturada	
Terrenos e recursos naturais	9.425.895	815.990	8.609.905	7.798.567	815.990	6.982.577
Edifícios e outras construções	4.963.685	1.498.212	3.465.473	81.701	33.616	48.085
Equipamento de transporte	19.371	18.854	517	-	-	-
14.408.951	2.333.056	12.075.895	7.880.268	849.606	7.030.662	

2015						
Grupo			Empresa			
Custo	Depreciações/ perdas imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Custo	Depreciações/ perdas imparidade acumuladas	Quantia escriturada	
Terrenos e recursos naturais	9.425.895	815.990	8.609.905	7.798.567	815.990	6.982.577
Edifícios e outras construções	4.963.685	1.397.118	3.566.567	81.701	30.162	51.539
Equipamento de transporte	19.371	18.854	517	-	-	-
14.408.951	2.231.962	12.176.989	7.880.268	846.152	7.034.116	

Os contratos mais significativos são os seguintes:

Os CTT são locatários em contrato de locação financeira celebrado com IMOLEASING - Sociedade de locação financeira imobiliária, S.A., referente a um imóvel sito no concelho da Maia (Porto) onde se encontra implantado o Centro Operacional de Correio. A tipologia dos contratos de locação determina o seu enquadramento como uma locação financeira, nomeadamente pelo facto de existir uma opção de compra por um valor residual de aproximadamente 6% do contrato, o qual se estima ser significativamente inferior ao valor estimado de mercado no final do contrato. Não existem rendas contingentes a pagar nem a imposição de quaisquer restrições.

A subsidiária CTT Expresso é locatária de imóvel sito na Perafita (Matosinhos) destinado a albergar o Centro Operacional Regional do Norte, o qual inclui uma opção de compra no final do contrato por um valor que se estima ser significativamente inferior ao valor estimado de mercado no final do contrato.

As rendas mensais são calculadas com base no valor inicial do contrato, existindo a possibilidade de, mediante pagamento de um valor residual exercer a opção de compra.

Não existem nos contratos celebrados quaisquer outras cláusulas/restrições impostas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, as responsabilidades do **Grupo** bem como da **Empresa** com contratos de locação financeira apresentavam o seguinte plano de vencimentos:

2016						
	Grupo			Empresa		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	953.668	8.263	961.931	724.749	844	725.593
Entre 1 ano e 5 anos	39.943	9.927	49.870	-	-	-
A mais de 5 anos	-	-	-	-	-	-
	993.611	18.190	1.011.801	724.749	844	725.593

2015						
	Grupo			Empresa		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	1.049.958	9.996	1.059.954	462.968	4.031	466.999
Entre 1 ano e 5 anos	940.281	1.742	942.023	724.845	1.449	726.294
A mais de 5 anos	-	-	-	-	-	-
	1.990.239	11.738	2.001.977	1.187.813	5.480	1.193.293

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 os valores pagos pelo **Grupo** relacionados com juros de locação ascenderam a 7.014 Euros e 18.201 Euros, respetivamente. Na **Empresa**, para os mesmos períodos, foram pagos os montantes de 2.958 Euros e 8.084 Euros, respetivamente.

32. Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados referem-se a (i) benefícios pós-emprego – cuidados de saúde, (ii) outros benefícios de longo prazo a empregados e (iii) outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o **Grupo** e **Empresa** apresentaram o seguinte movimento:

	2016									
	Grupo					Empresa				
	Passivo			Capital Próprio	Total	Passivo			Capital Próprio	Total
Cuidados de saúde	Outros benefícios de longo prazo empregados	Total	Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais	Total	Cuidados de saúde	Outros benefícios de longo prazo empregados	Total	Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais	Total	
Saldo inicial	236.806.000	23.039.344	259.845.344	2.987.092	262.832.436	236.806.000	23.000.540	259.806.540	2.987.092	262.793.632
Movimento do período	12.304.199	(4.313.362)	7.990.837	1.493.546	9.484.383	12.304.199	(4.274.558)	8.029.641	1.493.546	9.523.187
Saldo final	249.110.199	18.725.982	267.836.181	4.480.638	272.316.819	249.110.199	18.725.982	267.836.181	4.480.638	272.316.819

2015										
Grupo					Empresa					
	Passivo			Capital Próprio	Total	Passivo			Capital Próprio	Total
	Cuidados de saúde	Outros benefícios de longo prazo empregados		Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais		Cuidados de saúde	Outros benefícios de longo prazo empregados		Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais	
Saldo inicial	241.166.000	36.125.547	277.291.547	1.376.407	278.667.954	241.166.000	35.956.617	277.122.617	1.376.407	278.499.024
Movimento do período	(4.360.000)	(13.086.203)	(17.446.203)	1.610.685	(15.835.518)	(4.360.000)	(12.956.078)	(17.316.078)	1.610.685	(15.705.393)
Saldo final	236.806.000	23.039.344	259.845.344	2.987.092	262.832.436	236.806.000	23.000.540	259.806.540	2.987.092	262.793.632

As responsabilidades relativas à rubrica “Outros benefícios de longo prazo” dizem essencialmente respeito ao programa de suspensões de contratos de trabalho e ao benefício “Pensões por acidentes em serviço”.

As responsabilidades relativas à rubrica “Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais” dizem respeito à remuneração variável de longo prazo atribuída aos membros executivos do Conselho de Administração.

O detalhe das responsabilidades do **Grupo** e da **Empresa** com benefícios a empregados atendendo à sua exigibilidade é como segue:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Capital Próprio (Outras reservas)	4.480.638	2.987.092	4.480.638	2.987.092
Passivo não corrente	250.445.608	241.306.773	250.445.608	241.306.773
Passivo corrente	17.390.573	18.538.572	17.390.573	18.499.767
	272.316.819	262.832.437	272.316.819	262.793.632

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os gastos com benefícios aos empregados reconhecidos na demonstração consolidada e individual dos resultados e o valor registado diretamente em “Outras variações do capital próprio”, foram os seguintes:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Gastos do período				
Cuidados de saúde	10.439.535	9.942.000	10.439.535	9.942.000
Outros benefícios de longo prazo aos empregados	(873.135)	(7.075.980)	(878.989)	(7.104.436)
Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais	1.493.546	1.610.685	1.493.546	1.610.685
	11.059.946	4.476.705	11.054.092	4.448.249
Outras variações no capital próprio				
Cuidados de saúde	(11.827.990)	114.181	(11.827.990)	114.181
	(11.827.990)	114.181	(11.827.990)	114.181

Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 2.19, os CTT são responsáveis pelo financiamento do plano de cuidados de saúde, aplicável a determinados empregados. Para obtenção da estimativa das responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada período, é anualmente elaborado um estudo atuarial por entidade independente, com base no método denominado por “*Projected Unit Credit*”, e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo sido elaborado um estudo atuarial a 31 de dezembro de 2016.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial para o **Grupo** e para a **Empresa** foram os seguintes:

	2016	2015
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	2,00%	2,50%
Taxa de crescimento salarial	2,25%	2,25%
Taxa de crescimento das pensões	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Taxa de crescimento dos custos com saúde		
- Taxa de inflação	1,50%	1,50%
- Crescimento devido ao envelhecimento	2,00%	2,00%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss RE	Swiss RE

A taxa de desconto é estimada com base em taxas de juro de obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada (“AA” ou equivalente) à data do balanço e com duração equiparável à das responsabilidades com cuidados de saúde.

O decréscimo da taxa de desconto para 2,00% é motivada pela análise efetuada pelo **Grupo** e pela **Empresa** à evolução da realidade macroeconómica tendo em atenção uma constante necessidade de adequação dos pressupostos atuariais e financeiros a essa mesma realidade.

A taxa esperada de crescimento dos salários é determinada de acordo com a política salarial definida pelo **Grupo** e pela **Empresa**.

A taxa esperada de crescimento das pensões é determinada em função da evolução estimada para a taxa de inflação e para a taxa de crescimento do PIB.

A taxa de crescimento dos gastos com saúde reflete a melhor estimativa para a evolução futura destes gastos, sendo tidos em conta os dados da experiência do plano.

Os pressupostos demográficos têm por base as tábuas de mortalidade e de invalidez consideradas apropriadas para efeitos da avaliação atuarial deste plano.

A evolução do valor presente das obrigações do **Grupo** e da **Empresa** para com o plano de cuidados de saúde tem sido a seguinte:

	2016	2015	2014	2013	2012
Responsabilidades no fim do período	249.110.199	236.806.000	241.166.000	263.371.000	252.803.000

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido no valor presente da obrigação de benefícios definidos relativa ao plano de cuidados de saúde foi como segue:

	Grupo e Empresa	
	2016	2015
Saldo inicial	236.806.000	241.166.000
Gasto com o serviço do período	3.977.000	4.042.000
Gasto financeiro do período	5.793.000	5.900.000
Alteração do plano	1.369.535	-
Quotas dos aposentados (Pagamento de benefícios)	4.985.801	5.113.703
(Outros gastos)	(14.980.969)	(18.654.596)
(Ganhos)/perdas atuariais	(668.158)	(646.926)
	11.827.990	(114.181)
Saldo final	249.110.199	236.806.000

No âmbito do processo de otimização de recursos humanos (Nota 45), alguns trabalhadores deixaram de estar considerados no Plano de Saúde da IOS (Instituto das Obras Sociais), passando a estar abrangidos por uma apólice de seguro, com coberturas iguais às do Plano de Saúde IOS e manutenção do pagamento de quotas mensais e copagamentos nos moldes já existentes. Esta revisão do Plano de Saúde configurando uma alteração ao plano foi reconhecida em resultados na rubrica de "Gastos com o pessoal".

O total de gastos do período encontra-se reconhecido da seguinte forma:

	Grupo e Empresa	
	2016	2015
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 45)	3.978.377	3.395.074
Outros gastos	668.158	646.926
Gastos com juros (Nota 49)	5.793.000	5.900.000
	10.439.535	9.942.000

Em 31 de dezembro de 2016, os (ganhos)/perdas atuariais no montante de 11.827.990 Euros e (114.181) Euros em 31 de dezembro de 2015 foram registados no capital próprio, na rubrica "Outras variações no capital próprio" líquidos de impostos diferidos no montante de 3.334.998 Euros e (27.297) Euros em 31 de dezembro de 2015.

Refira-se que o montante das perdas atuariais registadas em 31 de dezembro de 2016 respeitam à alteração da taxa de desconto e da revisão dos gastos com saúde.

A melhor estimativa que o Grupo e a Empresa dispõem nesta data, para os gastos com o plano de cuidados de saúde, que espera reconhecer no próximo período anual situa-se nos 9.415 milhares de euros.

A análise de sensibilidade efetuada para o plano de cuidados de saúde permite concluir o seguinte:

- Caso ocorresse um aumento de 1 ponto percentual na taxa de crescimento dos gastos médicos e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades do plano de saúde seriam de 310.253 milhares de Euros, aumentando cerca de 24,5%.
- Se a taxa de desconto reduzisse meio ponto percentual e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades aumentariam cerca de 8,2%, ascendendo a 269.537 milhares de Euros.
- A utilização de tábuas de mortalidade ajustadas, diferenciadas entre homens e mulheres (Homens TV 73/77(-2) e Mulheres TV 88/90(-3)), mantendo tudo o resto constante,

poderia traduzir-se num aumento das responsabilidades por serviços passados de cerca de 5,2% ascendendo a um montante de 261.942 milhares de Euros.

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2.19, o Grupo e a Empresa têm, em determinadas situações, responsabilidades com o pagamento de salários em situações de "Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho", com a atribuição de subsídios de "Apoio por cessação da atividade profissional", que foram suprimidos a partir de 1 de abril de 2013, com o pagamento da "Taxa de assinatura de telefone", com "Pensões por acidentes de serviço" e com "Subsídio mensal vitalício". Para obtenção da estimativa do valor destas responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada exercício, é elaborado anualmente um estudo atuarial por entidade independente, com base no método denominado por "Projected Unit Credit" e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo sido igualmente elaborado um estudo atuarial por entidade independente com o objetivo de determinar o montante estimado das responsabilidades a 31 de dezembro de 2016.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação destas responsabilidades do Grupo e da Empresa foram os seguintes:

	2016	2015
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	2,00%	2,50%
Taxa de crescimento salarial (Suspensões contratos)	2,25%	2,25%
Taxa de crescimento das pensões (SMV e PAST*)	1,50%	1,50%
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss RE	Swiss RE
*PAST - Pensões por acidentes serviço/trabalho. SMV-Subsídio mensal vitalício.		

No apuramento das responsabilidades com empregados em situações de "Suspensões de contrato, recolocação e libertação de postos de trabalho" foram consideradas taxas de crescimento salarial de 2,25% em 2015 e anos seguintes. Para os benefícios "Subsídio mensal vitalício" e "Pensões por acidentes de serviço", a taxa de crescimento das pensões aplicada foi de 1,50%, já que decorrente de uma análise efetuada ao histórico destes benefícios se concluiu que as atualizações estão por norma associadas às atualizações do IPC. Para os restantes benefícios, "Taxa de assinatura de telefone" e "Apoio por cessação da atividade profissional" não se considerou qualquer taxa de crescimento dado que os benefícios não são atualizados.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o movimento das responsabilidades do Grupo e da Empresa com outros benefícios aos empregados de longo prazo, foi o seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho				
Saldo inicial	8.234.231	17.810.243	8.195.426	17.641.312
Gastos financeiros do período	171.857	379.359	171.614	374.291
Responsabilidades relativas a novos beneficiários	774.529	-	774.529	-
Corte	(616.318)	(4.782.194)	(616.318)	(4.782.194)
(Pagamento de benefícios)	(3.505.008)	(5.187.776)	(3.460.349)	(5.029.195)
(Ganhos)/perdas atuariais	435.541	14.599	429.930	(8.788)
Saldo final	5.494.833	8.234.231	5.494.833	8.195.426
Taxa assinatura de telefone				
Saldo inicial	4.518.270	4.832.775	4.518.270	4.832.775
Gasto financeiro do período	107.145	114.854	107.145	114.854
Corte	(1.513.395)	-	(1.513.395)	-
(Pagamento de benefícios)	(173.293)	(216.939)	(173.293)	(216.939)
(Ganhos)/perdas atuariais	(832.898)	(212.420)	(832.898)	(212.420)
Saldo final	2.105.828	4.518.270	2.105.828	4.518.270
Acidentes em serviço				
Saldo inicial	6.863.591	8.161.400	6.863.591	8.161.400
Gasto financeiro do período	166.338	198.665	166.338	198.665
(Pagamento de benefícios)	(436.651)	(472.298)	(436.651)	(472.298)
(Ganhos)/perdas atuariais	756.028	(1.024.176)	756.028	(1.024.176)
Saldo final	7.349.306	6.863.591	7.349.306	6.863.591
Subsídio mensal vitalício				
Saldo inicial	3.423.253	5.282.395	3.423.253	5.282.395
Gasto financeiro do período	84.398	130.698	84.398	130.698
(Pagamento de benefícios)	(97.352)	(97.925)	(97.352)	(97.925)
(Ganhos)/perdas atuariais	365.716	(1.891.915)	365.716	(1.891.915)
Saldo final	3.776.015	3.423.253	3.776.015	3.423.253
Apoio por cessação da atividade profissional				
Saldo inicial	-	38.734	-	38.735
Gasto financeiro do período	-	484	-	484
(Pagamento de benefícios)	-	(35.284)	-	(35.285)
(Ganhos)/perdas atuariais	-	(3.934)	-	(3.934)
Saldo final	-	-	-	-
Total	18.725.982	23.039.344	18.725.982	23.000.540

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a composição do gasto com outros benefícios de longo prazo, foi como segue:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 45)				
Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho	(178.324)	(4.767.595)	(183.935)	(4.790.982)
Taxa assinatura de telefone	(2.346.293)	(212.420)	(2.346.293)	(212.420)
Acidentes em serviço	756.028	(1.024.176)	756.028	(1.024.176)
Subsídio mensal vitalício	365.716	(1.891.915)	365.716	(1.891.915)
Apoio por cessação da atividade profissional	-	(3.934)	-	(3.934)
subtotal	(1.402.873)	(7.900.040)	(1.408.484)	(7.923.428)
Gasto financeiro do período (Nota 49)	529.738	824.060	529.495	818.992
	(873.135)	(7.075.980)	(878.989)	(7.104.436)

No período findo em 31 de dezembro de 2016, foi efetuada, com o apoio do perito independente, uma análise do histórico dos gastos médios mensais por beneficiário e do número de beneficiários associados ao benefício “Taxa de assinatura telefónica”, tendo-se reconhecido um decréscimo da responsabilidade no montante de 2.369.824 Euros, o qual, tratando-se de um benefício de longo prazo, foi reconhecido na rubrica de gastos com o pessoal.

Na sequência da renegociação das condições associadas aos trabalhadores em situação de “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho”, os CTT registaram uma redução das responsabilidades no montante de 616.318 Euros e 4.782.194 Euros, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respetivamente.

No âmbito do processo de otimização de recursos humanos já referido, a Empresa reconheceu um aumento da responsabilidade com o benefício “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho” no montante de 774.529 Euros relativo a um conjunto de acordos de suspensão de contratos de trabalho celebrados.

As perdas atuariais reconhecidas nos benefícios de longo prazo, no período findo em 31 de dezembro de 2016, resultam, essencialmente, da redução ocorrida na taxa de desconto, as quais, de acordo com a IAS 19 – Benefícios aos empregados, foram refletidas em resultados na rubrica de “Gastos com o pessoal”.

Em consequência da alteração da taxa de crescimento das pensões aplicada aos benefícios “Subsídio mensal vitalício” e “Pensões por acidentes de serviço”, a responsabilidade associada a estes benefícios sofreu, no período findo em 31 de dezembro de 2015, um decréscimo significativo que se encontra refletido na rubrica de “Gastos com o pessoal”.

A melhor estimativa que a Empresa dispõe nesta data, para os gastos com os outros benefícios de longo prazo, que espera reconhecer no próximo período anual situa-se nos 343.841 Euros.

A análise de sensibilidade efetuada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, para o plano de “Outros benefícios”, permite concluir que se a taxa de desconto sofresse uma variação negativa de 50 p.p., mantendo tudo o resto constante, poderá traduzir-se em um aumento das responsabilidades por serviços passados em cerca de 5,00%, aumentando para 19.662 milhares de Euros.

Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais

Os CTT aprovaram com efeitos a 31 de dezembro de 2014 o Regulamento de Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais, o qual define a atribuição de uma remuneração variável de longo prazo, paga através da atribuição de ações da Sociedade (nota 2.19). O número de ações a atribuir aos membros da Comissão Executiva dos CTT tem por base os resultados da avaliação de desempenho durante o período de duração do mandato, até 31 de dezembro de 2016, a qual consiste na comparação do desempenho registado do *Total Shareholder Return* (TSR) das ações dos CTT e o TSR ponderado de um *peer group*, constituído por empresas nacionais e internacionais (*vesting conditions*).

O período de avaliação do desempenho do TSR dos CTT face aos *peers* é de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2016. A remuneração variável de longo prazo é paga em 31 de janeiro de 2017, mediante a atribuição de ações da Sociedade sujeita à verificação de um TSR positivo das ações da Sociedade no final do período de avaliação, de acordo com um número máximo de ações definido no regulamento, corrigido por limites máximos definidos para cada um dos membros da Comissão Executiva.

Em 31 de dezembro de 2014 a responsabilidade relativa à remuneração de Longo Prazo foi calculada com base no justo valor das ações calculado por um perito independente através da metodologia *Black-Scholes* para produção de Modelo de Simulação Monte Carlo.

Desta forma, a 31 de dezembro de 2016 os CTT registaram um gasto de 1.493.546 Euros correspondente ao período de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, o qual foi registado por contrapartida de “Outras Reservas”.

33. Provisões, garantias prestadas, passivos contingentes e compromissos

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, para fazer face aos processos judiciais e a outras obrigações presentes decorrentes de acontecimentos passados, o **Grupo** e a **Empresa** constituíram “Provisões” que apresentaram o seguinte movimento:

2016						
Grupo	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo Final
Provisões não correntes						
Processos judiciais	9.102.699	1.929.078	(5.715.244)	(2.093.786)	1.615.805	4.838.552
Contratos Onerosos	14.358.103	139.058	(6.613.918)	(7.883.243)	-	-
Outras provisões	17.035.233	180.942	(6.263.597)	(47.842)	(1.615.805)	9.288.931
	40.496.035	2.249.078	(18.592.759)	(10.024.871)	-	14.127.483
Investimentos em subsidiárias e associadas	189.775	-	(189.775)	-	-	-
Reestruturações	46.522	-	-	(46.522)	-	-
	40.732.332	2.249.078	(18.782.534)	(10.071.393)	-	14.127.483
2015						
Grupo	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo Final
Provisões não correntes						
Processos judiciais	9.907.427	1.942.805	(2.556.840)	(1.603.861)	1.413.169	9.102.700
Contratos Onerosos	16.854.955	1.291.580	(670.798)	(3.117.634)	-	14.358.103
Outras provisões	18.693.363	1.212.339	(941.773)	(515.527)	(1.413.169)	17.035.233
	45.455.745	4.446.724	(4.169.411)	(5.237.022)	-	40.496.036
Investimentos em subsidiárias e associadas	215.772	-	-	-	(25.997)	189.775
Reestruturações	-	1.880.000	(167.398)	(1.666.081)	-	46.521
	45.671.517	6.326.724	(4.336.809)	(6.903.103)	(25.997)	40.732.332

O valor líquido entre aumentos e reversões das provisões foi registado na “Demonstração consolidada dos resultados” nas rubricas de “Provisões (aumentos) / reduções”, no montante de 16.343.680 Euros em 31 de dezembro de 2016 ((277.313) Euros em 31 de dezembro de 2015).

2016						
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo Final
Provisões não correntes						
Processos judiciais	8.312.828	1.661.889	(4.346.619)	(2.057.169)	915.662	4.486.591
Contratos Onerosos	13.899.390	139.058	(6.607.600)	(7.430.848)	-	-
Outras provisões	14.513.084	-	(4.652.716)	(16.825)	(915.662)	8.927.881
	36.725.302	1.800.947	(15.606.935)	(9.504.842)	-	13.414.472
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	6.912.830	-	-	-	6.912.830
	36.725.302	8.713.777	(15.606.935)	(9.504.842)	-	20.327.302

2015						
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo Final
Provisões não correntes						
Processos judiciais	9.351.816	1.672.045	(2.523.272)	(1.600.929)	1.413.169	8.312.828
Contratos Onerosos	15.943.847	1.184.032	(670.798)	(2.557.691)	-	13.899.390
Outras provisões	16.113.431	981.272	(890.000)	(278.450)	(1.413.169)	14.513.084
	41.409.094	3.837.349	(4.084.070)	(4.437.070)	-	36.725.302
Investimentos em subsidiárias e associadas	306.162	-	-	(306.162)	-	-
	41.715.256	3.837.349	(4.084.070)	(4.743.232)	-	36.725.302

O montante líquido (diferença entre aumentos e reversões) das provisões registado na “Demonstração individual dos resultados”, nas rubricas de “Provisões (aumentos/reduções)” totalizou 13.805.988 Euros em 31 de dezembro de 2016 e (246.722) Euros em 31 de dezembro de 2015.

Processos judiciais

As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o **Grupo** e a **Empresa**, estimadas com base em informações dos seus advogados, bem como no término dos referidos processos.

Contratos onerosos

Na sequência da resolução do contrato de arrendamento do edifício do Conde Redondo, registou-se, no período findo em 31 de dezembro de 2016, uma reversão da provisão para contratos onerosos, associada ao contrato de arrendamento deste edifício, no montante de 2.913.557 Euros.

As utilizações dizem respeito aos pagamentos das rendas vencidas do período, bem como a parte das rendas vincendas relativas ao edifício do Conde Redondo.

Os aumentos verificados resultam da atualização dos pressupostos utilizados em 2015, nomeadamente a taxa de desconto.

Na sequência da reestruturação da rede Lojas dos CTT e dos novos contratos de subarrendamento, a rentabilidade destes espaços passou a superar o valor das rendas pagas ao abrigo dos contratos de arrendamento em vigor, deixando assim de se considerarem tais contratos como onerosos.

Assim, a 31 de dezembro de 2016 não existem montantes provisionados referentes a contratos onerosos para o **Grupo** e para a **Empresa**. Em 31 de dezembro de 2015 apresentavam, respetivamente, 14.358.103 Euros e 13.899.390 em 31 de dezembro de 2015.

Outras provisões

No período findo em 31 de dezembro de 2016 o montante provisionado no **Grupo** e na **Empresa** para fazer face a eventuais contingências relativas a ações de contencioso laboral não incluídas nos processos judiciais em curso, relativos a diferenças retributivas e prémios de assiduidade que possam ser exigidos pelos trabalhadores, ascende nesta data a 8.130.479 Euros (15.142.991 Euros e 12.991.795 Euros em 31 de dezembro de 2015, respetivamente).

As reversões reconhecidas nos CTT, S.A., incorporam o resultado da revisão da metodologia de apuramento associada a esta provisão através da incorporação de mais dados históricos, nomeadamente, informação relativa ao desfecho dos processos judiciais.

Na CTT Expresso, S.A., em função do desfecho favorável das ações em tribunal, em 2016, foi revista a probabilidade da provisão, tendo sido revertida a totalidade da mesma, no montante de 2,1 milhões de Euros. Assim, em 2016 estes processos passaram a ser considerados passivos contingentes.

A 31 de dezembro de 2016, para além das situações acima referidas, no **Grupo** e na **Empresa**, esta provisão inclui ainda:

- o montante de 187.654 Euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local.
- os valores de 278.381 Euros no **Grupo** e 274.210 Euros na **Empresa**, que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais.

Investimentos em subsidiárias e associadas

A provisão para investimentos em associadas corresponde à assunção pelo **Grupo** de obrigações legais ou construtivas relativas à associada Payshop Moçambique, S.A. A reversão ocorrida em 31 de dezembro de 2016 decorre da avaliação efetuada pelo **Grupo** na qual se concluiu que as obrigações anteriormente existentes já não se mantinham.

A provisão para investimentos em subsidiárias corresponde ao reconhecimento pela **Empresa** de obrigações legais ou construtivas relativas às perdas incorridas pelas subsidiárias CORRE – Correio Expresso Moçambique, S.A. e Tourline Express Mensajería, SLU.

Reestruturações

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2015 foi constituída, na subsidiária Tourline Express Mensajería, SLU, uma provisão para reestruturações, no montante de 1.880.000 Euros, na sequência do processo de otimização e reestruturação ao nível dos recursos humanos, oportunamente divulgado pela empresa-mãe (ERE). O processo visou o aumento da eficiência operacional da Tourline através de uma redução de gastos com pessoal e a melhoria e simplificação dos processos, no quadro do plano de reestruturação que tem vindo a ser implementado. Esta provisão foi registada por contrapartida da rubrica de “Gastos com o pessoal” na demonstração consolidada dos resultados por naturezas.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o **Grupo** e a **Empresa** tinham prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

Descrição	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
FUNDO DE PENSÕES DO BANCO SANTANDER TOTTA	3.030.174	3.030.174	3.030.174	3.030.174
PLANINOVA - Soc. Imobiliária, S.A.	2.033.582	2.033.582	2.033.582	2.033.582
LandSearch, Compra e Venda de Imóveis	1.792.886	1.792.886	1.792.886	1.792.886
NOVIMOVESTE - Fundo de Investimento Imobiliário	1.523.201	1.523.201	1.523.201	1.523.201
LUSIMOVESTE - Fundo de Investimento Imobiliário	1.274.355	1.274.355	1.274.355	1.274.355
Autoridade Tributária e Aduaneira	590.000	590.000	590.000	590.000
Lisboagás, S.A.	190.000	190.000	-	-
Autarquias	183.677	183.677	183.677	183.677
Tribunais	167.107	200.087	145.887	172.867
Solred	80.000	80.000	-	-
ACT Autoridade Condições Trabalho	58.201	59.395	58.201	59.395
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	50.000	50.000	-	-
INCM - Imprensa Nacional da Casa da Moeda	46.167	-	-	-
Fonavi, Nave Hospitalet	40.477	40.477	-	-
Record Rent a Car (Cataluña, Levante)	40.000	40.000	-	-
ANA - Aeroportos de Portugal	34.000	34.000	34.000	34.000
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde	30.180	30.180	30.180	30.180
SetGás, S.A.	30.000	30.000	-	-
Outras entidades	29.992	7.694	-	-
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres	21.433	21.433	-	-
EMEL, S.A.	19.384	19.384	-	-
Direção Geral do Tesouro e Finanças	16.867	16.867	16.867	16.867
Portugal Telecom, S.A.	16.658	16.657	16.658	16.657
Instituto de Gestão Financeira Segurança Social	16.406	-	16.406	12.681
Águas do Porto, E.M	10.720	10.720	-	-
SMAS Torres Vedras	9.909	2.808	7.101	-
Inmobiliaria Ederkin	7.998	7.800	-	-
Promodois	6.273	6.273	6.273	6.273
TNT Express Worldwide	6.010	6.010	-	-
Estradas de Portugal, EP	5.000	5.000	5.000	5.000
Consejería Salud	4.116	6.433	-	-
Instituto do emprego e formação profissional	3.718	3.718	-	-
IFADAP	1.746	1.746	1.746	1.746
Águas de Coimbra	870	870	870	870
EURO BRIDGE-Sociedade Imobiliária, Lda	-	2.944.833	-	2.944.833
PT PRO - Serv. Adm. Gestao Part, S.A.	-	50.000	-	-
ARM - Águas e Resíduos da Madeira, SA	-	12.681	-	-
REN Serviços, S.A.	-	9.818	-	-
Universidad Sevilla	-	4.237	-	-
	11.371.107	14.336.996	10.767.064	13.729.244

Garantias contratos de arrendamentos:

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, foram prestadas garantias bancárias *on first demand*.

Estas garantias atingem, em 31 de dezembro de 2016, no **Grupo** e na **Empresa**, o montante de 9.654.198 Euros (12.599.031 Euros em 31 de dezembro de 2015). A diminuição do valor das garantias prestadas é explicada essencialmente pela resolução do contrato de arrendamento do edifício do Conde Redondo, cuja garantia ascendia a 2.944.833 Euros.

Compromissos

A 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o **Grupo** subscreveu livranças que totalizaram um valor aproximado de 40,2 mil Euros e 60,9 mil Euros, respetivamente, a favor de diversas entidades de crédito destinadas ao bom cumprimento dos respetivos contratos de financiamento.

O **Grupo** e a **Empresa** assumiram ainda compromissos financeiros (cartas de conforto) no montante de 1.170.769 Euros relativamente à sua subsidiária Tourline e relativamente à sua subsidiária Corre no montante de 87.202 Euros, os quais se encontram ativos em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o **Grupo** e a **Empresa** assumiram também compromissos relativos ao patrocínio da Taça da Liga no montante de 1,4 milhões de Euros.

Adicionalmente, o **Grupo** e a **Empresa** assumiram ainda compromissos relativos a rendas de imóveis no âmbito de contratos de arrendamento e rendas de locações operacionais e financeiras.

Os compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis do **Grupo** e da **Empresa** encontram-se detalhadas, respetivamente nas Notas 5 e 6.

34. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Contas a pagar" referente ao **Grupo** e à **Empresa** apresentava a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	Reexpresso 2015*
Não corrente				
Outras contas a pagar	375.379	-	375.379	-
	375.379	-	375.379	-
Corrente				
Adiantamento de clientes	3.039.657	3.043.051	3.025.041	3.027.486
Vales CNP	200.238.100	218.478.956	200.238.100	218.478.956
Fornecedores c/c	65.044.068	67.989.193	56.763.575	58.268.535
Faturas em receção e conferência (c/corrente)	8.559.890	9.834.805	5.188.920	6.619.310
Fornecedores de investimentos	13.684.684	6.717.094	9.853.992	4.855.181
Faturas em receção e conferência (investimentos)	6.206.806	5.311.267	5.975.153	5.311.267
Valores cobrados por conta de Terceiros	8.955.667	5.881.304	6.524.493	5.881.304
Serviços financeiros postais	131.878.955	112.544.152	131.878.955	112.544.152
Depósitos de clientes bancários	-	52.422	-	-
Outras contas a pagar	7.255.873	6.039.433	7.111.748	5.419.959
	444.863.700	435.891.677	426.559.977	420.406.149
	445.239.079	435.891.677	426.935.356	420.406.149

* Valores reexpressos: ver nota 3

Vales CNP

O valor de "Vales CNP" refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

Serviços financeiros postais

Esta rubrica regista essencialmente os valores cobrados relativos a impostos, seguros, certificados de aforro e outros vales. O aumento registado em 31 de dezembro de 2016 resulta em grande parte de se ter observado no mês de dezembro de 2016 um acréscimo de subscrições de certificados de aforro/tesouro.

Fornecedores c/c e Fornecedores de investimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de “Fornecedores c/c” do **Grupo** e da **Empresa** apresentava a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Outros fornecedores	24.775.505	30.016.791	15.350.811	20.239.343
Operadores postais	40.255.896	37.972.402	39.112.081	36.622.929
Empresas do Grupo ⁽¹⁾	12.667	-	2.300.683	1.406.263
	65.044.068	67.989.193	56.763.575	58.268.535

⁽¹⁾ Incluem empresas subsidiárias, associadas e investimentos em empreendimentos conjuntos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a antiguidade do saldo das rubricas de “Fornecedores c/c” e de “Fornecedores de investimentos” do **Grupo** e da **Empresa** é detalhada conforme se segue:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores c/c				
Não vencido	21.756.069	22.897.539	16.568.629	16.735.686
Vencido⁽¹⁾:				
0-30 dias	4.836.160	6.425.563	3.069.261	4.782.144
30-90 dias	3.238.063	12.499.262	3.010.650	11.756.875
90-180 dias	1.266.746	1.423.112	930.853	1.164.070
180-360 dias	10.097.799	8.255.781	9.941.867	7.803.267
> 360 dias	23.849.230	16.487.936	23.242.315	16.026.493
	65.044.068	67.989.193	56.763.575	58.268.535

⁽¹⁾ Os montantes relativos a operadores estrangeiros, ainda que se encontrem em aberto há mais de 360 dias, apresentam-se dentro do prazo normal para apresentação e regularização de contas.

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores de investimentos				
Não vencido	11.894.436	6.325.283	8.431.578	4.609.702
Vencido:				
0-30 dias	1.295.524	241.226	1.212.583	169.914
30-90 dias	311.145	42.735	86.847	41.677
90-180 dias	54.198	-	54.198	-
180-360 dias	70.948	-	30.167	-
> 360 dias	58.432	107.850	38.619	33.887
	13.684.684	6.717.094	9.853.992	4.855.181

O aumento verificado na rubrica de “Fornecedores de investimento” está relacionado diretamente com o investimento em equipamento básico, com particular destaque para a aquisição de viaturas e equipamento administrativo.

A dívida a fornecedores correntes com antiguidade superior a 360 dias decompõe-se do seguinte modo:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Outros fornecedores	874.548	31.030	772.902	-
Operadores estrangeiros	22.974.682	16.456.906	22.469.414	16.026.493
Total	23.849.230	16.487.936	23.242.315	16.026.493
Operadores estrangeiros - valores a receber (Nota 19)	(18.350.981)	(17.243.327)	(16.849.505)	(15.805.365)

As contas com operadores postais são liquidadas por encontro de contas. Estes valores estão relacionados com os valores a receber destas entidades (Nota 19).

35. Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos” no **Grupo** apresentava a seguinte composição:

	Grupo	
	2016	2015
Depósitos à ordem	114.041.001	-
Depósitos a prazo	131.417.483	-
Depósitos poupança	8.486.356	-
	253.944.840	-

Os montantes acima referidos respeitam a depósitos de clientes do Banco CTT. O escalonamento por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro de 2016 detalha-se como segue:

	2016					Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Depósitos à ordem	114.041.001	-	-	-	-	114.041.001
Depósitos a prazo	-	73.693.366	57.724.117	-	-	131.417.483
Depósitos poupança	-	8.486.356	-	-	-	8.486.356
	114.041.001	82.179.722	57.724.117	-	-	253.944.840

Em 31 de dezembro de 2015, os depósitos de clientes do Banco CTT no montante de 52.422 Euros foram registados na rubrica “Contas a pagar”.

36. Outros passivos Correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, no **Grupo** e na **Empresa** a rubrica de “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	Reexpresso 2015*
Corrente				
Especialização férias, subsídio de férias e outras remunerações	43.661.282	49.152.091	39.083.054	45.614.014
Especialização FSE	24.036.928	30.650.178	18.631.427	26.166.116
Pessoal	58.708	-	16.690	-
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o valor acrescentado	2.460.642	1.405.729	1.806.370	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	3.251.340	3.367.641	2.929.183	3.074.365
Contribuições para a segurança social	5.191.423	5.139.856	4.702.091	4.710.392
Caixa Geral de Aposentações	751.533	776.789	740.839	776.789
Impostos das autarquias locais	554.515	515.275	554.515	515.275
Outros impostos	8.534	577	143	577
Outros	2.587.820	784.739	2.818.889	555.628
	82.562.725	91.792.877	71.283.201	81.413.156

* Valores reexpressos: ver nota 3

O decréscimo que se observa na rubrica “Especialização férias, subsídio de férias e outras remunerações” deve-se essencialmente à redução da estimativa de remunerações variáveis a atribuir relativas ao exercício de 2016.

O montante reconhecido na rubrica de “Especialização FSE”, no período findo em 31 de dezembro de 2015, resulta essencialmente de um acréscimo de especialização na sequência de uma situação transitória de adaptação de processos do lado do novo fornecedor de serviços de gestão do Plano de Saúde, situação esta que já não se verificou em 2016.

37. Imposto a receber/pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as rubricas “Imposto a receber” e “Imposto a pagar” do **Grupo** e da **Empresa** apresentava a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	Reexpresso 2015*
Ativo Corrente				
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	3.587.614	-	3.569.641	-
	3.587.614	-	3.569.641	-
Passivo Corrente				
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	-	7.922.942	-	7.923.944
	-	7.922.942	-	7.923.944
	3.587.614	(7.922.942)	3.569.641	(7.923.944)

* Valores reexpressos: ver nota 3

O ativo corrente e o passivo corrente relativo ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas foi apurado na **Empresa** como segue:

	Empresa	
	2016	Reexpresso 2015*
Estimativa de imposto sobre o rendimento	(19.644.847)	(24.882.795)
Estimativa de imposto sobre o rendimento empresas do Grupo	695.532	(3.568.585)
Pagamentos por conta / Pagamentos especiais por conta	21.720.696	19.332.653
Retenção na Fonte	798.260	1.194.783
	3.569.641	(7.923.944)

* Valores reexpressos: ver nota 3

38. Ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos financeiros por categoria relativamente ao **Grupo** apresentavam a seguinte decomposição:

Grupo	2016				Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Ativos/Passivos não financeiros	
Ativos					
Outros investimentos (Nota 13)	-	1.503.572	-	-	1.503.572
Investimentos detidos até à maturidade não correntes (Nota 14)	-	-	-	-	93.986.115
Outros ativos não correntes (Nota 24)	1.306.148	-	-	-	1.306.148
Ativos financeiros disponíveis para venda não correntes (Nota 15)	-	4.473.614	-	-	4.473.614
Contas a receber (Nota 19)	122.113.270	-	-	-	122.113.270
Crédito a clientes bancários (Nota 20)	7.103.905	-	-	-	7.103.905
Investimentos detidos até à maturidade correntes (Nota 14)	-	-	-	-	1.108.428
Outros ativos correntes (Nota 24)	19.133.946	-	-	10.899.625	30.033.571
Ativos financeiros disponíveis para venda correntes (Nota 15)	-	1.973.711	-	-	1.973.711
Outros ativos financeiros bancários (Nota 16)	58.718.171	-	-	336.132	59.054.303
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 23)	618.811.099	-	-	-	618.811.099
Total de Ativos Financeiros	827.186.539	7.950.897	-	11.235.757	941.467.736
Passivos					
Contas a pagar não correntes (Nota 34)	-	-	-	375.379	375.379
Financiamentos obtidos a médio e longo prazo (Nota 31)	-	-	127.145	-	127.145
Contas a pagar correntes (Nota 34)	-	-	434.568.170	10.295.530	444.863.700
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos (Nota 35)	-	-	253.944.840	-	253.944.840
Financiamentos obtidos a curto prazo (Nota 31)	-	-	9.679.829	-	9.679.829
Outros passivos correntes (Nota 36)	-	-	26.683.455	55.879.270	82.562.725
Total de Passivos Financeiros	-	-	725.003.439	66.550.179	791.553.618

Grupo	2015				Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Ativos/Passivos não financeiros	
Ativos					
Outros investimentos (Nota 13)	-	1.106.812	-	-	1.106.812
Outros ativos não correntes (Nota 24)	601.103	-	-	-	601.103
Contas a receber (Nota 19)	124.355.641	-	-	-	124.355.641
Outros ativos correntes (Nota 24)	12.590.310	-	-	10.346.633	22.936.943
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 23)	603.649.717	-	-	-	603.649.717
Total de Ativos Financeiros	741.196.771	1.106.812	-	10.346.633	752.650.215
Passivos					
Financiamentos obtidos médio e longo prazo (Nota 31)	-	-	1.035.522	-	1.035.522
Contas a pagar (Nota 34)	-	-	426.756.771	9.134.906	435.891.677
Financiamentos obtidos curto prazo (Nota 31)	-	-	7.078.155	-	7.078.155
Outros passivos correntes (Nota 36)	-	-	31.434.918	60.357.959	91.792.877
Total de Passivos Financeiros	-	-	466.305.366	69.492.865	535.798.231

O **Grupo** entende que o justo valor dos ativos e passivos financeiros é similar ao montante registado com exceção da seguinte rubrica:

	2016		2015	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos financeiros				
Investimentos detidos até à maturidade	95.094.543	94.701.870	-	-

Relativamente à **Empresa**, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 os ativos e passivos financeiros por categoria apresentavam a seguinte decomposição:

Empresa	2016				
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Ativos/Passivos não financeiros	Total
Ativos					
Outros investimentos (Nota 13)	-	1.503.572	-	-	1.503.572
Acionistas/sócios (Nota 51)	8.025.158	-	-	822.241	8.847.398
Outros ativos não correntes (Nota 24)	1.110.991	-	-	-	1.110.991
Contas a receber (Nota 19)	94.323.683	-	-	-	94.323.683
Outros ativos correntes (Nota 24)	18.226.686	-	-	9.558.147	27.784.833
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 23)	475.068.122	-	-	-	475.068.122
Total de Ativos Financeiros	596.754.640	1.503.572	-	10.380.388	608.638.599
Passivos					
Contas a pagar não correntes (Nota 34)	-	-	-	375.379	375.379
Contas a pagar correntes (Nota 34)	-	-	416.423.188	10.136.789	426.559.977
Acionistas/sócios (Nota 51)	-	-	-	7.341.360	7.341.360
Financiamentos obtidos a curto prazo (Nota 31)	-	-	724.749	-	724.749
Outros passivos correntes (Nota 36)	-	-	21.467.007	49.816.194	71.283.201
Total de Passivos Financeiros	-	-	438.614.944	67.669.722	506.284.666

Empresa	2015				
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Ativos/Passivos não financeiros	Total
Ativos					
Outros investimentos (Nota 13)	-	1.106.812	-	-	1.106.812
Acionistas/sócios (Nota 51)	9.029.828	-	-	1.011.393	10.041.221
Outros ativos não correntes (Nota 24)	586.741	-	-	-	586.741
Contas a receber (Nota 19)	97.684.021	-	-	-	97.684.021
Outros ativos correntes (Nota 24)	12.056.246	-	-	9.805.991	21.862.237
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 31)	559.542.719	-	-	-	559.542.719
Total de Ativos Financeiros	678.899.556	1.106.812	-	10.817.383	690.823.751
Passivos					
Financiamentos obtidos a médio e longo prazo (Nota 31)	-	-	724.845	-	724.845
Contas a pagar (Nota 34)	-	-	413.516.025	6.890.124	420.406.149
Acionistas/sócios (Nota 51)	-	-	-	1.613.945	1.613.945
Financiamentos obtidos a curto prazo (Nota 31)	-	-	462.968	-	462.968
Outros passivos correntes (Nota 36)	-	-	26.521.741	54.891.413	81.413.154
Total de Passivos Financeiros	-	-	441.225.580	63.395.481	504.621.061

A **Empresa** entende que o justo valor dos ativos e passivos financeiros é similar ao montante registado.

39. Subsídios obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a informação relativa a subsídios comunitários (Nota 2.22) do **Grupo** e da **Empresa** era como segue:

	2016									
	Grupo					Empresa				
	Montante atribuído	Montante recebido	Montante por receber	Rendimento acumulado	Montante por utilizar	Montante atribuído	Montante recebido	Montante por receber	Rendimento acumulado	Montante por utilizar
Subsídio ao investimento	9.833.915	9.680.599	153.316	9.482.425	351.490	9.815.622	9.662.306	153.316	9.476.327	339.295
Subsídio à exploração	94.486	94.486	-	94.486	-	70.864	70.864	-	70.864	-
	9.928.401	9.775.085	153.316	9.576.911	351.490	9.886.486	9.733.170	153.316	9.547.192	339.295

	2015									
	Grupo					Empresa*				
	Montante atribuído	Montante recebido	Montante por receber	Rendimento acumulado	Montante por utilizar	Montante atribuído	Montante recebido	Montante por receber	Rendimento acumulado	Montante por utilizar
Subsídio ao investimento	9.833.915	9.680.599	153.316	9.465.126	368.789	9.815.622	9.662.306	153.316	9.465.126	350.496
Subsídio à exploração	94.486	94.486	-	94.486	-	70.864	70.864	-	70.864	-
	9.928.401	9.775.085	153.316	9.559.612	368.789	9.886.486	9.733.170	153.316	9.535.991	350.496

* Valores reexpressos: ver nota 3

Os valores recebidos de subsídios ao investimento – FEDER – são reconhecidos na Demonstração dos resultados por natureza, na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais”, à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados.

A comparticipação financeira do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (“IEFP”), recebida no âmbito da “Medida Estágios Emprego” configura na tipologia de “Subsídios Relacionados com Rendimentos ou à Exploração”, é reconhecida como réditto no mesmo período do gasto relacionado.

Os montantes recebidos foram inicialmente diferidos como rendimentos a reconhecer (Nota 21), e transferidos para a Demonstração dos resultados por naturezas, para a rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais”, na medida em que os gastos foram reconhecidos.

40. Vendas e serviços prestados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as categorias significativas do réditto da **Empresa** eram as seguintes:

	Empresa	
	2016	2015
Vendas	19.247.627	22.892.730
Prestação de serviços de correio	447.593.802	461.183.181
Serviços financeiros postais	51.693.802	54.725.404
Dispositivos eletrónicos de matrícula	6.111.035	6.054.633
Serviços de telecomunicações	926.045	1.283.540
Outros serviços	5.485.005	4.839.931
	531.057.316	550.979.418

Os “Outros serviços” dizem respeito a:

	Empresa	
	2016	2015
Certificação de fotocópias	226.737	253.102
Subsídio transporte Reg. Aut. Madeira	829.740	565.383
Outros filatelia	125.822	230.555
Taxa de apresentação alfândega	1.276.941	784.426
Corfax	160.908	229.965
Correio não endereçado	244.037	262.800
Serviços Portugal Telecom	113.925	165.762
MailRoom digital	337.383	330.015
Outros serviços diversos	2.169.512	2.017.925
	5.485.005	4.839.931

41. Margem financeira

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, no **Grupo**, a rubrica “Margem Financeira” apresentava a seguinte composição:

	Grupo	
	2016	2015
Juros e rendimentos similares	416.006	-
Juros de investimentos detidos até à maturidade	306.145	-
Juros de aplicações em instituições de crédito	64.721	-
Juros de créditos a clientes	29.329	-
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	15.811	-
Juros e encargos similares	389.955	-
Juros de recursos de clientes	389.955	-
	26.051	-

42. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a composição da rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” do **Grupo** e da **Empresa** era conforme segue:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	Reexpresso 2015*
Rendimentos suplementares	4.253.302	3.214.885	33.085.834	35.420.690
Acordo Altice	9.583.333	5.416.667	6.388.889	3.611.111
Descontos de pronto pagamento obtidos	47.453	85.154	14.876	47.120
Ganhos em inventários	24.671	16.657	12.373	9.220
Diferenças de câmbio favoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	654.644	1.999.259	529.898	1.654.988
Rendimentos e ganhos em investimentos financeiros	462.169	485.472	211.994	325.155
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	5.289.677	1.751.030	5.283.045	1.728.185
Rendimentos de serviços e comissões	614.028	-	-	-
Ganhos e perdas de juros – Serviços financeiros	334.714	516.707	334.714	516.707
Regularização IVA	3.981.197	6.409.103	3.981.197	6.409.103
Outros	1.881.754	2.115.962	1.072.210	186.632
	27.126.942	22.010.897	50.915.030	49.908.911

* Valores reexpressos: ver nota 3

No que respeita ao **Grupo** e à **Empresa**, os juros relacionados com o segmento “Serviços financeiros” passaram a ser registados nesta rubrica (Nota 2.22).

O montante reconhecido na rubrica “Regularização IVA” decorre essencialmente de melhorias implementadas nos procedimentos da metodologia de dedução do IVA na **Empresa**.

Na rubrica “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”, do **Grupo** e da **Empresa**, encontram-se registados as mais-valias associadas à venda de seis imóveis que se encontram reconhecidos em “Propriedades de investimento” no montante de 1,2 milhões de Euros, assim como a mais-valia decorrente da resolução do contrato de arrendamento do edifício do Conde Redondo no valor de 1,7 milhões de Euros.

Na sequência do Memorando de entendimento celebrado com a Altice e tendo o processo de aquisição da PT Portugal, pela Altice, sido concluído, os CTT receberam o valor correspondente ao pagamento inicial acordado, o qual está a ser reconhecido em resultados ao longo do período de negociações exclusivas com vista ao estabelecimento de eventuais parceria, como previsto no Memorando.

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Subcontratos	4.289.091	4.178.927	-	1.380
Serviços especializados	65.860.067	60.777.736	40.885.082	43.719.035
Serviços prestados por Empresas do Grupo ⁽¹⁾	103.071	296.271	4.811.859	8.630.861
Materiais	2.362.427	1.840.512	1.565.699	1.735.038
Energia e fluídos	14.977.762	15.073.806	13.012.223	12.641.773
Transporte de pessoal	214.836	222.216	208.150	219.697
Transporte de mercadorias	58.016.465	63.427.926	11.790.403	11.732.952
Rendas e alugueres				
Aluguer operacional de viaturas	7.774.394	7.488.749	6.878.901	6.628.875
Outras rendas e alugueres	27.031.283	27.652.643	22.811.547	21.523.538
Comunicação	2.399.224	2.691.023	1.275.034	1.619.372
Seguros	3.100.116	3.498.473	1.958.375	2.198.994
Royalties	294.643	254.430	-	-
Contencioso e notariado	321.881	275.234	220.920	230.863
Limpeza higiene e conforto	3.967.060	3.966.115	3.633.811	3.617.475
Postos de Correio	4.514.987	4.498.737	4.532.203	4.519.705
Operadores postais	18.271.388	18.051.278	17.326.163	17.012.078
Agenciamentos	5.786.536	5.321.179	5.786.536	5.504.638
Outros serviços	12.751.658	13.568.885	7.628.235	7.006.334
Serviços prestados por Empresas do Grupo ⁽¹⁾	175	-	3.252.241	4.469.501
	232.037.064	233.084.139	147.577.382	153.012.109

⁽¹⁾ Incluem empresas subsidiárias, associadas e investimentos em empreendimentos conjuntos.

Relativamente à **Empresa**, os “Rendimentos suplementares” respeitam fundamentalmente a:

	Empresa	
	2016	Reexpresso 2015*
Royalties	500.000	500.000
Prestação de serviços a Empresas do Grupo ⁽¹⁾	27.699.090	30.656.478
Aluguer de espaços urbanos	2.650.924	2.706.780
Outros rendimentos suplementares	2.235.819	1.557.432
	33.085.834	35.420.690

⁽¹⁾ Incluem empresas subsidiárias, associadas e investimentos em empreendimentos conjuntos.

* Valores reexpressos: ver nota 3

43. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” relativa ao **Grupo** e à **Empresa** tinha a seguinte composição:

- (i) Os “Serviços especializados” referem-se aos contratos de *outsourcing* de prestação de serviços informáticos, à manutenção de equipamentos informáticos e a consultores externos;
- (ii) A “Energia e fluídos” referem-se fundamentalmente a gasóleo de veículos de mercadorias utilizados no processo operativo;
- (iv) As “Rendas e alugueres” referem-se essencialmente a gastos com instalações arrendadas a terceiros e com o aluguer operacional de viaturas;
- (v) Os “Operadores postais” dizem respeito a gastos efetuados com os operadores postais congéneres.

44. Locações operacionais

- (iii) Os “Transportes de mercadorias” dizem respeito a gastos com o transporte de correio pelas diversas vias (marítima, aérea e terrestre);
- Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o **Grupo** e a **Empresa** mantinham responsabilidades de médio e longo prazo em contratos de locação operacional de viaturas, com cláusula de penalização em caso de cancelamento. O montante total dos pagamentos futuros respeitante a locações operacionais é o seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Até 1 ano	10.401.717	10.434.899	8.776.335	8.963.676
Entre 1 ano e 5 anos	11.439.870	16.618.420	8.239.453	14.144.316
A mais de 5 anos	-	-	-	-
	21.841.587	27.053.319	17.015.788	23.107.992

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os gastos incorridos com contratos de locação operacional foram respetivamente, de 7.774.394 Euros e 7.488.749 Euros pelo **Grupo**, e de 6.878.901 Euros e 6.628.875 Euros pela **Empresa**. Estes gastos encontram-se reconhecidos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” da Demonstração dos resultados por natureza.

Não há reconhecimento de qualquer ativo locado, pois a substância da locação é de mero aluguer/arrendamento, não havendo evidência que permita concluir que o locatário obterá benefícios económicos futuros do ativo para além do período do contrato.

Não se prevê no final do contrato a transferência da propriedade jurídica para o Locatário.

Locações operacionais são contratos de locação de curta duração, em que o locador cede a sua utilização temporária a um terceiro, mediante o pagamento de uma renda ou aluguer.

45. Gastos com o pessoal

Os pagamentos da locação são efetuados mensalmente por quantias constantes durante o prazo da locação e o reconhecimento da renda é considerado como um gasto que será igualmente efetuado numa base linear (método).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de “Gastos com o pessoal” relativa ao **Grupo** e à **Empresa** tinha a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	Reexpresso 2015*
Remunerações dos órgãos sociais	4.571.640	4.136.712	3.237.036	3.708.714
Remunerações do pessoal	255.727.613	259.355.100	227.873.402	233.731.110
Benefícios aos empregados	4.292.549	(2.686.050)	4.251.938	(2.729.170)
Indemnizações	6.634.938	5.891.115	6.390.333	4.030.742
Encargos sobre remunerações	56.892.888	56.482.830	50.328.638	50.259.929
Seguros de acidente de trabalho e doenças profissionais	3.486.570	2.253.074	3.253.848	1.958.618
Gastos de ação social	6.728.690	6.297.590	6.439.521	6.069.367
Outros gastos com o pessoal	52.593	42.509	-	-
	338.387.481	331.772.879	301.774.716	297.029.310

* Valores reexpressos: ver nota 3

Remunerações dos órgãos sociais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais das diversas empresas do Grupo, incluindo os **CTT**, foram as seguintes:

Grupo	2016				Total
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	3.228.383	408.571	33.824	4.500	3.675.278
Remuneração variável anual	896.362	-	-	-	896.362
	4.124.745	408.571	33.824	4.500	4.571.640
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	223.500	-	-	-	223.500
Remun. variável Longo prazo - Plano de ações	1.493.546	-	-	-	1.493.546
	1.717.046	-	-	-	1.717.046
	5.841.791	408.571	33.824	4.500	6.288.686

Grupo	2015				Total
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	2.446.796	273.886	37.440	5.461	2.763.583
Remuneração variável anual	1.373.129	-	-	-	1.373.129
	3.819.925	273.886	37.440	5.461	4.136.712
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	207.458	-	-	-	207.458
Remun. variável Longo prazo - Plano de ações	1.610.685	-	-	-	1.610.685
	1.818.143	-	-	-	1.818.143
	5.638.068	273.886	37.440	5.461	5.954.855

Empresa	2016				Total
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	2.083.779	218.571	33.824	4.500	2.340.674
Remuneração variável anual	896.362	-	-	-	896.362
	2.980.141	218.571	33.824	4.500	3.237.036
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	188.500	-	-	-	188.500
Remun. variável Longo prazo - Plano de ações	1.493.546	-	-	-	1.493.546
	1.682.046	-	-	-	1.682.046
	4.662.187	218.571	33.824	4.500	4.919.082

Empresa	2015				Total
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	2.087.398	205.286	37.440	5.461	2.335.585
Remuneração variável anual	1.373.129	-	-	-	1.373.129
	3.460.527	205.286	37.440	5.461	3.708.714
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	188.500	-	-	-	188.500
Remun. variável Longo prazo - Plano de ações	1.610.685	-	-	-	1.610.685
	1.799.185	-	-	-	1.799.185
	5.259.712	205.286	37.440	5.461	5.507.899

Tendo presente a realidade dos CTT, enquanto sociedade de capitais privados e admitidos à negociação em mercado regulamentado, a Comissão de Vencimentos (eleita em Assembleia Geral de 24 de março de 2014 e composta por membros independentes) definiu o novo modelo de remuneração dos membros dos Órgãos Sociais na sequência de estudo de *benchmarking* realizado por entidade especializada que já se encontra refletido na rubrica “Remunerações dos órgãos sociais”.

No âmbito do modelo de remuneração dos membros dos Órgãos sociais aprovado pela Comissão de vencimentos foi determinada a afetação de um montante fixo mensal para Fundo de Pensões aberto ou Plano de Poupança Reforma aos membros executivos do Conselho de Administração.

A remuneração variável de longo prazo atribuída aos membros executivos do Conselho de Administração será paga no final do mandato 2014-2016, com data de liquidação de 31 de janeiro de 2017, em ações da empresa, sendo que o montante de 1.493.546 Euros corresponde ao gasto a assumir no período entre 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 e foi determinado por estudo atuarial realizado por entidade independente. A remuneração variável anual será determinada e paga anualmente e foi igualmente determinada por estudo atuarial realizado por entidade independente.

Remunerações do pessoal

A variação na rubrica “Remunerações do pessoal” resulta essencialmente do efeito da redução da estimativa de remunerações variáveis a atribuir relativas ao ano de 2016 assim como da redução dos gastos com pessoal na Tourline na sequência das medidas iniciadas em 2015.

Benefícios aos empregados

O montante registado na rubrica de “Benefícios aos empregados” no período findo em 31 de dezembro de 2015 reflete essencialmente a redução das responsabilidades associadas aos trabalhadores em situação de “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho” assim como a redução das responsabilidades dos benefícios “Pensões por acidentes de serviço” e “Subsídio mensal vitalício” decorrente da alteração da taxa de crescimento das pensões.

Indemnizações

No período findo em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Indemnizações” inclui o montante de 1.845.604 Euros e 1.714.185 Euros referentes ao **Grupo** e à **Empresa**, respetivamente, relativos a indemnizações pagas no âmbito de processos de rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo.

Em 31 de dezembro de 2016 esta rubrica inclui, na Empresa, o valor de 4.001.903 Euros decorrente do processo de otimização de recursos humanos que visou a promoção da eficiência dos seus serviços centrais.

No **Grupo**, no período findo em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica inclui igualmente o montante de 1.712.602 Euros relativos à provisão para reestruturações constituída na Tourline na sequência do processo de otimização ao nível dos recursos humanos (ERE) enquadrado no plano de reestruturação que foi implementado nesta empresa.

Gastos de ação social

Os gastos de ação social dizem respeito, na sua quase totalidade, aos gastos de saúde suportados pelo **Grupo** e pela **Empresa** com os trabalhadores que se encontram no ativo e também a gastos relacionados com a Higiene e Segurança no trabalho. O decréscimo verificado nesta rubrica resulta das alterações operadas ao Plano de Saúde dos CTT no âmbito da assinatura em 2015 da revisão do Regulamento das Obras Sociais (ROS), tendo sido incrementada a comparticipação dos beneficiários no sistema, através do aumento das quotas mensais e dos copagamentos a cargo destes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão incluídos na rubrica “Gastos com o pessoal” do **Grupo** e da **Empresa**, os montantes de 800.611 Euros e 807.237 Euros relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

No período findo em 31 de dezembro de 2016, o nº médio de pessoal ao serviço do **Grupo** e da **Empresa** era, respetivamente, de 12.401 e 10.984 (12.445 colaboradores e 10.908 colaboradores no período findo em 31 de dezembro de 2015).

46. Imparidade de contas a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe da rubrica “Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)” do **Grupo** e da **Empresa** era o seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	Reexpresso 2015*
Gastos com reforços de perdas por imparidade				
Contas a receber (Nota 19)	2.875.921	4.625.870	352.246	164.956
Crédito a clientes bancários (Nota 20)	417	-	-	-
Outros ativos correntes e não correntes (Nota 24)	524.261	539.816	459.471	379.304
Inventários (Nota 18)	-	71.965	-	1
	3.400.599	5.237.651	811.717	544.261
Rendimentos com reversões de perdas por imparidade				
Contas a receber (Nota 19)	2.267.005	2.025.960	310.637	300.472
Outros ativos correntes e não correntes (Nota 24)	691.210	1.500.571	652.014	467.548
Empréstimo INESC (Nota 24)	396.761	24.870	396.761	24.870
Inventários (Nota 18)	-	275.816	-	268.617
	3.354.976	3.827.217	1.359.412	1.061.506
Movimento líquido do período - (perdas/reversões)	(45.623)	(1.410.434)	547.695	517.245

* Valores reexpressos: ver nota 3

47. Depreciações/ amortizações (Perdas/reversões)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe das “Depreciações, amortizações e perdas por imparidade (perdas/reversões)” relativas ao **Grupo** e à **Empresa** era o seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Ativos fixos tangíveis				
Depreciações (Nota 5)	20.390.450	19.278.804	17.551.180	15.929.702
Perdas de Imparidade (Nota 5)	(123.714)	(123.714)	(123.714)	(123.714)
Ativos intangíveis				
Amortizações (Nota 6)	6.623.232	3.832.949	4.473.575	3.050.326
Perdas de Imparidade (nota 6)	-	-	-	-
Propriedades de investimento				
Depreciações (Nota 7)	569.250	752.365	569.250	752.365
Perdas de Imparidade (Nota 7)	8.876	(167.403)	8.876	(167.403)
	27.468.094	23.573.001	22.479.167	19.441.277

48. Outros gastos e perdas operacionais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas operacionais” do **Grupo** e da **Empresa** era conforme segue:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Impostos	2.365.876	1.894.532	2.196.431	1.682.678
Dívidas incobráveis	319.779	1.090.569	111.525	11.025
Perdas em inventários	312.732	510.693	310.233	463.217
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	31.190	368.018	31.190	344.298
Diferenças de câmbio desfavoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	700.833	2.029.152	344.789	1.711.387
Donativos	1.235.977	908.366	1.235.977	908.366
Serviços bancários	2.241.982	1.181.262	2.132.215	953.814
Juros de mora	42.534	88.201	42.221	67.698
Quotizações	722.743	804.791	669.073	754.109
Encargos com serviços e comissões	192.611	-	-	-
Fundo Garantia de depósito/Fundo Único de Resolução	680	51.000	-	-
Indemnizações	443.179	490.023	372.799	346.599
Outros gastos e perdas	1.827.794	2.020.218	1.158.487	1.085.747
	10.437.910	11.436.825	8.604.940	8.328.937

49. Gastos e rendimentos financeiros

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica referente a “Gastos e perdas financeiros” do **Grupo** e da **Empresa** tinha o seguinte detalhe:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Juros suportados				
Financiamentos bancários	68.775	77.473	3.994	5.749
Locações financeiras	7.014	18.201	2.958	8.084
Outros juros	137.272	8.622	136.948	19.285
Gastos financeiros - Benefícios de empregados (Nota 32)	6.322.738	6.746.892	6.322.495	6.718.992
Outros gastos de financiamento	4.307	10.212	203	22.595
	6.540.106	6.861.401	6.466.598	6.774.705

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Rendimentos financeiros” do **Grupo** e da **Empresa** encontrava-se detalhada como se segue:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	Reexpresso 2015*
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	671.599	1.483.388	588.919	1.395.837
Empréstimos a empresas do Grupo ⁽¹⁾	-	-	144.556	283.466
Outros rendimentos similares	-	1.775	-	1.775
	671.599	1.485.163	733.475	1.681.077

⁽¹⁾ Incluem empresas subsidiárias, associadas e investimentos em empreendimentos conjuntos.

* Valores reexpressos: ver nota 3.

50. Impostos sobre o rendimento

As empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%, sendo a Derrama Municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, 5% do excedente de 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 7% no montante que exceda os 35.000.000 Euros. A Tourline encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em Espanha, em sede de Impuesto sobre Sociedades (“IS”) à taxa de 25%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRPC”) à taxa de 32%.

Os CTT são tributados em sede de IRC juntamente com as suas participadas CTT – Expresso, S.A., MailTec Comunicação, S.A., Payshop Portugal, S.A., CTT Contacto, S.A. e Banco CTT, S.A. pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). As restantes empresas participadas são tributadas individualmente.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto do **Grupo** e da **Empresa**, foi efetuada como segue:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes de impostos	85.244.706	104.609.981	85.900.107	100.813.654
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%
	17.901.388	21.968.096	18.039.022	21.170.867
Benefícios fiscais	(354.479)	(198.588)	(352.413)	(190.773)
Mais/(menos)-valias contabilísticas	(543.069)	17.549	(390.889)	21.899
Mais/(menos)-valias fiscais	(908.568)	(394.293)	(909.083)	(396.402)
Equivalência patrimonial	(8.518)	5.938	2.284.719	879.222
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	(148.483)	19.167	(148.483)	19.167
Perdas e reversões por imparidade	321.703	(133.566)	380.705	(23.754)
Outras situações, líquidas	(405.990)	959.041	(345.075)	(339.381)
Ajustamentos à coleta - Tributação autónoma	1.386.243	1.628.892	1.356.233	1.571.866
Ajustamentos à coleta - Derrama Municipal	1.233.829	1.496.378	947.754	1.189.739
Ajustamentos à coleta - Derrama Estadual	4.018.747	5.162.504	3.527.850	4.657.116
Impacto da alteração da taxa de imposto (imposto diferido)	118.403	(574.330)	118.403	(574.330)
Prejuízos fiscais sem imposto diferido ativo	1.770.819	2.648.348	-	(121.616)
Excesso de estimativa e restituição de impostos	(1.034.386)	(65.790)	(769.031)	-
Outros efeitos, líquidos	-	-	-	884.751
Imposto sobre o rendimento do período	23.347.639	32.539.346	23.739.712	28.748.371
Taxa efetiva de imposto	27,39%	31,11%	27,64%	28,52%
Imposto sobre o rendimento do período				
Imposto corrente	20.179.216	28.469.567	20.869.417	24.882.794
Imposto diferido	4.202.808	4.135.569	3.639.326	3.987.193
Excesso de estimativa para impostos	(1.034.385)	(65.790)	(769.031)	(121.616)
	23.347.639	32.539.346	23.739.712	28.748.371

No período findo em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Excesso de estimativa e restituição de impostos” inclui o montante de 268.898 Euros referente ao crédito fiscal atribuído no âmbito do SIFIDE, relativo ao exercício de 2014 da empresa CTT, S.A., assim como o valor de 371.959 Euros relativo às amortizações do *software Track&Trace* do exercício de 2008, que, por decisão arbitral, foram entretanto consideradas como dedutíveis em sede de IRC. Esta rubrica reflete ainda o excesso de estimativa de IRC, relativa ao exercício de 2015, nos montantes de 117.771 Euros e 267.672 Euros referentes às empresas CTT, S.A. e CTT Expresso, S.A., respetivamente.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos do **Grupo** e da **Empresa** referentes a impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	Reexpreso 2015*
Ativos por impostos diferidos				
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	70.523.096	67.158.181	70.523.096	67.158.181
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	5.301.326	6.531.878	5.301.326	6.522.953
Mais-valias contabilísticas diferidas	606.790	1.723.242	606.790	1.723.242
Perdas por imparidade e provisões	3.030.558	8.997.558	2.990.166	8.280.788
Prejuízos fiscais reportáveis	327.183	342.161	-	-
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	360.333	405.373	360.333	405.373
Plano de ações	1.268.470	847.140	1.268.470	847.140
Terrenos e edifícios	1.847.637	1.392.924	1.847.637	1.392.924
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	2.680.786	-	2.680.786	-
Outros	274.583	137.484	-	-
	86.220.762	87.535.941	85.578.604	86.330.601
Passivos por impostos diferidos				
Excedentes de revalorização antes IFRS	3.151.709	3.562.520	3.151.709	3.562.520
Mais-valias suspensas	934.821	971.679	934.821	971.679
Outros	36.616	42.399	-	-
	4.123.146	4.576.598	4.086.530	4.534.199

* Valores reexpressos: ver nota 3

Decorrente da adesão ao Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis, previsto no Decreto-Lei nº 66/2016 de 3 de novembro, a Empresa reconheceu ativo por imposto diferido no montante de 2.680.786 Euros.

A 31 de dezembro de 2016 é expectável que os ativos e passivos por impostos diferidos a serem liquidados no prazo de 12 meses sejam de 5,3 milhões de Euros e 0,5 milhões de Euros, respetivamente, no que diz respeito ao **Grupo** e de 5,3 milhões de Euros e 0,4 milhões de Euros relativamente à **Empresa**.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos do **Grupo** e da **Empresa** foi o seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	2015
Ativos por impostos diferidos				
Saldos no início do período	87.535.941	91.428.940	86.330.601	90.547.447
Movimentos do período - efeitos em resultados				
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	29.917	(733.228)	29.917	(733.228)
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	(1.230.552)	(3.628.545)	(1.221.627)	(3.595.239)
Mais-valias contabilísticas diferidas	(1.116.452)	(661.719)	(1.116.452)	(661.719)
Perdas por imparidade e provisões	(5.967.001)	(1.142.594)	(5.290.622)	(1.014.836)
Ajustamentos de conversão - desreconhecimento de inventários	-	-	-	(91.864)
Prejuízos fiscais reportáveis	2.857	24.628	-	-
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	(45.040)	(91.864)	(45.040)	-
Plano de ações	421.330	459.819	421.330	459.819
Terrenos e edifícios	454.713	1.392.924	454.713	1.392.924
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	2.680.786	-	2.680.786	-
Outros	119.265	460.283	-	-
Efeito em capitais próprios				
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	3.334.998	27.297	3.334.998	27.297
Saldo Final	86.220.762	87.535.941	85.578.604	86.330.601
	Grupo		Empresa	
	2016	2015	2016	Reexpreso 2015*
Passivos por impostos diferidos				
Saldos no início do período	4.576.598	4.841.684	4.534.199	4.890.550
Movimentos do período - efeito em resultados				
Excedentes de revalorização antes IFRS	(410.811)	(231.295)	(410.811)	(231.295)
Mais-valias suspensas	(36.858)	(23.274)	(36.858)	(23.274)
Outros	(5.783)	(10.517)	-	(2.381)
Saldo Final	4.123.146	4.576.598	4.086.530	4.633.600

* Valores reexpressos: ver nota 3

Os prejuízos fiscais estão relacionados com as perdas das subsidiárias Tourline e Escrita Inteligente, e detalham-se como segue:

Empresa	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos
Tourline	37.338.023	320.408
Escrita Inteligente	32.263	6.775
Saldo Final	37.370.285	327.183

No caso da Tourline referem-se aos anos de 2008, 2009 e 2011 que podem ser reportados nos próximos 15 anos, aos prejuízos fiscais de 2012, 2013 e 2014 que podem ser reportados nos próximos 18 anos e aos prejuízos fiscais de 2015 e 2016, sem limite temporal para o seu reporte. Relativamente à Escrita Inteligente referem-se às perdas do ano de 2015 e 2016, podendo ser reportadas nos próximos 12 anos.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 2,5 milhões de Euros, no **Grupo** e na **Empresa**.

SIFIDE

O **Grupo** e a **Empresa** adota como política de reconhecimento do crédito fiscal relativo ao SIFIDE a efetiva receção da declaração da comissão certificadora da elegibilidade das despesas apresentadas em candidatura.

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2014, no montante aproximado de 736.033 Euros e de acordo com a notificação da Comissão Certificadora de 18 de janeiro de 2016 foi atribuído um crédito fiscal de 268.898 Euros aos CTT.

No exercício económico de 2015, relativamente às despesas incorridas com I&D pelo **Grupo** e pela **Empresa**, no montante aproximado de 3.358.151 Euros e 1.437.765 Euros, respetivamente, o **Grupo** e a **Empresa** terão a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") estimada em 2.556.380 Euros e 996.844 Euros, respetivamente. De acordo com a notificação da Comissão Certificadora de 9 de fevereiro de 2017 foi atribuído um crédito fiscal de 1.057.603 Euros aos CTT.

No que se refere às despesas incorridas com I&D pelo **Grupo** e pela **Empresa** no exercício económico de 2016, no montante aproximado de 1.895.281 Euros e 1.677.058 Euros, respetivamente, o **Grupo** e a **Empresa** terão a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") estimada em 1.006.271 Euros e 826.237 Euros, respetivamente.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos CTT de 2013 e seguintes podem ser sujeitas a revisão, uma vez que as anteriores àquela data já foram sujeitas a inspeção tributária.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016.

51. Partes relacionadas

O Regulamento sobre Avaliação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas dos CTT define parte relacionada como: acionista qualificado, dirigente ou, ainda, entidade terceira com aquele relacionado através de qualquer interesse comercial ou pessoal relevante e ainda sociedade subsidiária, ou associada ou entidade conjuntamente controlada (*joint-venture*).

De acordo com o Regulamento as transações significativas com partes relacionadas têm de ser aprovadas previamente pela Comissão de Auditoria dos CTT assim como as transações que os membros dos órgãos de administração dos CTT e/ou subsidiárias realizem com os CTT e/ou subsidiárias.

As demais "Transações com partes relacionadas" são comunicadas à Comissão de Auditoria para efeitos da sua apreciação posterior.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 com referência ao **Grupo**, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

Grupo	2016				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	-	-	-	-	70.264.792
Outros acionistas de empresas do grupo					
Associadas	2.038	12.667	12.224	84.674	-
Conjuntamente controladas	106.496	-	522.308	18.664	-
Membros do					
Conselho de Administração	-	-	-	4.124.745	-
Assembleia Geral	-	-	-	4.500	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	408.571	-
Comissão de Vencimentos	-	-	-	33.824	-
	108.535	12.667	534.532	4.674.978	70.264.792

Grupo	2015				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	-	-	-	-	69.750.000
Outros acionistas de empresas do grupo					
Associadas	11.579	21.592	18.841	109.211	-
Conjuntamente controladas	136.855	14.574	524.252	187.938	-
Membros do					
Conselho de Administração	-	-	-	3.819.925	-
Assembleia Geral	-	-	-	5.461	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	273.886	-
Comissão de Vencimentos	-	-	-	37.440	-
	148.434	36.166	543.093	4.433.860	69.750.000

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 com referência à **Empresa**, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

2016								
Empresa	Contas a receber correntes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Contas a pagar correntes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Rendimentos	Gastos	Juros obtidos	Dividendos
Acionistas	-	-	-	-	-	-	-	70.264.792
Empresas do Grupo CTT								
Subsidiárias	6.178.794	8.847.399	3.930.691	7.341.360	30.989.108	9.200.339	144.556	-
Associadas	2.038	-	9.223	-	12.224	84.262	-	-
Conjuntamente controladas	106.496	-	-	-	522.308	-	-	-
Outras partes relacionadas	192	-	-	-	-	-	-	-
Membros do								
Conselho de Administração	-	-	-	-	-	2.980.141	-	-
Assembleia Geral	-	-	-	-	-	4.500	-	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	-	-	218.571	-	-
Comissão de Vencimentos	-	-	-	-	-	33.824	-	-
	6.287.520	8.847.399	3.939.914	7.341.360	31.523.640	12.521.637	144.556	70.264.792

SD - Saldos devedores; SC - Saldos credores; inclui saldos correntes e não correntes

2015								
Empresa	Contas a receber correntes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Contas a pagar correntes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Rendimentos	Gastos	Juros obtidos	Dividendos
Acionistas	-	-	-	-	-	-	-	69.750.000
Empresas do Grupo CTT								
Subsidiárias	7.509.804	10.041.220	2.965.125	1.613.945	30.769.481	12.380.647	283.466	-
Associadas	11.579	-	21.592	-	18.841	55	-	-
Conjuntamente controladas	136.855	-	-	-	15.575	1.317	-	-
Outras partes relacionadas	2.690.121	-	(1.542)	-	1.297.272	3.780	-	-
Membros do								
Conselho de Administração	-	-	-	-	-	2.087.398	-	-
Assembleia Geral	-	-	-	-	-	5.461	-	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	-	-	200.786	-	-
Comissão de Vencimentos	-	-	-	-	-	37.440	-	-
	10.348.359	10.041.220	2.985.175	1.613.945	32.101.169	14.716.884	283.466	69.750.000

SD - Saldos devedores; SC - Saldos credores; inclui saldos correntes e não correntes

Relativamente à **Empresa**, em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo, dos principais saldos devedores e credores era como segue:

2016						
Empresa	Contas a receber correntes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Total de contas a receber	Contas a pagar correntes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Subsidiárias						
Banco CTT, S.A.	289.844	-	289.844	-	7.120.649	7.120.649
CTT Expresso, S.A.	3.081.067	4.190.294	7.271.361	2.504.508	-	2.504.508
Payshop Portugal, S.A.	81.704	6.947	88.651	448.163	-	448.163
CTT Contacto, S.A.	339.331	650.158	989.489	388.326	139.152	527.478
Mailtec Comunicação, S.A.	62.837	-	62.837	581.137	81.559	662.697
Escrita Inteligente, S.A.	76.399	-	76.399	-	-	-
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	980.271	-	980.271	-	-	-
Tourline Express Mensajeria, S.A.	1.267.342	4.000.000	5.267.342	8.556	-	8.556
Associadas						
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	2.038	-	2.038	9.223	-	9.223
Conjuntamente controladas						
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	1.778	-	1.778	-	-	-
NewPost, ACE	104.718	-	104.718	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Payshop Moçambique, S.A.R.L.	192	-	192	-	-	-
	6.287.520	8.847.399	15.134.919	3.939.914	7.341.360	11.281.274

SD - Saldos devedores; SC - Saldos credores; inclui saldos correntes e não correntes

2015						
Empresa	Contas a receber correntes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Total de contas a receber	Contas a pagar correntes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Subsidiárias						
Banco CTT, S.A.	189.572	-	189.572	-	1.596.131	1.596.131
CTT Expresso, S.A.	5.920.444	9.634.255	15.554.699	1.789.877	-	1.789.877
Payshop Portugal, S.A.	114.755	199.578	314.333	455.610	-	455.610
CTT Contacto, S.A.	516.407	177.560	693.968	441.484	-	441.484
Mailtec Comunicação, S.A.	115.422	-	115.422	278.155	17.814	295.969
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	653.203	29.827	683.031	-	-	-
Associadas						
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	11.579	-	11.579	21.592	-	21.592
Conjuntamente controladas						
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	1.778	-	1.778	-	-	-
NewPost, ACE	135.077	-	135.077	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Tourline Express Mensajeria, S.A.	2.689.929	-	2.689.929	(1.542)	-	(1.542)
Payshop Moçambique, S.A.R.L.	192	-	192	-	-	-
	10.348.359	10.041.221	20.389.579	2.985.175	1.613.945	4.599.120

¹ Estes montantes incluem os valores relativos a contratos de concessão de crédito às respetivas empresas subsidiárias pelos CTT.
SD - Saldos devedores; SC - Saldos credores; inclui saldos correntes e não correntes.

No que respeita à **Empresa**, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo, das principais transações era como segue:

2016								
Empresa	Ativos adquiridos	Serviços a refaturar	Ativos vendidos	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Juros obtidos
Subsidiárias								
Banco CTT, S.A.	-	-	86.384	119.157	347.902	-	-	-
CTT Expresso, S.A.	75.885	58.755	234.711	284.972	22.423.193	1.999.192	22.422	113.885
Payshop Portugal, S.A.	-	-	-	57.402	761.976	4.309.490	-	46
CTT Contacto, S.A.	-	88.502	-	1.360.816	3.129.281	1.864.502	-	-
Mailtec Comunicação, S.A.	-	1.274.504	-	250.022	813.715	998.374	-	-
Escrita Inteligente, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	-	-	-	-	424.729	-	-	-
Tourline Express Mensajeria, S.A.	108.793	26.411	-	2.416	1.013.527	6.360	-	30.625
Associadas								
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	-	-	-	12.224	-	84.233	29	-
Conjuntamente controladas								
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	-	-	-	-	-	-	-	-
NewPost, ACE	-	-	-	-	522.308	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Payshop Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-
	184.678	1.448.171	321.095	2.087.009	29.436.631	9.262.150	22.451	144.556

2015								
Empresa	Ativos fixos adquiridos	Serviços a refaturar	Ativos fixos vendidos	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Juros obtidos
Subsidiárias								
Banco CTT, S.A.	-	-	-	166	196.572	-	-	-
CTT Expresso, S.A.	-	129.038	442.228	292.683	21.797.649	3.440.390	20.827	283.466
Payshop Portugal, S.A.	-	-	-	47.503	1.125.963	4.319.262	213	-
CTT Contacto, S.A.	-	108.824	-	4.139	5.348.220	2.567.969	-	-
Mailtec Comunicação, S.A.	-	1.107.119	-	644.184	1.127.168	2.031.987	-	-
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	-	-	-	-	185.234	-	-	-
Associadas								
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	-	-	-	18.841	-	-	55	-
Conjuntamente controladas								
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	-	-	-	-	15.575	1.317	-	-
NewPost, ACE	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Tourline Express Mensajeria, S.A.	84.441	9.869	-	15.207	1.282.065	3.780	-	-
Payshop Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-
	84.441	1.354.850	442.228	1.022.724	31.078.446	12.364.705	21.095	283.466

52. Honorários e serviços dos auditores

A informação relativa aos honorários e serviços prestados pelos auditores encontra-se descrita nos pontos 46 e 47 do relatório de governo da sociedade.

ções Climáticas, Política de Compras Responsáveis e Código de Conduta (internos), ou *Business&Biodiversity, Caring for Climate* das Nações Unidas e Princípios COP 21 (externos).

53. Informação sobre matérias ambientais

O Ambiente é um dos temas relevantes identificados no exercício de materialidade e mapeamento de partes interessadas dos CTT e integra a estratégia de Sustentabilidade do Grupo, numa perspectiva de gestão de riscos e oportunidades. Essa abordagem e os respetivos compromissos assumidos estão expressos em *statements* e referenciais de gestão dos CTT, casos da Política de Ambiente, Política de Gestão Energética, Carbónica e de Altera-

Os CTT intervêm ativamente num amplo conjunto de descritores ambientais, como a eficiência energética, gestão carbónica, alterações climáticas, sistemas de gestão ambiental certificados, mobilidade sustentável e frotas alternativas, biodiversidade, gestão de resíduos, compras responsáveis ou *marketing* sustentável, tendo obtido diversos reconhecimentos e prémios, nacionais e internacionais. As ações realizadas e os resultados atingidos encontram-se desenvolvidos em profundidade no "Relatório de Sustentabilidade dos CTT".

De forma a assegurar a cobertura de responsabilidades ambientais decorrentes do Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29 de julho (Diploma da Responsabilidade Ambiental), alterado pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março e pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março, que estabelecem o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais, os CTT subscreveram um seguro de responsabilidade civil no montante de 1.000.000 Euros, por sinistro e período seguro.

Não existem, que sejam do nosso conhecimento, quaisquer passivos de caráter ambiental nem obrigações presentes, quer legais, quer construtivas, relacionadas com matérias ambientais que devam dar origem à constituição de provisões.

54. Prestação do serviço de mediação de seguros

Conforme dispõe a Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 15/2009-R de 30 de dezembro de 2009 a **Empresa** divulga aqui a informação pertinente respeitante à atividade de mediação de seguros nos termos do art.º 4.º da acima referida Norma Regulamentar.

- a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

O agente de seguros reconhece o réditio de acordo com as normas em vigor, ou seja, quando efetua prestações de contas às Companhias de Seguros. A emissão bem como o reembolso de seguros são registados na folha de caixa de cada loja e alocados à respetiva conta contabilística, de acordo com a respetiva natureza.

- b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza.

	2016	2015
Por natureza		
Numerário	2.452.267	3.542.063
Espécie	-	-
Total	2.452.267	3.542.063
Por Tipo		
Comissões	2.452.267	3.542.063
Honorários	-	-
Outras remunerações	-	-
Total	2.452.267	3.542.063

- c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguros por si intermediados desagregados por Ramo de Vida e Não Vida.

	2016	
Por entidade	Ramo vida	Ramo n/ vida
Empresas de Seguros	2.337.819	114.448
Outros mediadores	-	-
Clientes (outros)	-	-
Total	2.337.819	114.448

- d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade	2016	2015
Empresas de Seguros	-	-
FIDELIDADE	90,10%	90,05%
Outros mediadores	-	-
Clientes (outros)	-	-

- e) Valores das contas «clientes», início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentam fundos relativos a contratos de seguros.

Contas "Clientes"	2016	2015
Início exercício	-	-
Final exercício	-	-
Volume movimentado no exercício	-	-
A Débito	178.312.367	289.194.305
A Crédito	24.986.644	87.855.030

- f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem.

Por entidade (origem)	Contas a receber		Contas a pagar	
	2016	2015	2016	2015
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	-	-	-	-
Empresas de seguros	2.806.435	334.004	31.594	51.355
Empresas de resseguros	-	-	-	-
Outros mediadores	-	-	-	-
Clientes (outros)	-	-	-	-
Total	2.806.435	334.004	31.594	51.355

- g) Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar.

Por entidade (origem)	Contas a receber		Contas a pagar	
	2016	2015	2016	2015
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	24.986.644	87.855.030	23.109.246	84.479.529
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	-	-	-
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da atividade de mediação de resseguros)	175.834.816	285.915.932	178.312.367	289.194.305
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	-	-	-	-
Outros mediadores	-	-	-	-
Total	200.821.460	373.770.961	201.421.613	373.673.834

Nota: As restantes alíneas da norma não são aplicáveis.

55. Outras informações

Processos regulatórios

A atividade dos CTT está regularmente sujeita a procedimentos de pedido de informação e verificação do cumprimento das normas vigentes por parte de entidades de supervisão, adotando a Empresa nesse âmbito uma postura de colaboração e de prestação dos necessários esclarecimentos e devida resposta.

Após detida análise de nota de ilicitude recebida pela Empresa em 16 de agosto de 2016 relativa a processo de contraordenação iniciado pela Autoridade da Concorrência com fundamento em alegado levantamento de obstáculos ao acesso à infraestrutura da rede postal pelos seus concorrentes, os CTT apresentaram no prazo legal a respetiva resposta, refutando as alegações em causa e considerando-as infundadas em particular pelas seguintes razões:

- (i) A Empresa manifestou sempre e continuará a manifestar disponibilidade para dar acesso em condições não discriminatórias à sua rede postal quando os termos solicitados se revelarem compatíveis com uma gestão operacional eficiente e com a sustentabilidade da prestação do serviço universal (tendo já celebrado acordos com operadores para efeitos de acesso à rede postal);
- (ii) A Empresa entende adotar neste domínio boas práticas concorrenciais seja atendendo à eficiência da sua rede postal seja às condições de acesso estabelecidas por operadores de serviço postal universal de outros Estados-Membros.

A comunicação de nota de ilicitude não constitui a tomada de uma decisão final quanto ao processo por parte da Autoridade da Concorrência, estando uma eventual decisão final desta entidade no sentido da aplicação de uma potencial coima e/ou penalidades sujeita ainda a recurso judicial.

Fundo de benefícios de saúde pós-emprego

Os CTT desenvolveram, com o apoio de consultores, um conjunto de diligências relevantes com vista à constituição de fundo para transferência de parte das responsabilidades com cuidados de saúde pós-emprego, tendo obtido a 16 de dezembro de 2016 a respetiva autorização junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. No entanto, considerando a alteração de alguns pressupostos de constituição do Fundo foi deliberado efetuar uma nova ponderação da oportunidade de avançar com o processo durante o ano de 2017.

56. Eventos subsequentes

Atualização de preços do serviço postal

Em conformidade com os Critérios de Fixação de Preços do Serviço Postal Universal definidos pela ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações no âmbito do n.º 3 do art.º 14.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, na redação que foi dada pelo Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro, os CTT apresentaram à ANACOM a proposta de atualização dos preços do serviço universal para 2017.

Aquisição Transporta

Na sequência do comunicado de 15 de dezembro de 2016 relativo à celebração de contrato de compra e venda da totalidade do capital social da Transporta – Transportes Porta à Porta, S.A. ("Transporta"), no passado dia 2 de março de 2017, os CTT foram notificados de decisão de não oposição por parte da Autoridade da Concorrência, sem imposição de quaisquer condições, à mencionada aquisição. A aquisição encontra-se ainda sujeita à verificação de outras condições suspensivas pré-acordadas entre as partes.

Os CTT atuando num mercado liberalizado e competitivo, em que se tem vindo a verificar uma diminuição significativa do correio físico, têm vindo a desenvolver uma estratégia de expansão e diversificação, promovendo e lançando novos serviços e negócios em mercados adjacentes com potencial sinérgico.

A aquisição da Transporta enquadra-se nesta estratégia, pois como operador dedicado ao transporte fracionado de mercadorias e à prestação de serviços de logística integrada, vai permitir aos CTT adicionar ao seu portefólio uma nova oferta de distribuição de objetos acima de 30 kg e criar uma nova plataforma de expansão do Grupo na cadeia de valor da logística e carga *last-mile*.

Atribuição de ações próprias

Em execução da política remuneratória aprovada pela Comissão de Vencimentos dos CTT para o mandato 2014-2016 e do Plano de Atribuição de Ações a Administradores Executivos da Empresa aprovado pela Assembleia Geral em 5 de maio de 2015, os CTT procederam à atribuição, em 31 de janeiro de 2017, de um total de 600.530 ações próprias, nominativas, escriturais, no valor de 0,50 Euros cada, representativas de 0,400% do respetivo capital social, aos Administradores Executivos da Sociedade, a título de remuneração variável a longo prazo.

A atribuição ocorreu, fora de plataforma de negociação, mediante transmissão de ações próprias da Empresa previamente adquiridas para tal finalidade, de acordo com a avaliação do cumprimento do objetivo de *Total Shareholders Return* previsto na referida política remuneratória.

Na sequência da referida atribuição, por referência a 31 de janeiro de 2017 e a esta data, os CTT são titulares de 1 ação própria, a qual representa 0,000% do respetivo capital social, encontrando-se o direito de voto inerente à mesma suspenso por força do previsto no artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais.

Proposta à próxima Assembleia Geral Anual de redução e aumento de capital social

O Conselho de Administração dos CTT deliberou, em 9 de março de 2017, submeter à Assembleia Geral Anual proposta de aprovação das seguintes operações reciprocamente condicionadas e sujeitas à aprovação das Contas relativas a 2016 e da Aplicação de Resultados:

- redução do capital social, para libertação de excesso de capital, de 75M Euros para 25,5M Euros, sendo o valor de 49,5M Euros da redução reconduzido a reservas livres;
- aumento do capital social dos 25,5M Euros para 75M Euros, sendo o valor do aumento de 49,5M Euros a realizar por incorporação de reservas disponíveis para o efeito, constantes da rubrica resultados transitados, correspondendo tal montante de resultados transitados: (1) à totalidade do valor de resultados transitados com origem em reavaliações de ativos fixos tangíveis efetuadas ao abrigo de legislação especial até 31 de dezembro de 2016 (e que a essa data ascendia a 44.008.841 Euros); e (2) ao valor de outros resultados transitados a 31 de dezembro de 2016 necessário para perfazer o montante do aumento de capital social.